

Volume 3 |

Gilmar Mascarenhas
Daniella Pereira de Souza Silva
Luiz Guilherme de Souza Xavier

Fundamentos Geográficos do Turismo





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Volume 3

Gilmar Mascarenhas
Daniella Pereira de Souza Silva
Luiz Guilherme de Souza Xavier

Fundamentos Geográficos do Turismo



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de Turismo

UFRRJ - William Domingues

UNIRIO - Camila Moraes

CEFET - Claudia Fragelli

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Gilmar Mascarenhas

Daniella Pereira de Souza Silva

Luiz Guilherme de Souza Xavier

Colaborador:

Leandro Dias de Oliveira

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Miguel Siano da Cunha

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Ana Cristina Andrade

Ana Maria Osborne

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Carolina Godoi

Daniela de Souza

Diana Castellani

Elaine Bayma

Renata Lauria

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguir Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

André Guimarães de Souza

Bianca Lima

David Daniel de Macedo

ILUSTRAÇÃO

Clara Gomes

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2010, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

M395f

Mascarenhas, Gilmar.

Fundamentos Geográficos do Turismo. v. 3 / Gilmar Mascarenhas, Daniella Pereira de Souza Silva, Luiz Guilherme de Souza Xavier. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013.

188p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-697-8

1. Turismo. 2. Território. 3. Desenvolvimento geográfico. 4. Urbanização turística. 5. Turismo no Brasil. I. Silva, Daniella Pereira de Souza. II. Xavier, Luiz Guilherme de Souza. III. Título

CDD: 338.4791

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Gustavo Reis Ferreira

Universidades Consorciadas

**CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA**
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Carlos Levi

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**
Reitora: Ana Maria Dantas Soares

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

SUMÁRIO

Aula 17 – O conceito de território	7
<i>Gilmar Mascarenhas</i>	
<i>Colaborador: Leandro Dias de Oliveira</i>	
Aula 18 – A contribuição de Milton Santos	27
<i>Gilmar Mascarenhas</i>	
Aula 19 – Desenvolvimento geográfico desigual e turismo	53
<i>Gilmar Mascarenhas</i>	
<i>Colaborador: Leandro Dias de Oliveira</i>	
Aula 20 – A urbanização turística	75
<i>Gilmar Mascarenhas</i>	
Aula 21 – Agentes produtores do espaço turístico	105
<i>Daniella Pereira de Souza Silva</i>	
Aula 22 – Turismo no espaço brasileiro – Parte I Sudeste e Nordeste	127
<i>Luiz Guilherme de Souza Xavier</i>	
Aula 23 – Turismo no espaço brasileiro – Parte II Norte, Centro-Oeste e Sul	153
<i>Luiz Guilherme de Souza Xavier</i>	
Referências	179

17

O conceito de território

Gilmar Mascarenhas

Meta da aula

Apresentar a natureza, o significado e a importância do conceito de território, e analisar a potencialidade de seu uso no estudo e na interpretação da atividade turística.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 reconhecer o conceito de território e sua importância no entendimento do mundo atual;
- 2 identificar os conceitos derivados de território, como *territorialidade* e *desterritorialização*;
- 3 reconhecer a aplicabilidade do conceito de território no estudo da atividade turística.

Pré-requisitos

Para maior aproveitamento do conteúdo aqui ministrado, será importante consultar e revisar a aula que discute o processo de urbanização turística e a Aula 15, que aborda o movimento de renovação da Geografia proporcionado pela Geografia Crítica.

Introdução

Imaginemos algumas situações tão hipotéticas quanto corriqueiras:

- Uma pessoa cruzando a fronteira para um novo país, como por exemplo um brasileiro ingressando em território argentino.
- Um torcedor de algum time de futebol entrando por engano no espaço destinado à torcida adversária, como por exemplo um representante da torcida do Fluminense no meio da torcida do Botafogo, no Maracanã.
- Um cidadão assustado ao passar em uma praça à noite, agora tomada por prostitutas e travestis, quando algumas horas antes, durante o dia, crianças brincavam tranquilamente e ambulantes e transeuntes completavam a paisagem.

O que há em comum entre os três exemplos? E, afinal, o que têm a ver tais situações triviais com o conceito de território, que aqui será explorado? Inicialmente, devemos estabelecer algumas similitudes nas situações supracitadas, e posteriormente analisá-las à luz do conceito de território.

O que liga o torcedor do Fluminense, o brasileiro que visita a Argentina e o cidadão que caminha na praça, à noite, é o grande sentimento de estranhamento, de estar fora de seu espaço de

convívio. Entre outras impressões, o medo, o respeito, a falta de identidade, enfim, a clara sensação de estar em um território que demanda, no mínimo, uma atitude mais cuidadosa.



Isto significa dizer que o espaço reservado à torcida do Botafogo no Maracanã, à Argentina enquanto Estado Nacional e mesmo às prostitutas e travestis são territórios, ainda que com profundas diferenças de ação e controle. Assim, todo território é fundamentado em *relações de poder* e as manifestações territoriais são eminentemente geográficas por estarem vinculadas ao espaço, ainda que com delimitação provisória ou mesmo volátil. Nosso cotidiano é composto, eminentemente, por uma imensa gama de territórios.

Afinal, como nos ensina Milton Santos (1998, p. 747-748):

(...) o território é um ator da vida social. O território não é apenas aquele quadro onde a sociedade registra os seus movimentos. O território é a própria sociedade em movimento; sem o território, a sociedade não pode ser explicada.

Compreender a dimensão atual do conceito de território, realizando articulações entre este conceito e a atividade turística, é o objetivo central desta aula.

Do “território-nação” ao território em suas múltiplas formas

Conforme foi abordado na Aula 15 (“O Movimento de Renovação: A Geografia Crítica”), a Geografia atravessou (e ainda atravessa) um profundo e complexo processo de transformação epistemológica. De uma ciência baseada na descrição dos aspectos físicos e humanos, a Geografia emerge nos últimos anos como um saber profundamente crítico e reflexivo, cujo escopo maior é *o entendimento da ordem espacial* do mundo contemporâneo (GOMES, 1997). Além de uma profunda renovação desta ciência, agora articulada no estudo do espaço geográfico, Paulo César da Costa Gomes (1997, 2009) e Milton Santos (1998) concordam plenamente que este amadurecimento da Geografia

tornou-se primordial para a compreensão dos múltiplos desafios (políticos, econômicos, sociais, ambientais) deste novo século que despontou tão recentemente.



Afinal, qual o papel da Geografia? O autor Paulo César da Costa Gomes (1997) aceita o desafio de responder a tal questão e afirma ser a Geografia um discurso sobre a *ordem espacial do mundo*, ou seja, compreender uma coerência espacial de uma determinada época, uma lógica dos arranjos espaciais que possa qualificar o entendimento do mundo. Somente assim é possível entender as relações campo x cidade, os Estados Nacionais, o relevo, clima, vegetação etc., de maneira abrangente e totalizante.

Estado-Nação

Entendendo que o Estado é a forma político-jurídica de exercício de poder um país soberano e que nação se refere a uma população com identidade própria (costumes semelhantes, idioma comum, tradições etc.), podemos entender que Estado-Nação é a composição entre estes diversos fatores, vinculando um ordenamento político-institucional e territorial para uma população que reconheça este poder. A emergência da Sociedade Capitalista consolidou esta estrutura, uma vez que o território passou a ser gerido de maneira que procure atender, simultaneamente, aos interesses tanto da burguesia internacional quanto da burguesia nacional, ainda que haja dissonâncias de interesses entre estas classes dominantes.

Logo, se a geografia ainda vive uma revolução epistemológica, é natural que seus conceitos também sofram profundas alterações e atualizações. O espaço deixa de ser fixo, o receptáculo, e passa a ser movimento, transformação e fruto da produção humana. A paisagem deixa de ser somente o invisível e passa a permitir uma leitura de suas entrelinhas, o que está oculto no que observamos. O lugar e a região não são mais recortes eminentemente cartográficos, mas passam a absorver razões culturais, econômicas, políticas e identitárias. E, com o *território*, uma transformação conceitual também ocorre: em sua formulação clássica, o território estava amarrado ao conceito de **Estado-Nação**; nas novas abordagens geográficas, o território é multiplicado e constituído em diversas escalas e esferas, cotidianamente.

É possível afirmar que esta concepção geográfica de território-Estado-Nação advém da obra de Friedrich Ratzel, que através de seu conceito de *espaço-vital* vinculava o solo e suas riquezas com base nas potencialidades de um determinado Estado. Tal ideia possibilitava amparar os interesses imperialistas alemães e permitia uma leitura geopolítica das relações de poder mundiais.



Friedrich Ratzel foi um proeminente geógrafo alemão responsável pela valorização do elemento humano na Geografia e da orientação geopolítica do entendimento do espaço, uma vez que vivenciou a constituição do Estado alemão e seus desígnios expansionistas. Neste aspecto, construiu o importante conceito de *espaço vital*, que significava uma proporção de equilíbrio entre a população de uma determinada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades (MORAES, 1985, p. 56), e que todo Estado deveria conquistar. Este conceito de espaço vital vinculou, definitivamente, o território ao poder e o situou como base do Estado e como recurso de enriquecimento e de exploração.

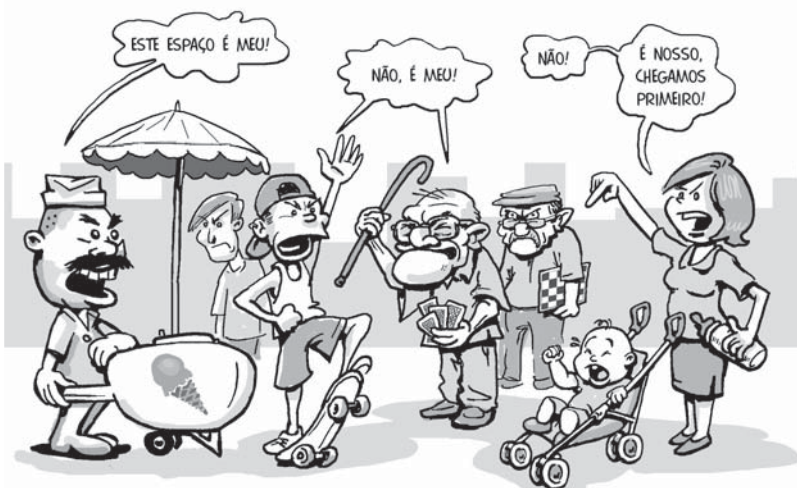
Se o Estado-Nação permanece – e parece ser imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo, *ainda que alguns autores apregoem o seu fim* – e assim o território nacional continua sendo base para uma série de reflexões geográficas, não é difícil perceber que outras formas de poder territoriais se mostram presentes, como nos alerta o importante trabalho Marcelo Lopes de Souza (1995).



Alguns autores, possivelmente empolgados com a velocidade da comercialização, das comunicações e dos transportes sob a égide da Globalização, julgaram que a sociedade territorial, com Estados Nacionais, seria paulatinamente substituída por uma sociedade formada por redes. Rogério Haesbaert nos lembra que Bertrand Badie (1996) e Manuel Castells (1999) trabalham o conceito de território como oposição à rede, sendo esta última marcada por uma dinâmica descontínua, acelerada e com uma lógica “desespacializada”.

Para este autor, o conceito de território não deve ser reduzido e exclusivo à escala do Estado, pois o tornaria ideológico e deslegitimaria as múltiplas escalas temporais e espaciais das relações de poder. Pois, como argumenta, pode-se extravasar o nacional, quando países-membros fazem acordos territoriais, como a União Europeia ou a OTAN, ou surgir em tamanhos acanhados, como uma rua dominada por uma facção criminosa. A partir de suas explicações, múltiplas formações de territórios irrompem no cotidiano: o de prostituição, masculina ou feminina, gangues de rua, camelôs e ambulantes, o do narcotráfico, entre muitos outros. Mas, claro, se o espaço está repleto de territórios, nem todo espaço é um território: uma cidade abandonada,

por exemplo, não será um território, com suas ruínas e formações naturais. Só temos território onde ocorre a ação humana!



Com esta renovação em seu significado, o território torna-se um conceito mais dinâmico, pois agrega *relações de poder e de identidade*, e ainda mantém sua forte concepção de *fonte de recursos econômicos e ecológicos*, como nos ensina a Geopolítica. Se hoje falamos em territórios da prostituição, territórios religiosos, territórios do tráfico de drogas etc., é porque podemos dizer que assistimos com frequência contundentes processos de territorialização e desterritorialização.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. O Tibete é uma província controlada (ainda que possua certa autonomia) pela China, desde a explosão da Revolução Cultural imposta por Mao-Tsé Tung com a implementação do socialismo real no país. O Tibete possui traços culturais dissonantes do restante da China, idioma (na verdade, um conjunto de dialetos) próprio, e é conhecido mundialmente por sua religião, baseada no budismo e que reconhece o *Dalai Lama* como líder espiritual e político. São fortes as pressões, internas e externas, pelo fim do domínio chinês no Tibete.

Segundo a conceituação contemporânea, podemos definir o Tibete como um território? Justifique sua resposta:

Segundo Marcelo Lopes de Souza, **território-rede** é um termo que pretende designar a formação de uma ponte conceitual entre o território, que é geograficamente contínuo, e a rede, onde não há contiguidade espacial e que acaba sendo formada por arcos (ligações) entre nós (pontos de contato). O mesmo autor, que aplica a denominação território descontínuo a esta forma geográfica, cita o exemplo do domínio de favelas pelas organizações de tráfico de drogas, que conseguem comandar morros separados geograficamente (espalhados por toda a cidade, e até mesmo em outros municípios), formando uma grande rede de territórios sob seu controle. Vale acrescentar que, no atual período de globalização, os territórios-rede se tornam cada vez mais comuns; se destacam como importantes ferramentas conceituais para compreensão de assuntos importantes, como o contato entre migrantes, os códigos geopolíticos e de controle de territórios e até mesmo a ramificação e descentralização industrial, oriundos do processo de reestruturação das fábricas, onde estas saem dos países mais ricos para os países mais pobres, quebrando a produção em várias partes, mas mantêm a matriz gerencial no país de origem.

Resposta Comentada

A resposta é SIM. Se olhássemos apenas com os olhos da Geografia Tradicional, utilizando o enrijecido conceito de território como sinônimo de espaço nacional, entenderíamos que o Tibete é apenas um recorte regional da China. Mas, com olhos mais atentos e se apropriando de uma concepção mais rica de território, perceberemos que existe o reconhecimento do poder do Dalai Lama por parte dos tibetanos, ainda que sob o jugo da China. Há uma identidade tibetana, marcada pela cultura, especificamente religiosa; e pelo idioma, e ainda se destaca a reivindicação da autonomia política plena por parte do Tibete.

Território, territorialidades, territorialização e desterritorialização

Da mesma maneira que o conceito de *território* passou por um verdadeiro processo de atualização, é importante destacar que inúmeras derivações e complementos surgiram para aumentar as possibilidades de utilização desde recorte geográfico. Marcelo Lopes de Souza (1995) nos lembra que os territórios podem ser *cíclicos* ou ainda *móveis*, citando como exemplo, no primeiro caso, uma área urbana que de dia é ocupada por pessoas trabalhando em comércio e oficinas e, à noite, por prostitutas e seus clientes. No segundo episódio, utilizando-se também do exemplo da prostituição, uma área que, um ano antes, era dominada por prostitutas, após este período passou a ser controlada por travestis. Outro importante autor que também aprofunda as possibilidades de uso de conceito de território é Rogério Haesbaert (2007), que trabalha com a concepção de **território-rede**, onde os fluxos podem se tornar dominantes de maneira que passem a ter caráter territorial.



Assim, além do conceito de território, utilizamos algumas derivações teóricas para explicarmos a realidade. Afinal, se o território, com esta interpretação contemporânea rica e dinâmica, pode se locomover espacialmente, desaparecendo e renascendo, o processo de criação territorial também passa a ser de fundamental compreensão.

Podemos denominar *territorialização* o processo contínuo de criação de territórios pelos mais diferentes grupos sociais, de acordo com suas exigências espaciais e de exercício de poder. O processo de territorialização é contínuo, pois os conflitos sociais também são ininterruptos.

Na tentativa de construção de seus territórios e para a manutenção dos mesmos, estes grupos sociais passam a preencher o seu espaço com sua *territorialidade*, ou seja, com suas características, suas ideias, suas mercadorias, suas tradições, suas histórias, suas culturas. Apesar de criticar tal asserção, Marcelo Lopes de Souza (1995) acaba definindo bem quando afirma que a territorialidade é uma espécie de comportamento espaço-territorial de um grupo social.

Por fim, logicamente, se os grupos sociais possuem uma territorialidade específica, que permite integração e entendimento entre os homens, quando um indivíduo é isolado de seu grupo ou ainda inserido em um território que lhe é estranho, este sofre com um processo que podemos definir com *desterritorialização*. Inspirado em Milton Santos (2002), podemos afirmar que desterritorialização é uma palavra utilizada com frequência como estranhamento ou desculturalização, e é este autor que nos fornece um bom exemplo, ao lembrar a desterritorialização dos homens do campo quando vêm para a cidade grande, pois abandonam uma cultura herdada e se defrontam com um espaço desconhecido cuja história não ajudaram a construir. Para que se adaptem, estes indivíduos passarão por um processo de *reterritorialização*, ou seja, a lenta e gradual adequação a um território.



Como o território desdobrou-se em “verbo”, “ação” (territorializar, territorialização etc.), talvez seja importante ilustrarmos as concepções de territorialização, territorialidade e desterritorialização com um exemplo:

Cabo Frio é uma cidade localizada no Estado do Rio de Janeiro a cerca de 150 km da capital, cuja base econômica principal é o turismo, mesmo com os aportes dos *royalties* do petróleo oriundos da extração da Bacia de Campos e com as atividades pesqueiras e salineiras. Na condição de cidade turística, Cabo Frio passou, nas últimas décadas, por um contundente processo de reformulação urbana, na tentativa de melhorar esteticamente a cidade e produzir um ordenamento espacial condizente com o processo de comércio de paisagens.

A cidade de Cabo Frio é um território, recortado na condição de município com administração direta do prefeito, que executa políticas territoriais em prol da economia do município. Mas, no interior da cidade, assistimos contínuos processos de territorialização: na Praia do Forte, os vendedores de quiosques espalham cadeiras na areia e cobram valores de quem as utiliza; surfistas usam suas pranchas fincadas na areia para demarcar sua área de diversão; ambulantes respeitam um perímetro de ação, sem invadir o espaço do outro; banhistas espalham suas toalhas para destacar onde se estabelecerão. Todos demonstram traços de suas territorialidades, com cadeiras plásticas, pranchas, isopores com bebidas para venda, toalhas, e constituem seus territórios, ainda que móveis ou cíclicos.

Assim também ocorre na cidade como um todo: em bairros como o Centro, o Braga, a Passagem, entre outros, turistas desfilam seus carros imponentes, suas roupas e acessórios importados e consomem o que possuir maior qualidade dentre a culinária local. Em bairros como Jardim Esperança, Guriri ou Tangará, distantes do centro da cidade e separados pelo Canal do Itajuru, o cenário é outro, marcado pelas dificuldades financeiras, com carros simples, bicicletas e comércios e restaurantes de valor bastante econômico. Há um conflito de territorialidades

em um enfrentamento cotidiano crescente, até mesmo porque a cidade tem assistido a um vertiginoso crescimento populacional nas últimas duas décadas.

Esses novos moradores – que podem ser desde aposentados abastados que chegam para compor a classe média local a trabalhadores que aportam na cidade em busca de oportunidades –, ao se estabelecerem em Cabo Frio, sofrem com um processo de desterritorialização: estranham a realidade local, por exemplo, se são oriundos de centros urbanos com uma dinâmica muito mais acelerada; sentem-se por vezes deslocados até encontram grupo com identidades semelhantes; demoram a se acostumar com os costumes e tradições locais. Interessante perceber que os habitantes locais também vivem sentimento semelhante, pois com a modernização da cidade também se desterritorializam e passam a estranhar a realidade em que vivem. Em ambos os casos, a adaptação é lenta e gradual, e podemos denominar esta adaptação como um processo de reterritorialização. Este processo é cotidiano e contínuo, que mostra toda a dinâmica territorial que acontece no espaço geográfico.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Arraial do Cabo, assim como Cabo Frio, é uma cidade que está situada na Região das Baixadas Litorâneas do estado do Rio de Janeiro. Como particularidade, localiza-se na cidade de Arraial do Cabo a Companhia Nacional da Álcalis – hoje em profunda crise, em um caso contundente de fracasso das políticas de privatização da década de 90 no Brasil –, fundada durante o governo nacional de Getúlio Vargas (quando a cidade ainda fazia parte do município de Cabo Frio), com a missão de produzir barrilha e soda cáustica, matérias-primas fundamentais para a indústria química e farmacêutica, a partir da extração de calcário, abundante nesta região. Em uma área formada particularmente por pescadores, surgiu a figura do operário para trabalhar no novo empreendimento. Atualmente, convivem na cidade pescadores, operários e turistas/veranistas que aproveitam as belezas mari-

nhas, presentes em pontos turísticos como Praia Grande, Praia da, Praia do Pontal e Pontal do Atalaia.

Assim,

a. Explique por que podemos afirmar que estes grupos – pescadores, operários e turistas/veranistas – constituem diferentes territorialidades.

b. Explique por que motivo, no decorrer da implementação da Alcalis, os pescadores então habitantes de Arraial do Cabo viveram um profundo processo de desterritorialização.

Respostas Comentadas

Na primeira questão (a), você deve apontar que estes diferentes grupos possuem diferentes culturas, histórias e características. A territorialidade dos pescadores se mantém por seus hábitos, que englobam desde acordar cedo (obedecendo ao tempo da Natureza) para pescar até uma vida simples pautada na subsistência, e seus apetrechos espaciais: barcos, redes e varas de pesca, tarrafas, anzóis etc. O mesmo ocorre com os operários, com hábitos urbanos e marcados pelo assalariamento, por moradias mais equipadas e vidas sociais pautadas no horário de trabalho; já os turistas/veranistas, que utilizam a cidade como divertimento, possuem pouco ou nenhum apego com os hábitos locais e preenchem o espaço com objetos desde cadeiras de praia até lanchas modernas.

Na segunda questão (b), com a chegada da fábrica, e assim com sua vultosa planta, vila operária e mudanças impactantes na estrutura urbana da cidade, os pescadores viveram um processo de desterritorialização, pois passaram a estranhar a cidade em que viviam, se questionarem se Arraial do Cabo ainda permanecia como seu território.

Território e turismo

Não são poucas as formas de associarmos o estudo da atividade turística com o conceito de território. Aqui priorizaremos para análise:

- [1] O uso do território pelo turismo;
- [2] a hegemonia do território turístico sobre outros territórios, quando este se torna a principal atividade econômica de determinada cidade ou região; e, por fim,
- [3] o processo de segregação territorial ocasionado, por exemplo, pela *urbanização turística*, segregadora e pautada nos interesses da classe dominante.

Inicialmente, quase que como uma evidência, o turismo é uma atividade profundamente territorial, já que depende dos recursos naturais, culturais, históricos e urbanos para o seu estabelecimento. Fica patente que o território, na condição de recurso, é matéria-prima para que se estabeleça a valorização de uma determinada cidade, por exemplo, para a atividade turística.



O simples fato de denominarmos recursos naturais as riquezas oriundas da natureza já ilustra um processo de valoração econômica da mesma. O termo recurso remete a algo com serventia específica, para um fim, e no caso a Natureza se transforma em recurso para servir ao capital, seja como matéria-prima para a produção industrial, seja como objeto estético para contemplação e usufruto da atividade turística.



E o estabelecimento pleno da atividade turística significa, muitas vezes, a supressão de outros territórios. É comum a instalação de resorts e redes hoteleiras em geral, calçadões e *decks* para passeio, praças ornamentadas com chafarizes e multicores de impacto, construção de caminhos e indicações de rotas para o trajeto do visitante; em suma, uma infinidade de objetos que compõem uma territorialidade específica do turismo, que por vezes demanda a supressão de outras territorialidades, como a de comunidades tradicionais (pescadores, caçaras, tribos indígenas etc.) ou mesmo da população local.

Vale lembrar que, mesmo no turismo, há diferentes territórios: em uma mesma cidade, determinadas praias podem ser voltadas para um público economicamente mais seletivo enquanto outras são mais frequentadas pelas camadas mais populares. Podemos observar isto estudando o caso de Niterói, por exemplo, onde Itaipu e Camboinhas são praias vizinhas separadas apenas por um canal, mas a primeira é bem servida de transporte público e possui estabelecimentos mais populares, e assim se torna destino certo das camadas populares, enquanto a segunda não possui sequer uma linha de ônibus e dispõe de quiosques mais seletivos. Desta maneira, passa a ser um local frequentado, em sua maior parte, por grupos mais abastados. Esta observação vale para compreender como territórios turísticos se confrontam com outros territórios e que mesmo dentro dos próprios territórios turísticos surgem diferentes territorialidades, como a dos turistas, trabalhadores formais e informais, ambulantes, poder público etc.

Urbanização turística

Conforme diálogo pautado na Aula 15, corresponde basicamente à constatação da existência de formas específicas de produção do espaço urbano engendradas a partir da atividade turística, sobretudo quando esta se impõe como dominante na economia local, em uma modalidade peculiar de produzir e estruturar o espaço. As cidades turísticas dedicam-se quase exclusivamente ao consumo, e mais precisamente ao consumo de artigos e serviços de diversão, prazer, relaxamento e recreação, e não ao consumo de necessidades básicas como moradia, serviços de saúde, abastecimento alimentar, educação etc.

Por fim, podemos relacionar o estudo do território com o processo de **urbanização turística**, que, segundo Gilmar Mascarenhas (2004), pode ser sintetizado em quatro características principais:

- [1] o consumo prevalece sobre as atividades produtivas;
- [2] o crescimento demográfico e econômico tende a ultrapassar as taxas médias, tanto regionais quanto a nacional;
- [3] mesmo com maior dinamismo econômico que a média, o subemprego, a precarização dos contratos, o baixo índice de sindicalização e a baixa remuneração consistem na tônica dominante das cidades turísticas;
- [4] a existência de camadas médias (artesãos, donos de pousadas, restaurantes, lojas e bares) numericamente expressivas e atuantes.

Evidentemente, como já foi discutido anteriormente, a urbanização turística é a expressão mais aguda de um processo de *turistificação* de uma cidade. Mas compreendendo à luz do

conceito de território, em qualquer processo de zoneamento para criação de espaços dedicados às atividades turística, ainda que em cidades com outros campos de produção e cujo turismo não represente a maior demanda econômica, ocorre um evidente processo de segregação territorial. Afinal, com o investimento na forma e estética, a atividade turística prioriza o encantamento do visitante com a parte da cidade eleita para a sua apreciação. Nestas áreas escolhidas de acordo com os interesses do capital, e evidentemente dotadas de algum apelo turístico, são direcionadas as **políticas territoriais**, não obstante a beleza que já possuem. Mas, em geral, toda esta estética serve para criar um imaginário social, que primeiramente escamoteia as diferenças sociais existentes neste verdadeiro processo de segregação espacial, e por fim ainda cria a ilusão de que a cidade está mais bela e por isso melhor para se viver. É a paisagem transformada em ideologia a serviço da classe dominante.



Atividade

Atende ao Objetivo 3

3. Niterói, importante cidade fluminense que faz parte da Região Metropolitana, atualmente tem recebido destaque devido ao alto investimento público na construção do Caminho Niemeyer, um conjunto de obras do famoso arquiteto que projetou Brasília que envolve teatros, museus e outros estabelecimentos culturais. O destaque do Caminho Niemeyer é o modernoso MAC (Museu de Arte Contemporânea), que se assemelha a um “disco voador” e tem substituído a estátua do índio Araribóia, no Centro, como símbolo da cidade. Tal obra causou uma melhora na autoestima da população local e mesmo aqueles que vivem em áreas pobres negligenciadas pela administração municipal se sentem orgulhosos pela beleza do imponente museu.

Explique o porquê da opção pela construção de um caminho turístico em uma cidade como Niterói. Além disso, discuta o fato de mesmo moradores distantes deste caminho em processo de implementação se sentirem tão orgulhosos de sua construção.

Políticas territoriais

Trata-se do conjunto formado pelos investimentos governamentais no território e pelas intervenções dos demais agentes modeladores do espaço. Tende-se a imaginar que tais políticas são prerrogativas das administrações governamentais – e evidentemente são estas as principais ordenadoras do território –, mas não devemos esquecer que outros grupos hegemônicos também articulam a produção do espaço segundo seus interesses.

De qualquer maneira, podemos denominar políticas territoriais os processos de criação de eixos de desenvolvimento urbano, as possibilidades de gestão ambiental, o investimento em áreas para determinada atividade (como universitária, técnica, industrial e comercial), a implementação de cabeados e redes de tecnologia e informação, entre muitas outras.

Resposta Comentada

Você deve notar que a opção pela construção do Caminho Niemeyer (o termo caminho parece deixar tão evidente!) é a priorização de uma parte da cidade como polo de atração turística, além da valorização do imobiliário das áreas próximas a este investimento público. Há uma clara segregação territorial, onde uma parte da cidade recebe investimentos enquanto outros lugares são negligenciados pelo poder público. Mas a população em geral não capta tão facilmente este processo de segregação, por causa da ideologia contida na paisagem, em que o embelezamento das formas urbanas mexe com o imaginário e cria a impressão de que a cidade está melhorando e tornando-se mais saudável para se viver.

Conclusão

O conceito geográfico de território é fundamental para o entendimento das atividades turísticas. Em sua expressão mais contemporânea, com maior autonomia em relação ao Estado e ao poder público em geral, torna-se importante ferramenta para a compreensão da realidade cotidiana. Assim como não há dúvidas da incorporação do território como recurso, que envolve desde a beleza dos mares até um possível catálogo de edificações históricas, o turismo é responsável por um profundo processo de encontro de territorialidades: entre turistas mais abastados e turistas com menos possibilidades financeiras; entre trabalhadores formais e informais; entre a população local e as comunidades tradicionais em relação aos visitantes sazonais. Discutir o conceito de território em sua plenitude é uma obrigação de todo aquele que se debruça no estudo da atividade turística.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Nesta aula, observamos o quanto as políticas territoriais voltadas para o turismo podem ser apenas de caráter estético e segregadoras, criando verdadeiros territórios de exclusão. Mas será que todas as políticas territoriais voltadas para o turismo são somente prejudiciais às classes submissas?

Cite três exemplos de políticas territoriais voltadas para turismo que podem ser benéficas para as camadas mais pobres de uma cidade economicamente baseada nesta atividade.

Resposta Comentada

Você pode elencar, entre uma série de políticas territoriais: o investimento urbano maciço em toda a cidade turística sem negligenciar as camadas mais pobres; um processo de gestão ambiental cuja principal qualidade seja realmente um maior cuidado para com a Natureza, sem vinculação aos interesses específicos do capital; criação de espaços destinados a uma melhor educação de toda a população local, através de universidades, escolas técnicas, cursos de idiomas etc., que pretendam contribuir para uma melhor formação como cidadãos conscientes e críticos, e não apenas para o mercado de trabalho; a geração de empregos nas obras turísticas; o acesso democrático às áreas mais belas da cidade, sem que estas permaneçam isoladas como prerrogativas dos turistas detentores de maior poder econômico.

Resumo

O território é um dos conceitos mais importantes da ciência geográfica. Da mesma maneira que a Geografia viveu um período de eloquente transformação teórica, seus conceitos também receberam melhor tratamento e adequação à realidade contemporânea. Assim, o território deixou de ser discutido apenas como expressão de um Estado-Nação e passou a ser utilizado de maneira mais rica e dinâmica, sendo vinculado a diferentes grupos sociais, como articulação do exercício de poder dos mesmos e pressuposto de identidade social.

Logo, o conceito de território, agora amplificado, também se desdobrou em outras variações, como territorialização (o processo de criação de um território) e desterritorialização (a destruição dos vínculos territoriais, ou melhor, o estranhamento pela não inserção em um território); e ainda a reterritorialização (adequação, em geral lenta e gradual, a um novo território) e as territorialidades (características, ideias, mercadorias, histórias, tradições de um grupo social territorializado). Por ser o entendimento do território algo tão dinâmico, estas concepções complementares surgem para auxiliar na compreensão da transformação territorial cotidiana do espaço geográfico.

Por fim, o turismo é eminentemente uma atividade territorial, pois, além de utilizar o território enquanto recurso, sua prática é extremamente territorialista: afinal, as atividades turísticas se sobrepõem a outros territórios (que vão desde as comunidades tradicionais até a população local como um todo), e ainda proporcionam, em grande medida, um processo de segregação territorial, com a eleição de determinadas áreas para o investimento na forma em detrimento de outras que permanecem excluídas dos roteiros turísticos e do desenvolvimento urbano como um todo.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos a contribuições conceituais de Milton Santos para a Geografia e como podemos utilizar suas reflexões para o estudo do Turismo.

18

A contribuição de Milton Santos

Gilmar Mascarenhas

Meta da aula

Apresentar aspectos relevantes da obra de Milton Santos, de forma a permitir sua compreensão e aplicação ao estudo do turismo.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 diferenciar os conceitos de espaço e configuração espacial, a partir da proposta de Milton Santos;
- 2 reconhecer o espaço como sistema de objetos integrado a um sistema de ações;
- 3 identificar a existência de circuitos espaciais na atividade turística.

Introdução

Milton Santos é, sem dúvida alguma, o mais importante geógrafo brasileiro de todos os tempos. Filho de professores primários negros e nascido em 1926 na pequena cidade de Brotas de Macaúbas, interior da Bahia, formou-se em Direito. Porém, mais do que seu doutorado em Geografia (obtido em Strasbourg, França, em 1958), a lista imensa de valiosos livros e artigos e toda a dedicação ao ensino dessa disciplina fazem dele um autêntico geógrafo.

O reconhecimento de sua capacidade intelectual foi crescente ao longo de sua vida, tendo alcançado um dos momentos mais importantes quando recebeu, em 1994, em Paris, o prêmio Vautrin Lud, espécie de prêmio Nobel da Geografia mundial. Desde então, sua obra tornou-se muito mais lida e conhecida no Brasil, razão pela qual é inestimável sua contribuição ao próprio reconhecimento da Geografia em nosso país, até então rotulada como uma disciplina de menor importância e presa à memorização inútil de acidentes geográficos diversos. A originalidade e o vigor de seu pensamento justificam uma aula inteiramente dedicada a sua contribuição, embora seja impossível resumir todo o seu pensamento em poucas páginas. Vejamos então algumas formas de entender o turismo pela via “miltonsantiana”.

Em aulas anteriores, em diversos momentos recorremos a conceitos de Milton Santos. Desta vez, iremos mais fundo, buscando captar elementos centrais de seu rico método de análise.

Os conceitos de espaço e de configuração espacial

A Geografia se define como a ciência do espaço. São muitas as definições de Geografia, conforme vimos ao longo deste curso, mas prevalece a da ciência que procura compreender a dinâmica espacial. Mas o que é o espaço geográfico, este objeto de estudo dos geógrafos?

Não se assuste ao saber que mesmo entre os especialistas no assunto existe grande polêmica. Ao longo de sua história, a Geografia criou inúmeras definições acerca do que seria o espaço, e nem vale a pena aqui retomar todo esse longo percurso. A nós interessa a definição criada por Milton Santos. Mas ele mesmo não a inventou do nada, obviamente! Ele a produziu a partir da reflexão sobre a contribuição de geógrafos que o antecederam na busca da **ontologia do espaço**.

A Geografia sempre se voltou para algumas indagações fundamentais que movimentam suas reflexões sobre o espaço. Talvez a mais importante de todas seja esta: por que as coisas estão ali onde elas estão?

O geógrafo observa o espaço, contempla a natureza e as formas criadas pela civilização. Percorrendo lugares, vai observando suas paisagens e fica se perguntando sobre as razões que levaram àquela determinada disposição das coisas no mundo. Pergunta-se sobre as estradas, o percurso que elas fazem, as pessoas e mercadorias que as atravessam, a intensidade deste fluxo, de onde vêm e para onde vão tantas pessoas e coisas. Pergunta-se sobre os tipos de moradias, sobre as formas de sobrevivência. Enfim, o mundo se apresenta aos nossos olhos segundo uma determinada configuração espacial. A Geografia sempre quis entender e explicar essa configuração, essa distribuição das pessoas e dos objetos no espaço. Por isso elegeu o espaço como sua categoria de análise mais importante.

Seria o espaço geográfico essa distribuição das coisas pelo mundo? Não. Vamos chamar essa distribuição de configuração espacial, que por sua vez é sinônimo de configuração territorial e de configuração geográfica. A configuração espacial é justamente essa forma, esse desenho, esse arranjo dos objetos no espaço. É portanto algo que podemos facilmente mapear. Cada objeto geográfico (casa, rua, praça, praia, viaduto, plantação, floresta) pode ser mapeado pelo simples motivo de ocupar no espaço uma extensão precisa, e igualmente possuir uma localização precisa, localização esta que lhe é exclusiva. Exemplo: uma casa

Ontologia vem do

grego e quer dizer conhecimento do ser, ou estudo do ser. No caso das ciências, a ontologia significa a busca pela identidade de cada disciplina, ou de cada objeto do estudo científico.

A ontologia do espaço, portanto, é uma reflexão filosófica em torno do que é o espaço, de que ele é composto, qual é a sua natureza mais profunda.

possui um endereço, uma localização precisa no espaço, que não se confunde, isto é, não se superpõe à localização de outros objetos em sua vizinhança, como a rua, a escola, a praça, as lojas. Cada objeto tem sua localização.

Também dentro de nossas casas podemos notar a existência de uma configuração espacial. A começar pela planta do imóvel, que estabelece uma disposição específica dos cômodos. Cada imóvel possui determinado número de cômodos (geralmente uma cozinha, um ou dois banheiros, uma ou duas salas, um ou mais quartos etc.). E dentro de cada cômodo podemos observar uma configuração espacial própria, segundo a distribuição do móveis dentro dele. Se mudamos o lugar do sofá na sala, estamos alterando sua configuração espacial. Isso é comum acontecer. Menos comum é alterarmos a configuração da casa como um todo, derrubando paredes, por exemplo, para expandir certos cômodos em detrimento de outros.



Observe que os cômodos, além de nem sempre terem a mesma disposição dentro do imóvel, variam muito de extensão. Portanto, quando falamos em configuração espacial, estamos nos referindo a dois aspectos básicos: localização e extensão territorial.

Deixemos a casa e voltemos à escala da cidade. As casas variam de tamanho; terrenos, idem. Uma praça tende a ser maior que uma casa. Uma escola tende a ser maior que a praça. Um hospital, maior que a escola. Um parque urbano tende a ser maior que o hospital porém menor que um aeroporto. Em suma, os objetos têm sua localização e também sua extensão, que é bastante variável. O que vemos nos mapas é a configuração espacial. O espaço é algo um pouco mais complexo que isso.

Vamos partir da noção de configuração espacial para chegar ao espaço. Milton Santos considerou que o conjunto de objetos naturais e culturais (ou artificiais) forma a configuração espacial, da qual a paisagem seria um aspecto (a parte da configuração espacial que nossos olhos captam, sob determinado ângulo) mas nos alerta para o seguinte:

Na terminologia geográfica corrente, essas duas expressões – configuração espacial e paisagem – substituem frequentemente e equivocadamente a palavra espaço. Ora, a configuração espacial é um dado técnico, enquanto o espaço é um dado social (SANTOS, 1996, p. 61).

Devemos estar atentos para evitar esta confusão. Nesse sentido, reportamo-nos a outra colocação do autor, para quem

(...) a configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. (...) esta é uma outra forma de apreender o objeto da geografia (SANTOS, 1996, p. 51).

Está portanto dito que o espaço ultrapassa a configuração espacial, sendo o somatório desta com as relações sociais que a animam e lhe dão sentido. Para compreender esta forma de pensar o espaço, vamos recorrer a outro pensador, aqui já citado em aula anterior, o filósofo francês Henri Lefebvre. Ele se preocupou em diferenciar cidade e urbano (urbano aqui tomado como substantivo e não como adjetivo, conforme tradicionalmente utilizamos tal palavra). A cidade seria o conjunto dos artefatos que

nela vemos, ou seja, sua materialidade, ao passo que o urbano seria algo não propriamente material ou visível. Algo abstrato, podemos dizer. O urbano seria o conjunto de forças que dão vida à cidade, que alimentam seu cotidiano de ações. Essas forças são os interesses econômicos, políticos e também a cultura, com suas tradições e seus modismos. Portanto, o urbano é aquilo que não vemos, a não ser seus efeitos sobre a configuração espacial. Uma reforma urbanística, a implantação de uma nova artéria urbana ou a construção de um túnel, são fatos que alteram a cidade, mas não o urbano, necessariamente. As mudanças no urbano são mais lentas, e somente as percebemos pela via da observação e reflexão dos fatos. Milton Santos endossa esta perspectiva, afirmando que o urbano é o geral, o abstrato, enquanto a cidade é o particular e o concreto (1994, p. 69).

Exemplo: um casario antigo na periferia da área central de uma metrópole é um dado da cidade, ou seja, da configuração espacial. Sua permanência ali é, porém, um dado do urbano. Por quê? Sua preservação se explica não pela durabilidade de seus materiais e sim pelas relações sociais que lhe permitiram ali ficar e que hoje em dia até o valorizam, fazendo casarões antigos se transformarem em locais de *shows*, bares, ateliês etc. Note que existe a materialidade, mas sua função e seu significado mudam com o tempo. O casario antigo, outrora menosprezado, hoje é alvo de interesses econômicos e políticos, e valorizado pelo modismo, pela cultura. Em suma, o par conceitual cidade e urbano em Lefebvre é uma forma de pensar semelhante à proposta de Milton Santos de diferenciar configuração espacial e espaço.



Todos nós lidamos atualmente com a informática. Através dela podemos refletir sobre diversos fenômenos. Todos sabem que, em um computador, existem dois conjuntos distintos: o *hardware* e o *software*. O primeiro reúne o conjunto de peças que formam o computador (*chips* em geral). É a parte material e visível da máquina. Já o *software* é o conjunto de programas que operam a máquina. Você não os vê, mas eles existem. Podemos fazer esta analogia que, como toda analogia, é um recurso limitado, sujeito a deformações da realidade, mas certamente é um recurso didático útil. A analogia, no caso, é: o *hardware* seria a configuração espacial e o *software*, o espaço. Um é a materialidade e o outro é a força invisível que o anima, que o comanda.

Como transpor estes conceitos para o universo do turismo? Infelizmente, Milton Santos não realizou tal exercício. Aliás, em toda a sua obra, são poucas as alusões ao turismo, considerando a dimensão e a importância desta atividade no mundo atual. Mas é plenamente viável aplicarmos estas noções ao turismo. Vejamos então: todo destino turístico possui uma configuração espacial, obviamente. Podemos listar, para cada um dos destinos turísticos, o conjunto de objetos geográficos que o compõem. E em cada destino encontramos também o espaço, pois os objetos ali existentes (hotéis, pousadas, vias de acesso, atrativos turísticos etc.) foram produzidos por relações sociais (desde os interesses econômicos envolvidos, passando por políticas públicas de incentivo e pelos investimentos concretos dos agentes privados ali). O espaço está também presente na atitude dos turistas, que valorizam aqueles objetos, pagando por eles, gastando para chegar até eles e agindo de uma forma específica diante deles, consumindo-os como turistas modernos.

Tomemos um caso específico, a cidade de Conservatória, no interior fluminense, famosa como a capital das serestas e que recebe todos os finais de semana inúmeros visitantes. Conservatória, com apenas cinco mil habitantes, tem sua configuração espacial, que em parte é comum a outras cidades de seu porte

(o casario predominante, com ausência de edifícios, escolas primárias, centro de saúde, correio, prefeitura, vias públicas, praças etc.), e em parte é própria de destinos turísticos (pousadas, centro de informações, um número maior (e em melhor padrão e qualidade) de bares e restaurantes de uma cidade pequena não turística, e outros serviços especializados como chocolaterias e sorveterias. Aliás essa distinção entre cidades turísticas e não turísticas será alvo de nossa Aula 20.

No caso de Conservatória, por ser especializada no ramo das serestas, temos em sua configuração espacial objetos muito raros, como museus de cantores do passado (Sílvio Caldas, Vicente Celestino, dentre outros) e uma estátua dedicada a um importante seresteiro local, considerado um dos grandes incentivadores dessa forma de expressão musical que singularizou Conservatória, conforme observamos a seguir:



Gilmar Mascarenhas

Figura 18.1: Estátua de José Borges de Freitas Netto (1922-2002), na Rua do Meio, via de pedestres e mais importante logradouro no centro de Conservatória (RJ).



Conservatória atrai turistas de todas as faixas etárias, mas, sem dúvida, prevalecem os da terceira idade, pois as serestas fizeram muito sucesso, sobretudo entre os anos 1930 e 1950. São letras românticas, lentas e cantadas no estilo “vozeirão”, que entrou em decadência com o advento da bossa nova e do rock’n’roll nos anos 1960. Caso esteja interessado, você pode pesquisar sobre a vida e obra desses seresteiros (Sílvio Caldas e Vicente Celestino) e muitos outros (Nelson Gonçalves, por exemplo, que somente perde para Roberto Carlos em número de discos vendidos na história da música brasileira).

Em Conservatória, além dos objetos descritos aqui, podemos citar o intenso comércio voltado para os turistas (suvenires, vestuário etc.), portanto, faz parte da configuração espacial local esta concentração de pequenas lojas ao longo das ruas que circundam o espaço das serestas. A Rua do Meio vista na fotografia, tornou-se o centro das atenções nos últimos anos, com o desenvolvimento do turismo. Antes, a vida social se concentrava na praça principal da cidade, onde se ergue a igreja matriz. Enfim, é essa disposição espacial dos objetos aqui citados que forma a configuração espacial de Conservatória. Mas e o espaço, como fica?

Seguindo a proposta de Milton Santos, devemos nos reportar às relações sociais que produziram aquela localidade e lhe dão vida e sentido. Portanto, uma primeira indagação se dirige aos agentes sociais que organizam o turismo no local, quem são, como agem, que produto turístico oferecem. E também considerar o turista, o agente externo, verificar os motivos de sua visita e a forma como ele consome esse produto turístico. Não podemos esquecer o agente estatal, verificando suas políticas públicas e como elas incidem sobre a cidade. Por fim, temos os trabalhadores locais, envolvidos na atividade turística, bem como o conjunto dos moradores. Este conjunto de atores (ou agentes) trava entre si um conjunto de relações. Tais relações sociais criam objetos, atribuem funções a esses objetos,

bem como sentidos e significados que permitem a continuidade daquele local como destino turístico. Ao considerar este conjunto de relações, estamos atingindo a compreensão daquele espaço geográfico, um espaço que para uns é fonte de lucros, para outros, de prazer, e para outros, de rotina de trabalho para a dura sobrevivência cotidiana.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Observe sua localidade, que pode ser uma zona urbana ou rural, e nela identifique a configuração espacial existente. A seguir, procure dissertar sobre o espaço geográfico de sua localidade.

Comentário

Você deverá listar os principais objetos existentes na localidade, mas não esquecer que é fundamental estabelecer a configuração, ou seja, a forma como eles estão dispostos entre si. Quanto ao espaço, seu esforço se dará no sentido de identificar os agentes sociais ali atuantes, perceber seus objetivos e suas práticas, para depois voltar-se aos objetos e compreender a função que eles exercem e o significado que têm para a comunidade e para a localidade.

Estamos diante de uma forma de compreender o espaço, tomando-o como a soma da materialidade com as relações sociais. E vimos que isso não é nada simples. Segundo o próprio Milton Santos, é bastante difícil definir o espaço:

Não sejamos injustos. Compreende-se por que os geógrafos se dedicaram muito mais à definição da geografia do que à definição do espaço. Esta última é uma tarefa árdua. Assim como Santo Agostinho disse do tempo: “Se me perguntam se sei o que é, eu respondo que sim, mas se me pedem para defini-lo, respondo que não sei”. O mesmo pode ser dito do espaço (SANTOS, 1986, p. 119).



Mas Milton Santos não desistiu e, nessa busca de uma definição que permita uma operacionalização maior do conceito, isto é, tornando-o mais preciso e concreto, primeiramente propôs entender o espaço como um conjunto de *fixos* e *fluxos*. Os fixos seriam todas as coisas imóveis, fixas na paisagem, tais como casas, estradas, pontes etc. Os fluxos corresponderiam ao movimento de pessoas e coisas pela superfície terrestre.



Os fixos fazem parte do vasto conjunto dos objetos geográficos, tema que acabamos de estudar. Mas nem todos os objetos geográficos são chamados fixos. Um automóvel, por exemplo, é um objeto geográfico, pois é produto humano e tem sua influência na dinâmica espacial. Mas não é um fixo, pois não está enraizado na paisagem. As ruas e demais vias de circulação que o automóvel utiliza são, por sua vez, fixos e são também objetos geográficos.

Fixos e fluxos estão integrados. Os fluxos ocorreriam, nessa definição de espaço, em função dos fixos. Expliquemos melhor: tudo o que se movimenta utiliza os fixos (estradas, túneis, ferrovias, portos, aeroportos etc.) e vai em busca desses fixos (casas, mercados, lojas, bancos, praias, hotéis etc.), levando ou trazendo produtos e pessoas. Enfim, os fluxos não existiriam sem esses fixos. Pelo menos não existiriam na forma, na intensidade e na direção que os conhecemos.

Mais do que isso, fixos e fluxos estão tão integrados que se explicam mutuamente, ou seja, eu entendo melhor um determinado fixo se verifico os fluxos em torno dele e vice-versa, eu

entendo melhor um fluxo examinando os fixos que lhe justificam existir. Se você rever a Aula 1, na qual se trata do espaço de fluxos, entenderá mais facilmente essa proposta de Milton Santos. Vale também rever a noção de rede urbana e hierarquia urbana, que trabalhamos na Aula 3. Mas vamos então aos exemplos.

Em todo o Brasil, São Paulo certamente corresponde ao maior volume de fixos concentrados no território. São milhões de casas e edifícios, milhares de ruas e avenidas, centenas de estações do metrô, enfim, um conjunto imenso de coisas reunidas, coisas que nossa engenharia produziu. Essas coisas, a que nós geógrafos chamamos fixos, estão ali não por acaso. Tamanha concentração de fixos, a maior da América Latina, ali está porque existem numerosos fluxos em direção à metrópole paulistana, fluxos diversos. É preciso existir muitos fixos para dar conta de tantos fluxos. Mas a recíproca é verdadeira! Haja fluxo para abastecer tantos fixos. Enfim, vale a clássica analogia do ovo e da galinha: quem veio primeiro, não sabemos, nem importa. Ou um recurso mais recente: saber se determinado biscoito é fresquinho porque vende mais ou vice-versa. O que importa é constatar que ambos se alimentam.

Seguimos no caso de São Paulo. A cidade, que era pequena em meados do século XIX, cresceu muito ao longo do século XX e se tornou a maior do Brasil. Um dos grandes fatores desse crescimento foi a concentração de indústrias. Elas se concentraram por várias razões: primeiro, havia o acúmulo de capitais provenientes da cafeicultura. Essa produção, a maior do Brasil até pelo menos 1930, fez de São Paulo um importante centro econômico, com ferrovias que se espalharam por todo o território interior, conectando-o com São Paulo, e daí para o porto de Santos, para a exportação. Então vejamos: quando o café entrou em crise (1930), São Paulo tinha essa malha ferroviária formidável e uma elite muito rica, disposta a mudar de ramo de negócios. Em resumo, a economia pujante gerava fluxos; estes pediam por novos fixos (ferrovias, armazéns, bancos, escritórios), estes fixos iam surgindo rapidamente e, quanto mais surgiam, novas oportunidades

ofereciam para surgimentos de novos fluxos. Muitas atividades, assim como a indústria, surgiram e se desenvolveram aproveitando essa formidável concentração de fixos. Todo esse movimento foi se acelerando e fazendo São Paulo se tornar a maior metrópole da América do Sul.

Esse raciocínio de fixos e fluxos pode ser plenamente aplicado ao turismo. Com exceção dos destinos turísticos planejados, como Cancun, Las Vegas e Costa do Sauípe (BA), a grande maioria surge a partir de um pequeno fluxo de visitantes. Este fluxo, conforme vai sendo percebido e vai crescendo, começa a atrair investidores, e estes criam meios de hospedagem e de alimentação (a princípio rústicos). Tais fixos permitem aumentar o fluxo de visitantes, pelo conforto oferecido e também pela divulgação crescente do local e seus atrativos. Conforme aumenta o fluxo, novos investimentos são feitos, gerando novos fixos, tais como vias de acesso, lojas diversas, centro de informações etc. O aumento dos fixos também favorece o aumento dos fluxos, numa escalada de crescimento do destino turístico. Os problemas derivados deste crescimento (poluição, saturação, engarrafamentos etc.) surgem e podem afetar gravemente a qualidade do produto turístico oferecido, mas o fluxo tende a se manter, mesmo com algum declínio eventual. Por quê?

Segundo o raciocínio de Milton Santos, fluxos e fixos estão integrados. Os fixos ali existentes garantem os fluxos. Esta seria talvez a principal razão para se entender por que determinados destinos turísticos, mesmo em decadência, conservam seus fluxos de turistas. Um exemplo seria uma antiga praia paradisíaca que, com o turismo intenso, produziu uma paisagem densa em edificações e por isso esgotos a céu aberto e outros problemas ambientais. Há no Brasil diversos casos assim. Estas praias certamente deixaram de ser opção para turistas de melhor poder aquisitivo, mas não deixaram de receber visitantes em grande escala, já que os fixos ali instalados garantem fluxos. Ocorre ali um processo que Milton Santos chamaria efeito da rugosidade ou inércia espacial, tema que tratamos de forma extensa na Aula 5.



Você deve lembrar que rugosidade corresponde à presença de objetos geográficos duradouros, que persistem na paisagem mesmo muito tempo depois que a razão de sua criação deixou de existir. Na Aula 5, inclusive, citamos como exemplo, os Arcos da Lapa, no Rio de Janeiro. Eles foram criados no século XVIII para cumprir a função de trecho de extenso aqueduto, isto é, um caminho canalizado para águas provenientes da serra da Carioca chegarem à cidade, ao consumo dos habitantes, através de chafarizes localizados no Largo da Carioca (uma velha tecnologia muito comum no Império Romano). No final do século XIX, a cidade organizou seu sistema moderno de captação e distribuição domiciliar de água, de forma que o velho aqueduto perdeu sua função original. Entretanto, permaneceu na paisagem e adquiriu nova função, a de caminho do bonde. Atualmente, os Arcos da Lapa cumprem outro papel, bem mais simbólico, de ser um dos cartões-postais da cidade, atraindo, todos os dias, turistas que o percorrem de bonde.

Existe portanto essa força da permanência, que nos é imposta pelos fixos. Na página 137 de um de seus mais importantes livros, *Por uma Geografia Nova*, Milton Santos recorreu ao filósofo existencialista Jean-Paul Sartre (1905–1980) justamente para refletir sobre esta questão: o quão somos condicionados pelo espaço! Sartre afirmou que “deveríamos perguntar-nos porque não tentamos absolutamente estudar este tipo de ação passiva que a materialidade exerce sobre os homens e a história”. Enfim, o espaço é nossa morada, e é também nossa prisão. Dessa constatação Milton Santos produziu uma reflexão que é uma das mais importantes de sua vasta obra: o papel do espaço como condicionador das ações humanas. O espaço sendo um convite à ação mas também um limite à ação (1994, p. 109).

Na história das Ciências Humanas, o espaço sempre foi menosprezado, pois foi considerado como mero palco passivo dos acontecimentos. A História foi valorizada, ao contrário da Geografia. Podemos facilmente observar que os grandes teóricos e pensadores das Ciências Humanas foram quase sempre historiadores, sociólogos, filósofos, economistas e antropólogos, e para

eles a Geografia era um conhecimento de menor importância. Michel Foucault (filósofo já citado em aulas anteriores) afirmou que o “espaço foi tratado como morto, o fixo, o não-dialético, o imóvel. O tempo, ao contrário, foi a riqueza, a fecundidade, a vida e a dialética” (FOUCAULT apud SOJA, 1993, p. 11).



Segundo Soja (1993, p.18), Foucault previu que viveríamos no final do século XX uma era do espaço no âmbito das Ciências Humanas, isto é, uma era de valorização da dimensão espacial e por isso valorização da Geografia. De fato, a concepção que menospreza o papel do espaço esteve em plena vigência desde meados do século XIX, quando começavam a se organizar institucionalmente as disciplinas das Ciências Humanas, até a década de 1990. Como ocorreu a valorização do espaço nos estudos sociais?

Soja (1993) afirma que o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre foi, para além de Foucault, o grande responsável por este movimento. Mas no âmbito dos geógrafos, merecem destaque duas personalidades: Milton Santos e a britânica Doreen Massey. Santos procurou, através de extensa argumentação, demonstrar que o espaço não é passivo e sim ativo, desempenhando papel preponderante em todos os processos sociais. Tal concepção é cada vez mais aceita no âmbito das Ciências Humanas, razão pela qual os

geógrafos já não são menosprezados como outrora. Milton Santos desempenhou papel relevante nessa *virada espacial*, isto é, nesta tomada de consciência do valor e do papel ativo do espaço.

Para elaborar com mais profundidade sua teoria acerca da natureza do espaço, Milton Santos recorreu a outro grande teórico, considerado por muitos como o pai da sociologia, Emile Durkheim (1858–1917). Durkheim propôs duas noções que muito contribuíram para o pensamento miltonsantiano: meios de existência e meios de ação. Os meios de existência formam o conjunto vasto de técnicas e utensílios de que dispomos para sobreviver (alimentar, morar, se deslocar etc.) e ter conforto. No século XIX, por exemplo, automóveis e aviões não faziam parte dos meios de existência da humanidade. Tais meios mudam, evoluem conforme o avanço tecnológico. Podemos citar o celular e outros objetos que compõem nosso meio de existência contemporâneo e que não existiam há poucas décadas. Ao lado destes, temos meios de ação. Tais meios correspondem às regras vigentes, sejam elas leis ou costumes. As leis nos obrigam formalmente a cumprir certa conduta. Os costumes, por sua vez, não estão escritos, mas existem e agem sobre nós, condicionando nossas vidas.

Não é difícil aplicar ao turismo a perspectiva durkheimiana: os deslocamentos turísticos e o bem-estar do turista no destino dependem sempre dos meios de existência (o avião, as telecomunicações etc.). Ao mesmo tempo, tanto o receptivo quanto o turista estão submetidos a alguma legislação, isto é, ao meio de ação, que regula o que pode ser feito, e até mesmo se podemos (e quando) visitar certo país (vide aula de Geografia Política, quando tratamos das fronteiras).

Milton Santos, preocupado com uma teoria **holística** do espaço, recorreu também à Física e à teoria geral dos sistemas para elaborar uma concepção de espaço que atendessem a seu objetivo maior, que era, ao contrário do enfoque idiográfico que vimos na aula sobre Geografia Tradicional, alcançar um enfoque realmente amplo, englobando os fatos locais numa perspectiva da totalidade dos fatos.

Holística

Forma de abordar os fenômenos dentro de contextos mais amplos, ao contrário da abordagem parcial, fragmentada e especializada. Na medicina, por exemplo, o clínico-geral deve ter uma visão holística de seu paciente, vê-lo como um todo, visão distinta do olhar do especialista, que cuida de partes específicas do corpo humano.



A teoria geral dos sistemas foi criada pelo biólogo austríaco Ludwig Von Bertalanffy a partir de 1950, e alcançou grande repercussão, pois propunha uma perspectiva aplicável a todas as Ciências. Trata-se de uma visão holística, que compreende todos os fenômenos como inseridos em sistemas. Existiriam diversos sistemas, fechados e abertos, alguns cabendo dentro de outros maiores (como subsistemas), outros em intersecção com sistemas associados. Bertalanffy tentou oferecer um método (muito aplicado na administração e também no turismo, vide obra de Mario Beni) de compreender todas as coisas como integradas em sistemas, almejando assim a unidade da ciência.

Milton Santos, buscando então um enfoque mais amplo que aquele dos fixos e fluxos, propôs sua definitiva concepção de espaço: conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996, p. 51). Note o uso da expressão *sistema*. Não é casual: o autor adotou realmente uma visão sistêmica para elaborar sua teoria. Nesta visão sistêmica, os fixos de um dado lugar se articulam com fixos de outros lugares, e com fixos de outra natureza, dentro de um sistema. Partindo para a exemplificação, Milton percebeu que não bastava afirmar que uma pousada é um objeto que cumpre uma função e por isso atende (ou incita) a determinados fluxos. É preciso perceber que este fixo, este objeto geográfico, está associado a vários outros objetos, dentro e fora da localidade.

A pessoa que se desloca para Conservatória, por mais que aprecie a seresta, vai buscar outros serviços (bares, restaurantes, chocolateria, sorveteria e eventualmente serviços como farmácias, postos de gasolina, bancos etc.). Portanto, esses objetos formam um sistema local, no caso de serviços ao turista. Mas não somente isso, a pousada depende de energia elétrica, de abastecimento de água etc. Tudo isso depende de outros objetos (postes, fiação, tubulação de água etc.) que o turista nem percebe, mas existem e são fundamentais ao sistema turístico. Para não falar da telefonia e da internet, cada vez mais importante.

E não podemos deixar de citar objetos externos, como a Via Dutra, a mais importante rodovia do país, que permite a quase todos os turistas ter acesso a Conservatória. Em suma, os objetos não estão sozinhos!

Vejamos agora o sistema de ações. Ele é mais complexo, pois envolve relações sociais, econômicas, políticas e simbólicas. O turista realiza sua ação (buscar informação, planejar, deslocar-se, hospedar-se, consumir no local, interagir e regressar). Todas essas ações dependem de outras ações, de agentes diversos (os que produzem e divulgam informações turísticas, os que oferecem serviços de transporte, os que investiram na hotelaria, os que regulam este serviço, o comércio e tudo o que vende, envolvendo artesãos locais e suas associações, todos os trabalhadores locais, seus contratos etc.). Enfim, uma simples visita de um final de semana em Conservatória pode mobilizar vasto conjunto de objetos e mais vasto ainda sistema de ações.

Já foi dito aqui que existem pequenos museus em Conservatória, dedicados a cantores de seresta. Tais estabelecimentos devem sua existência não apenas ao gosto pela seresta que algumas pessoas nutrem, mas ao fato de esse estilo musical ter se eternizado em produtos como discos de vinil. Tais produtos se originam na indústria fonográfica, técnica de registro sonoro que muito se desenvolveu ao longo do século XX. Então podemos deduzir que a mais breve visita a um desses pequenos museus está relacionada a sistemas de objetos de outras épocas, e sistemas de ações também pregressos (o sucesso desse estilo musical nos anos 1940 e 1950). Por trás de um modesto museu estão vastos e complexos processos históricos.

Portanto, para Milton Santos o espaço é algo complexo, abrangendo técnicas, história, cultura etc. Um vasto conjunto de elementos (materiais e imateriais, tais como discos e gosto musical) se associa em um dado lugar, para realizar uma função específica (no caso, o museu). A cada momento de nossas vidas, mesmo sem perceber, estamos imersos no sistema de objetos que nos rodeia, e também imersos no sistema de ações (hábitos,

costumes) que molda nossa sociedade e cultura. O simples acionar de uma lâmpada em casa está mobilizando sistemas vastos, como redes de eletrificação, usinas hidrelétricas, companhias gestoras do serviço etc. Para compreender o espaço de forma holística, isto é, abrangente, é preciso considerar tudo isso.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Quando você se dirige ao polo do CEDERJ ao qual está vinculado, que objetos e ações estão envolvidos? Procure pensar a partir da proposta de Milton Santos, isto é, a da integração dos sistemas.

Comentário

Você deverá listar o maior número de objetos e ações que dão suporte a sua atividade no polo. O seu esforço se dará também no sentido de identificar este conjunto de objetos e ações como sistemas, isto é, como integrados.

O espaço dividido: as razões da informalidade

Para concluir nossa viagem pelo pensamento “miltonsantiano”, vamos enveredar por sua reconhecida contribuição ao estudo da pobreza e do trabalho informal nos países periféricos: a teoria dos dois circuitos da economia urbana. Tal reflexão, produzida entre as décadas de 1960 e 1970, o levou ao cargo de consultor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e ajudou-nos a superar velhas interpretações preconceituosas.

A teoria dos dois circuitos espaciais oferece-nos elementos significativos para se compreender a coexistência de formas e processos espaciais contrastantes e aparentemente contraditórios nos países considerados subdesenvolvidos – em outras palavras, a convivência de atividades modernas e tradicionais, bem como o contraste entre setores altamente capitalizados e serviços informais. E o turismo é um dos setores em que esta convivência é marcante.

Em suma, sob o rótulo de “modernização”, a penetração maciça de capitais estrangeiros acentuou as desigualdades já existentes nos países periféricos, modificando profundamente a fisionomia urbana latino-americana, ao compasso de um acelerado crescimento. Milton Santos se refere a este processo como modernização incompleta, que somente se implanta nos pontos e situações que interessem ao grande capital, gerando um espaço “descontínuo”, isto é, dividido. Daí o nome de um de seus mais famosos livros, *O espaço dividido*.

Antes de Milton Santos, a desigualdade espacial nem sempre foi tomada como elemento constituinte ou resultante da maneira como funciona o modo de produção capitalista. Para alguns autores, a existência de contrastes foi encarada como uma questão basicamente cultural, conforme podemos perceber na obra clássica de Jacques Lambert (1901-), francês que lecionou no Brasil entre as décadas de 1930 e 1940, denominada *Os dois Brasis*. Para Lambert, os brasileiros estão profundamente divididos em dois sistemas de organização econômica e social, diferentes nos níveis como nos métodos de vida. Na opinião do autor, as diferenças existentes no país refletem ritmos locais diferenciados de evolução. Nesta perspectiva, lugares e regiões caminham isoladamente, cada um em seu compasso evolutivo, rumo ao futuro desenvolvimento. Trabalha-se portanto com noção de evolução linear e universal para todos os espaços, não considerando a articulação entre estes. Trata-se de uma ótica diametralmente oposta à do desenvolvimento desigual e combinado, que veremos mais adiante, na próxima aula.

Segundo Milton Santos, ao contrário de Lambert, não se pode isolar as partes do sistema produtivo. Assim, para a capitalização intensa dos setores modernos faz-se necessário o crescimento não capitalístico de outro setor da economia. O primeiro seria o circuito superior, e o segundo, o circuito inferior.

Simplificadamente, podemos apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, pelo comércio formal e pela indústria de exportação, pela indústria urbana moderna, pelos serviços modernos (incluindo redes de hotéis e grandes agências de viagens) e pelos transportadores (SANTOS, 1979, p. 31). Enquanto o circuito superior utiliza tecnologia importada e de alto nível, tipo “capital intensivo”, no outro circuito a tecnologia é baixa e o trabalho, intensivo. No caso dos meios de hospedagem, podemos notar tal contraste ao comparar um hotel de cadeia internacional com uma modesta pousada, conduzida por uma família. No primeiro imperam a tecnologia e o alto investimento, para garantir um padrão internacional de atendimento. No segundo imperam a simplicidade e as relações bem mais diretas e informais.

O circuito inferior constitui o universo de atividades resultantes da iniciativa das camadas sociais desfavorecidas para garantir sua sobrevivência pelas vias alternativas ao emprego formal. Desta forma, produzem uma razoável gama de bens e serviços a custos mais acessíveis. Mas o circuito inferior, como bem frisou Milton Santos, não é a contrapartida das estruturas dominantes de produção, mas sim uma faceta subjugada desta, daí a denominação “inferior”. O circuito inferior opera em condição dependente, atrelado ao desempenho do circuito superior. Podemos observar tal característica ao notar, nas praias turísticas o imenso volume de trabalhadores autônomos vendendo água de coco, refrigerantes, cerveja, petiscos etc. Eles somente estão ali vendendo porque existe público consumidor, em quantidade e capacidade de consumir. E este público consumidor somente está ali porque existe uma infraestrutura turística que lhe permite comodidade de acesso e alojamento, além do próprio marketing turístico que o fez eleger o local de destino.

Portanto, o circuito inferior, formado pelos vendedores ambulantes, depende totalmente do circuito superior, que garante o afluxo constante ao local.

O circuito superior tende a operar apenas onde existem condições mínimas de rentabilidade, pois sua implementação decorre de determinado volume de investimento inicial e razoáveis despesas de determinado volume de investimento inicial e de manutenção da atividade. Já o circuito inferior admite operar com rentabilidade bem menor, atuando geralmente em áreas periféricas e em situações adversas. Segundo Santos (1979, p. 206), a modernização não acarreta necessariamente o desaparecimento da atividade informal, como previa Lambert. Esta pode subsistir graças às suas condições próprias de funcionamento.

No caso do turismo, percebe-se que em localidades que ainda não se consolidaram no mercado prevalecem serviços pequenos e informais, como áreas de *camping*, serviços domésticos de alimentação (o famoso prato feito) etc. Os tradicionais passeios de charrete geralmente se inserem no circuito inferior. Os grandes hotéis e restaurantes somente chegam quando o local adquire fama e por isso mais afluxo de visitantes.

Sabemos que tal modernização acarretará problemas para a comunidade local, tais como redução da pesca artesanal, mas ao mesmo tempo permitirá o incremento de outros ramos de atividade, seja o artesanato, seja a pequena pousada (ou mesmo aluguel de quartos na própria residência do nativo), enfim, uma ampla gama de serviços que demonstram que a modernização não elimina todo o setor tradicional (menos servido de tecnologia e burocracia), podendo até favorecer alguns setores descapitalizados.

Para Santos (1979, p. 36), o papel do circuito superior é controlar a economia, e assim determinar as linhas gerais de produção e organização do espaço. Enquanto ele cria a conjuntura, o circuito inferior a ela se adapta, mas ambos teriam a mesma função de reproduzir o modo de produção capitalista, ainda que por caminhos distintos. Ao circuito inferior caberia difundir as mercadorias produzidas pelo setor “moderno” junto à população de baixa renda, atra-

vés de mecanismos e canais de distribuição de baixo custo operacional. Nesta linha de raciocínio, o circuito inferior cumpre a função de ampliar o mercado consumidor da moderna indústria capitalista (SANTOS, 1979, p. 57), por meios descapitalizados. Para ele,

Os serviços informais, longe de serem excrescências e apenas depósito do “exército industrial de reserva”, são adequados para o processo de acumulação global e de expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração de renda.

Nesse sentido, quando um ambulante oferece na praia uma Coca-Cola, ele está ao mesmo tempo lutando por sua sobrevivência material (de desempregado) e auxiliando uma grande empresa multinacional de bebidas. Mesmo quando oferece produtos mais locais, como o queijo-coalho assado, ele está de alguma forma ajudando determinado ramo industrial. Para o capitalismo, tal atividade é interessante.

Outro aspecto da informalidade é sua invisibilidade social na paisagem turística. Se observarmos panfletos e propaganda em geral, não há menção a esses milhares de pequenos agentes, pois estes não têm capital para investir em *sites* etc. Fazem sua propaganda no local, de maneira improvisada. Por fim, devemos ainda mencionar a **sazonalidade** típica da atividade turística, que tende a concentrar a visitação em determinados períodos, deixando outros longos períodos praticamente vazios de turistas. Com isso, a tendência é fortalecer a informalidade, já que onde prevalece forte sazonalidade não há condições vantajosas para grandes investimentos de capital. Por outro lado, o trabalhador local sofre, pois somente tem atividade em determinados períodos, tendo que criar alternativas de sobrevivência fora da temporada turística.

Em suma, o processo de turistificação atrai grandes investimentos (circuito superior) ao local, mas também gera oportunidades ao universo de atividades informais. O problema é que esta informalidade, que dá conforto ao turista, traz consigo a pobreza de contingentes populacionais desprovidos de escolaridade, fruto

Sazonalidade se

refere ao que é sazonal, ou seja, ao que funciona segundo um determinado ciclo temporal. Ao longo do ano, temos as quatro estações, e esta é a mais conhecida forma de sazonalidade, fazendo com que muitas regiões funcionem de acordo com o ciclo das estações.

Locais de esqui são profundamente marcados pela sazonalidade, pois dependem do inverno, e sobretudo de invernos rigorosos. Embora nem todos concordem, também podemos atribuir sazonalidade ao ciclo semanal, que concentra no final de semana as atividades de turismo e lazer.

de um país que historicamente pouco investe em educação. Essas pessoas, para atuar nos locais turísticos, têm de construir barracos em invasões, pois não têm condições de adquirir imóveis pelas vias legais, sobretudo nas cidades turísticas, onde a especulação imobiliária é elevada. Mas este é um tema para ser trabalhado na Aula 20, sobre urbanização turística.

Conclusão

Milton Santos produziu uma vasta obra intelectual, reconhecida mundialmente. Embora o turismo não tenha sido alvo privilegiado de suas preocupações, podemos verificar em suas reflexões elementos que nos ajudam a entender melhor a produção do espaço turístico. Principalmente compreender o turismo de forma profunda, global e contextualizada, nele percebendo a riqueza da dinâmica espacial local e sua constante interação com outras escalas.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Imagine um destino turístico famoso e procure listar um conjunto de serviços ali disponíveis (alimentação, hospedagem, transporte etc.) separando os dois circuitos espaciais. Tente a seguir demonstrar como eles se encontram interligados, geralmente o circuito inferior dependendo do superior, mas também há casos inversos.

Comentário

Você deverá listar os serviços existentes na localidade, classificá-los segundo o circuito ao qual pertencem e depois apontar as relações de dependência entre ambos.

Resumo

Procuramos nesta aula enfocar três grandes contribuições teóricas de Milton Santos: a distinção entre espaço e configuração espacial, a noção de espaço como sistemas de objetos e de ações indissociáveis, e por fim a teoria dos dois circuitos da economia. Em cada uma dessas contribuições, procuramos demonstrar não apenas seus fundamentos básicos, mas também aplicá-los à realidade do turismo.

No primeiro, evidenciamos o quanto o espaço é um conceito que ultrapassa a mera configuração espacial, posto que inclui todo o movimento da sociedade que se dá sobre tal configuração, moldando-a e atribuindo-lhe funções e significados.

No segundo, apresentamos a noção de espaço proposta por Santos e sua abordagem holística, muito adequada ao estudo do turismo já que este é, em si, uma atividade multifuncional e multifacetada, exigindo portanto a consideração de diversos elementos para ser compreendido mais amplamente.

Por fim, tratamos da teoria do espaço dividido, para demonstrar seu valor e aplicabilidade ao turismo.

Informação sobre a próxima aula

Turismo e desenvolvimento desigual são o tema da próxima aula.

19

Desenvolvimento geográfico desigual e turismo

Gilmar Mascarenhas

Meta da aula

Apresentar os impactos sociogeográficos das atividades turísticas em escala mundial, sob a perspectiva do modelo de Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** reconhecer o significado do conceito de desenvolvimento na perspectiva do sistema capitalista;
- 2** reconhecer a natureza do Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado;
- 3** identificar o impacto do desenvolvimento geográfico desigual nas atividades turísticas.

Pré-requisitos

Para um maior aproveitamento do conteúdo aqui ministrado, será importante consultar e revisar a Aula 15, que aborda o movimento de renovação da Geografia proporcionado pela Geografia Crítica; e a Aula 17, que discute o conceito geográfico de território.

Introdução

Por que existem pessoas ricas e pessoas pobres?

Em geral, perguntas como esta suscitam debates e admitem respostas diversas, que podem ser desde profundas análises históricas e até mesmo considerações rasas e superficiais. Afinal, de maneira geral, acreditamos que sempre existiram pessoas ricas e pessoas pobres. Aliás, só existem pessoas ricas se existirem pessoas pobres para fazer o contraponto. A riqueza e a pobreza coexistem em um par dialético!

Isso se explica porque o *Homo sapiens* apareceu na face da Terra há mais de 150.000 anos! E desde as constantes revoluções deste homem primitivo até chegarmos à civilização moderna, sempre existiram estágios diferentes de desenvolvimento. Não há nenhum resquício de dúvida de que a evolução humana e a constituição de sistemas político-econômicos acabaram por aprofundar e recriar estas diferenças ao subdividir a história da humanidade entre exploradores e explorados, senhores e escravos, burgueses e proletários.

Entretanto, podemos revelar a questão que aqui nos interessa diretamente: Por que existem países ricos e países pobres? Seguramente, esta indagação se mostra mais complexa, porque a constituição de países (ou melhor, da criação de Estados-Nação) é mais recente, e explicações prolixas são mais difíceis de serem aceitas. Poderíamos aceitar que, como os Estados europeus foram os primeiros a se constituírem, tiveram mais possibilidades de desenvolvimento rápido. Mas por que ainda permanece tamanha contradição entre *países ricos* e *países pobres*? E, finalmente, por que *países pobres* não se desenvolvem economicamente no mesmo patamar dos países mais ricos, ainda que as burguesias desses países considerados pobres multipliquem constantemente suas riquezas?



Nesta aula, a proposta inicial é analisar esta diferenciação geográfica da riqueza. Para cumprir tal empreendimento, estudaremos aqui o intitulado *Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado*, cuja base teórica é a obra de León Trotsky (um importante marxista russo que participou da *Revolução de Outubro*), mas que recebeu um tratamento geográfico por importantes autores desta ciência, em particular David Harvey e Neil Smith. Tal teoria possibilitará estudar as relações entre os *países centrais e os países dependentes* e, assim, promover a análise do desenvolvimento das atividades turísticas em escala mundial.



A Revolução de Outubro foi a chegada dos bolcheviques ao poder na Rússia, no ano de 1917. É importante lembrar que a Revolução Russa foi dividida em dois momentos: primeiramente, em fevereiro, foi instalado um governo provisório, com a participação dos mencheviques – grupo que representava a parcela moderada, pois acreditavam que a Rússia deveria evoluir do czarismo para o capitalismo para somente depois instaurar o socialismo. Mas, em outubro de 1917, insatisfeitos com os rumos deste governo burguês, os bolcheviques, liderados por Vladimir Lênin, tomaram o poder, derrubando o governo provisório e impondo o governo socialista soviético.



A partir deste momento, utilizaremos principalmente a noção de *países centrais* para as nações consideradas ricas, desenvolvidas e dominantes; e de *países periféricos* para aqueles considerados pobres, subdesenvolvidos e dependentes. Falar que um país é pobre escamoteia toda a sua classe mais abastada; afirmar que um país é subdesenvolvido (ou “em desenvolvimento”) cria como perspectiva tornar-se desenvolvido, que, como veremos, é seguir uma cartilha capitalista de evolução; asseverar que um país é dependente nos faz esquecer que os países centrais também dependem dos países periféricos, desde a exploração do mercado consumidor até a extração de matérias-primas localizadas em seus territórios. A contradição *centro x periferia* parece esclarecer melhor as relações econômicas no sistema econômico mundial, pois faz alusão direta às nações responsáveis pelas decisões políticas, econômicas e sociais em escala global.

O que significa falarmos em desenvolvimento?

Poucas palavras têm capacidade tão sedutora quanto o termo *desenvolvimento*. Não há dúvidas de que, quando falamos em “desenvolvimento”, logo imaginamos algo semelhante à evolução, quando são vencidas as barreiras e dificuldades. O termo “desenvolvimento” não combina com inércia: ao contrário, parece significar movimento, mudança, transformação constante, força para vencer.



Quando falamos aqui em *capacidade sedutora*, nos referimos ao impacto de uma palavra no imaginário social. Um bom exemplo: quem se posiciona contra a *liberdade*? Liberdade é uma palavra que não encontra represálias, e praticamente não possui oposição teórica. Assim, no sistema capitalista, o discurso dos ideólogos burgueses considera todos os trabalhadores “homens livres”, mesmo sem emprego, sem condições de alimentar-se ou sobreviver dignamente. O termo “liberdade”, com seu poder de sedução, oculta as mazelas que os homens vivem e aproxima a noção de “homem livre” de “homem sem direitos”.

É justamente por este poder tão sedutor que é importante discutirmos aqui o significado de “desenvolvimento” no âmbito do sistema capitalista. Neste sistema político-econômico, o termo “desenvolvimento” se assemelha a *progresso* econômico-tecnológico, ou ainda torna-se similar à concepção de *modernização*, e sempre objetiva, em primeiro lugar, o lucro das classes dominantes.

Assim, quando falamos em país desenvolvido, por exemplo, nos referimos ao Estado que possui grande progresso industrial e tecnológico e, por conseguinte, modernas estruturas econômicas. Evidentemente, tais qualificativos trazem em seu bojo melhorias sociais, em particular nas áreas de saúde e educação, mas não são estes os fatores centrais, pois é no mundo da mercadoria que está focado o desenvolvimento do capitalismo.

Logo, o “desenvolvimento” também se torna ideológico: a burguesia necessita constantemente revolucionar os seus meios de produção para que se mantenha no poder. Sempre é necessário que a burguesia promova a evolução tecnológica das mercadorias e das formas de produção para que o capitalismo se mantenha vivo e faça crer aos trabalhadores que as suas vidas estão melhorando. Era isto que Marx afirmava no *Manifesto do Partido Comunista*: é necessário que, constantemente, a burguesia revolucione os seus meios de produção para permanecer no poder.

Vamos partir de um exemplo que evidencie tais observações.

Na década de 1990, a telefonia celular chegava timidamente ao Brasil. Quando apareceram, ainda no início da década, os primeiros aparelhos de telefonia móvel, estes ainda eram limitados tecnologicamente, com muitas falhas na comunicação e com formato robusto, muito diferente das miniaturas multifuncionais que temos no mercado hoje (telefones integrados com câmera fotográfica, rádio, agenda etc., em tamanhos bastante reduzidos), e ainda assim eram restritos às camadas mais abastadas da sociedade brasileira. Apenas uma década depois, os aparelhos de telefonia móvel se tornaram comuns, quase que obrigatórios, mesmo nas populações de baixa renda. Mesmo com planos e tecnologias diferenciadas (de acordo com atributos de classe, os minutos disponíveis mensalmente para ligações e o tipo de aparelho sempre foram bastante diferenciados), os telefones celulares se tornaram comuns na paisagem brasileira. Houve, sem dúvida, o desenvolvimento tecnológico acelerado dos telefones celulares.

Telefonia móvel há dez anos:



Telefonia móvel hoje:



Mas por que ocorreu tal *desenvolvimento*? E a quem interessa este desenvolvimento? Por fim, por que o desenvolvimento tecnológico da telefonia móvel pode ser considerado ideológico?

O desenvolvimento e consequente aumento explosivo da quantidade de aparelhos celulares no Brasil, imediatamente após a privatização de todo o setor de telecomunicações, pode ser explicado pelo ingresso de grandes empresas internacionais – particularmente aquelas responsáveis por verdadeiros monopólios globais de comunicação – que possuíam grande interesse em expandir o mercado consumidor brasileiro. Não há relação estreita entre as necessidades da população brasileira e o aumento da oferta de aparelhos celulares! O uso de aparelhos celulares foi uma necessidade criada e rapidamente absorvida por uma população ávida por novas tecnologias e modernos símbolos de *status* social.

O desenvolvimento dos celulares, segundo esta perspectiva, não atendeu aos anseios das populações mais pobres, e sim às necessidades de maiores lucros dos megaempresários do ramo das telecomunicações. E é por este motivo que tal desenvolvimento pode ser considerado ideológico: o trabalhador brasileiro, agora equipado com telefone celular, passa a acreditar

que sua vida está melhor. Os problemas financeiros, a saúde pública, a educação das massas, a oferta de moradias, os problemas urbanos – que envolvem desde o transporte caótico e insuficiente até os atos de violência cotidianos –, tudo isso, ainda que momentaneamente, torna-se oculto pela fugidia satisfação de adquirir um telefone celular. Os problemas permanecem, mas agora nós podemos ouvir música, registrar alguns momentos com a câmera embutida e ainda receber (e fazer, de acordo com os créditos disponíveis) ligações em praticamente todos os momentos.



Este é o significado do conceito de desenvolvimento no sistema capitalista, sempre atrelado ao binômio progresso-modernização. Contudo, segundo o geógrafo Marcelo Lopes de Souza, esta concepção de desenvolvimento vive um momento de “fadiga teórica”, pois não consegue solucionar os males atuais da humanidade. A hecatombe nuclear no final da Segunda Guerra Mundial, os graves problemas ambientais (como, por exemplo, a poluição em suas diversas formas – atmosférica, de águas marinhas e fluviais, do solo – que passaram a ameaçar a existência do homem na Terra), o aprofundamento de problemas sociais, a emergência de doenças incuráveis (como a Aids) abalaram a fé incontestável do homem na ciência e na tecnologia. Não é tão simples, atualmente, convencer as massas de que o desenvolvimento capitalista em sua forma tradicional é o caminho mais viável.

O futuro da humanidade está no progresso econômico



Figura 19.1: (a) Destruição em massa: a bomba de Hiroshima (1945); (b) a natureza sob ataque permanente; (c) o outro lado da produção de riquezas.

É por este motivo que novos qualificativos surgiram para completar a concepção de desenvolvimento: *humano, local, sustentável*. Quanto mais palavras justapostas ao termo desenvolvimento são criadas, mais patente fica a falência de sua capacidade ideológica. O desenvolvimento capitalista, em sua forma mais tradicional, vive um profundo momento de reflexão teórica e prática.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. O desenvolvimento sustentável é um modelo que desponta atualmente como novo padrão de organização econômico-social para todos os países (centrais e periféricos), baseado na proposta de uso racional dos recursos naturais para a satisfação das necessidades das gerações presente e futura (OLIVEIRA, 2006). Devido à capacidade destrutiva do *desenvolvimento capitalista*, este novo modelo pretende evitar o esgotamento dos recursos naturais do planeta Terra, suavizar os problemas referentes à poluição e ainda construir um ideal de “defesa da natureza” por um mundo melhor, com investimento em soluções tecnológicas para os problemas ambientais do mundo.

a. Por que, no sistema capitalista, o desenvolvimento sustentável é uma impossibilidade de construção em sua plenitude?

b. Explique por que o desenvolvimento sustentável pode ser considerado ideológico.

Respostas Comentadas

Na primeira resposta, você deve constatar que o desenvolvimento capitalista, ainda que se pretenda mais ecologicamente saudável, tem natureza destrutiva, pois obedece à velocidade do lucro e, assim, da produção do maior número de mercadorias possíveis. Não dá para pensar nas necessidades presentes e tampouco nas futuras: somente interessa ao sistema capitalista o atendimento das necessidades do capital. Logo, na segunda resposta, o desenvolvimento sustentável tem caráter ideológico, pois emerge como “plataforma de proteção à natureza”, criando a impressão de que promoverá melhorias em nossas vidas, quando na verdade somente pretende reabilitar o conceito de “desenvolvimento” enquanto progresso, investindo em dispositivos tecnológicos em prol da suposta despoluição ambiental.

A natureza do Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado

Uma vez esclarecido o significado do desenvolvimento capitalista, nosso foco volta-se para as diferenças entre os estágios de desenvolvimento dos diferentes países do mundo. É nesta seara que enveredamos pelo estudo do Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado, que permite compreender as diferenças geográficas do capitalismo mundial e perceber, segundo as palavras de Neil Smith (1998), a desigualdade social estampada na paisagem.

A desigualdade do desenvolvimento capitalista



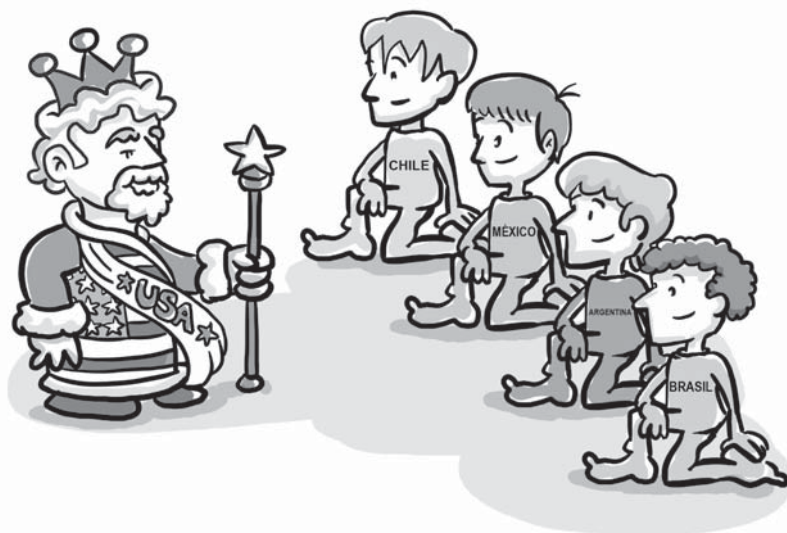
Se a noção de *desenvolvimento desigual* foi levantada por Vladimir Lênin, a teoria do *Desenvolvimento Desigual e Combinado* advém da obra de León Trotsky, intelectual militante do Partido Bolchevique Russo. Trotsky afirma categoricamente na obra *O programa de transição para a Revolução Socialista* que o desenvolvimento capitalista “reúne em si as formas econômicas mais primitivas e a última da técnica e da civilização capitalista” (2008, p. 56). Podemos, de maneira mais evidente, ler as explicações de Trotsky no fragmento a seguir, extraído da obra *A história da Revolução Russa* (apud THEIS; BUTSKE, 2009):

O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado [...] A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha.

Imperialismo

Política externa desenvolvida pelas potências capitalistas cujo objetivo é o domínio de outros países, em âmbito territorial, político e mesmo cultural. Países como a Inglaterra, no início do século XX, e os Estados Unidos, atualmente, foram responsáveis por intervenções em diferentes regiões do mundo. Se o imperialismo inglês se destacava pela colonização africana e asiática, hoje os Estados Unidos são responsáveis pelo controle financeiro, político e econômico mundial, exportando seus produtos, impondo sua cultura (sintetizada pelo termo *american way-of-life*) e ainda intervindo militarmente quando ameaçam sua hegemonia. Vale ainda ressaltar que tanto a obra de Vladimir Lênin quanto a de León Trotsky estudam o Imperialismo e que a teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado é construída intelectualmente a partir desta premissa.

Podemos compreender o Desenvolvimento Desigual e Combinado como uma lei cuja preocupação central é explicar a formação obrigatória, no âmbito do sistema capitalista e sob a égide do **Imperialismo**, de áreas periféricas e atrasadas em contraponto a áreas desenvolvidas. Mas, a partir dos esforços intelectuais de alguns geógrafos, é empreendida uma tentativa teórico-metodológica de captar a espacialidade do *desenvolvimento desigual*, ou seja, fazer uma leitura geográfica do Desenvolvimento Desigual e Combinado (THEIS; BUTSKE, 2009).



Podemos afirmar que a leitura que a ciência geográfica realiza, a partir da teoria do *Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado*, é a interpretação espacial das diferenças econômicas do capitalismo nas mais diferentes escalas. O que autores como Neil Smith e David Harvey propõem é que não basta compreender historicamente as diferenças econômicas e sociais do mundo: há por detrás deste abismo entre desenvolvimento e subdesenvolvimento uma razão geográfica, isto é, é necessário para a reprodução do sistema capitalista que existam diferenças econômicas, políticas e sociais expressas no território, isto é, que sempre existam áreas menos desenvolvidas em detrimento de outras mais avançadas. Enfim, o que seria dos países centrais se não existissem países periféricos? O desenvolvimento desigual é a expressão geográfica das contradições do capital (SMITH, 1988, p. 217).

Assim, o Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado é uma necessidade para o capital. É necessário que existam *campo* e *cidade* para que os setores da economia se mostrem produtivos – o *campo* produz a matéria-prima, enquanto a *cidade* a transforma em mercadorias e depois as comercializa. É necessário que em qualquer cidade haja *centro* para que exista *periferia*, pois existem especializações comuns destas áreas, com seus diferentes produtos e serviços, e os trabalhadores das periferias funcionam como ***exército industrial de reserva***, por exemplo, porque, de acordo com as necessidades do *centro*, podem ou não estar empregados.

E, fundamentalmente, é uma exigência do capitalismo, em âmbito mundial, que existam *países centrais* e *países periféricos*. O conjunto formado pelos países centrais exerce a liderança política, o domínio econômico e espraia a sua cultura dominante. E os países periféricos se adaptam às necessidades dos países centrais: fornecem matérias-primas, que vão desde o abastecimento de alimentos até os combustíveis fósseis; oferecem a segurança de um extenso mercado consumidor, que vai seletivamente sendo apropriado; lutam para que tenham em seus territórios filiais de grandes fábricas instaladas, quando

Exército industrial de reserva

Parcela da população economicamente ativa que, segundo os ensinamentos de Karl Marx, deve ficar à espera de uma oportunidade de emprego como item de segurança para os burgueses no controle às reivindicações dos trabalhadores. Assim, o pleno emprego no sistema capitalista é um mito, já que sempre é necessária a existência desta reserva de mão de obra que possa garantir tranquilidade ao empregador, seja pela expansão de seus domínios, seja pela substituição de seus empregados.

estas, na verdade, encontrarão mão de obra abundante e barata e impostos reduzidos; e, por fim, ofertam roteiros turísticos, para a diversão dos mais diferentes visitantes provenientes das nações mais ricas.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. “Para desenvolver a Inglaterra, foi necessário o planeta inteiro. O que seria necessário para desenvolver a Índia?” (GANDHI apud PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 48). Essa indagação foi proferida pelo Mahatma Gandhi, importante líder político-religioso da Índia na primeira metade do século XX. Explique-a sob a perspectiva do Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado.

Comentário

Você poderá responder, inicialmente, que só foi possível o desenvolvimento da Inglaterra através de suas políticas imperialistas, e assim pela colonização de outros territórios, ou seja, à custa do atraso de outros territórios. Poderá ainda relacionar a restrita probabilidade de desenvolvimento da Índia, já que os países periféricos (e seu atraso econômico, tecnológico e social) são fundamentais para a manutenção dos países centrais, que desta maneira inibem qualquer possibilidade de desenvolvimento.

O Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado nas atividades turísticas

Como foi anteriormente estudado, a própria dinâmica econômica do sistema capitalista pressupõe um *Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado*, que significa profundas diferenciações constituídas espacialmente sob o aspecto do desenvolvimento/subdesenvolvimento. Com a produção das atividades turísticas não é diferente, e podemos observar estas desigualdades do desenvolvimento turístico no espaço geográfico quando, por exemplo:

- (1) notamos a dissonância de lugares demarcados para classes sociais antagônicas e diversas (ricos e pobres);
- (2) percebemos as exigências internacionais para a mobilidade de turistas – é muito mais fácil ser turista proveniente de país central rumo a país periférico! –;
- (3) analisamos a imagem que se constrói das nações menos desenvolvidas, que ficam estigmatizadas como fonte de diversão para turistas ricos, que usufruem de suas belezas e amenidades e, por vezes, tratam a população local como subalternas econômica, cultural e até mesmo intelectualmente.

Assim, é importante lembrar o quanto é patente que há uma profunda dissociação de classe no desenvolvimento das atividades turísticas. Na Aula 17, *O movimento de renovação: a Geografia Crítica*, e na 20, *O conceito de território*, foi possível observar o quanto o turismo é uma atividade que pode ser fortemente segregadora e que impõe geralmente intensas cisões no território e na paisagem. Com o estudo do Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado, é possível ir além, pois a própria natureza do turismo obedece a critérios de coexistência entre desenvolvimento/atraso, e é mister que as áreas atrasadas jamais desapareçam por completo. Portanto, existem, em âmbito mundial, mas também nacional, estadual e municipal, roteiros que são destinados a classes mais abastadas, enquanto outros são indicados a pessoas mais modestas.

Vejamos o exemplo do estado do Rio de Janeiro, na região das baixadas litorâneas, mais conhecida como *Região dos Lagos*. Enquanto Búzios, Cabo Frio e Rio das Ostras recebem, em geral, turistas de classes mais abastadas, Araruama, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia são destinos das camadas mais populares. A paisagem das cidades de Búzios, Cabo Frio e Rio das Ostras, em diferentes proporções, é caracterizada por bons restaurantes e quiosques, shows de ritmos mais sofisticados (como jazz e blues), e estas cidades são servidas por uma rede hoteleira mais qualificada. Ao contrário, Araruama, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia são cidades que possuem restaurantes mais simples, uma grade de shows mais populares e uma rede hoteleira bastante modesta e restrita.



Não há dúvida de que o Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado se manifesta espacialmente com a coexistência de lugares mais desenvolvidos – com *resorts*, praias privativas e uma rede de objetos e serviços com altos valores cobrados – e lugares menos desenvolvidos – com menos amenidades, praias em geral mais povoadas e serviços mais baratos e menos qualificados.

Certamente, no exemplo citado, não é proibida a entrada de cidadãos mais simples nas cidades anteriormente consideradas mais sofisticadas. Mas, se fizermos uma análise em escala mundial, perceberemos que há uma imensa dificuldade de entrada de turistas em determinadas nações, já que a lista de exigências a cumprir é extensa e complexa. É muito mais fácil, por exemplo, um turista americano fazer turismo no Brasil do que um brasileiro aventurar-se em solo norte-americano.

Enquanto para um norte-americano ingressar no Brasil bastam alguns documentos e formulários com as intenções de viagem, para o brasileiro conseguir o *visto* de entrada nos Estados Unidos é necessário um grande número de documentos, além de comprovação de renda e de residência fixa no Brasil, um bom limite no cartão de crédito internacional e ainda extratos de imposto de renda e de atividade bancária. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, as atividades de vigilância a todo e qualquer estrangeiro oriundo de nação menos desenvolvida

se tornaram ainda mais avançadas e frequentes nos Estados Unidos. É o Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado mostrando sua face mais austera.



Por fim, se o Brasil é reconhecido internacionalmente como um país marcado pelas inúmeras possibilidades de diversão, tornou-se regra imaginá-lo por um estereótipo de país marcado pela desordem e prostituição. O Brasil, com seu carnaval exuberante, simbolizado pela beleza da mulher desnuda, tem constantemente sua imagem maculada no imaginário mundial como um país com mulheres promíscuas e homens iletrados e selvagens. Se infelizmente o Brasil possui problemas graves desta natureza, não há dúvida de que o atrelamento a esta imagem atrasada, cada vez mais comum em filmes ou em seriados e programas de televisão estrangeiros, está de acordo com seu estigma de país atrasado e subdesenvolvido. O Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado também acaba por criar

estigmas de difícil superação, pois, afinal, o desenvolvimento acaba se confundindo com superioridade, e isso se reflete nas imagens que se criam de cada país.



Atividade

Atende ao Objetivo 3

3. A Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), criada em 1966 e extinta em 1996, tinha como objetivo primordial expandir e desenvolver as atividades turísticas em solo brasileiro. Com este intento, divulgou durante a década de 80 do século passado cartazes e pôsteres para o público internacional com imagens de mulheres seminuas banhando-se no mar. Esta imagem até hoje permanece como símbolo de um Brasil depreciado culturalmente por sua própria propaganda estatal.

Explique por que, segundo a teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado, em países periféricos, é comum se criar esta imagem de exotismo e, por que não, de inferioridade cultural e intelectual.

Resposta Comentada

Você deve lembrar que o Brasil, mesmo reconhecido como um país de belezas estonteantes, tem sua imagem atrelada às mulheres desnudas, à corrupção em suas diversas formas, a violência urbana e até mesmo à incivilidade da população. Tais características acabam por construir um perfil de inferioridade em relação às nações centrais e cria-se assim uma perspectiva para o turista oriundo de países centrais de um ambiente de liberdades gerais, onde a promiscuidade e a desobediência às leis são plenamente permitidas e aceitas. O Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado se manifesta na crença em uma superioridade, já que o território brasileiro carre-

ga o signo do subdesenvolvimento e do atraso. E a própria noção de “desenvolvimento”, no sistema capitalista, traz consigo uma noção de maior capacidade e de superioridade de maneira geral.

Conclusão

O sistema capitalista é eminentemente marcado por contradições: burguesia e proletariado, ideologias dominantes e lutas, países centrais e países periféricos. Destarte, o Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado é a espacialização do modo de produção capitalista, que necessita de que existam, perenemente, áreas ricas, industrializadas, modernas e desenvolvidas, e outras que sejam pobres, agrárias, atrasadas e subdesenvolvidas. Isto se deve à necessidade de centralização nas decisões políticas e econômicas, às exigências de obediência aos ritmos de acumulação (isto requer *exército de reserva de lugares* para produção!) e, entre outros motivos, devido à possibilidade de exploração econômica lenta e contínua das populações mais pobres das áreas mais atrasadas. No turismo, o Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado se mostra presente, criando uma profunda segregação entre territórios desenvolvidos e subdesenvolvidos, como uma necessidade de seu próprio desenvolvimento.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

A Área de Livre Comércio das Américas – Alca – seria um acordo comercial entre todos os países do continente americano, com a exceção de Cuba, devido ao seu regime socialista. Neste acordo, com a liderança dos Estados Unidos, seriam derrubadas as barreiras comerciais entre os países-membros, na tentativa de expansão do mercado no continente e paulatino desenvolvimento de todas as nações americanas. Tal acordo, devido a uma série de discordâncias entre as cúpulas do Estados Unidos e os governos dos demais países-membros, acabou não sendo celebrado.

Explique por que a Alca aprofundaria as diferenças entre Estados Unidos e Canadá – países desenvolvidos – e o restante da América – formada por países subdesenvolvidos.

Comentário

Você deverá explicar que, para a constante modernização econômica dos Estados Unidos e do Canadá, torna-se necessária a exploração dos demais países da América. É da natureza do sistema capitalista o Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado e, assim, não seria possível, em nenhuma hipótese, o desenvolvimento dos demais países americanos. Desta maneira, enquanto Estados Unidos e Canadá aumentariam seus lucros produtivos, o Brasil e os demais países periféricos ofertariam com menores tarifas as suas populações como mercado consumidor e mão de obra barata, suas riquezas naturais como matéria-prima mais abundante e ainda se tornariam subservientes às exigências das nações mais poderosas do continente.

Resumo

O estudo do Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado é fundamental para o entendimento espacial do sistema capitalista e, assim, das atividades turísticas em escala local, nacional e mundial. O Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado é uma teoria baseada nos escritos de Leon Trotsky, onde se destaca a natureza contraditória do capitalismo em bases territoriais. Neste sistema, é mister que existam profundas discrepâncias entre áreas modernas e atrasadas, ricas e pobres. Não é possível, no âmbito do capitalismo, a existência de um só ritmo de desenvolvimento, já que é esta diferenciação que move a exploração dos homens, a adequação do território às diferentes missões produtivas (pro-

duzir matéria-prima ou transformá-la em mercadoria) e ainda à submissão dos interesses gerais aos objetivos das classes dominantes dos países centrais.

Isto porque o termo “desenvolvimento”, no modo de produção capitalista, de forma alguma está atrelado às melhorias sociais da população como um todo. Outrossim, “desenvolvimento” acaba por confundir-se com “progresso” e “modernização”, ideias que significam, antes de tudo, aumento na capacidade de obtenção de lucros. Este modelo de desenvolvimento tão claramente voltado para as classes mais abastadas necessita de um revestimento ideológico, que significa ocultar que seu objetivo é servir unicamente para o aumento dos lucros, de maneira a despontar como bem comum.

No que se refere ao turismo, o Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado significa uma perspectiva de dialética entre moderno e atrasado, na efetivação de áreas voltadas para visitantes mais ricos e outras para turistas mais pobres. Por fim, a face mais cruel desta perspectiva de diferenciação capitalista territorial é o fato de que o desenvolvimento traz em seu bojo uma noção de superioridade, e assim o Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado se mostra, concomitantemente, ainda mais bárbaro e efetivo.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, nosso estudo será sobre a urbanização turística.

20

A urbanização turística

Gilmar Mascarenhas

Meta da aula

Apresentar a urbanização turística como fenômeno relevante no mundo atual, na forma de um conjunto de processos que moldam a paisagem e o conteúdo das cidades onde o turismo é a atividade predominante.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 reconhecer a natureza da urbanização turística e suas peculiaridades em relação às formas de urbanização em geral;
- 2 identificar problemas específicos da urbanização turística no Brasil.

Pré-requisito

Como pré-requisito, aconselhamos rever a Aula 3, principalmente a temática da rede urbana (centralidades, áreas de influência etc.).

Introdução

Ao longo deste curso, você deve ter percebido o quanto turismo e Geografia se relacionam intensamente. Muitos fenômenos turísticos encontram na Geografia parte de sua explicação. Também o espaço geográfico apresenta aspectos e dinâmicas que somente se explicam levando em consideração a existência do turismo, embora a maioria dos geógrafos ainda não tenha percebido tal relação e siga ignorando a magnitude do turismo.

O que vamos tratar nesta aula é o quanto o turismo afeta o processo de urbanização e quando ele é a principal ou uma das principais atividades da economia urbana. Mas quando o assunto é urbanização, nem sempre estamos falando precisamente da mesma coisa. Existem pelo menos três formas de conceber o fenômeno da urbanização:

1. Como crescimento superior da população urbana (aquela residente nas cidades) sobre a população rural. Nesse sentido, diz-se que um país está se urbanizando quando a população do campo cresce a um ritmo inferior ao da população urbana. Note-se que esta concepção, embora ainda muito presente nos livros didáticos de Geografia, se tornou banal, pois desde a segunda metade do século XX praticamente todas as sociedades do mundo estão em processo de urbanização.
2. Como intervenção do Estado em áreas já ocupadas ou em vias de ocupação, para fins de prover de infraestrutura básica (eletrificação, abastecimento de água, rede de esgoto, asfaltamento etc.). Esta concepção encontra-se muito em voga, pois é aquela divulgada amplamente na imprensa, quase sempre direcionada às políticas recentes de urbanização de favelas.
3. Como processo mais amplo, que abrange não apenas as mudanças na configuração territorial (expansão das cidades e implantação de infraestrutura) como também no funcionamento da sociedade. Tal funcionamento inclui as relações sociais, os comportamentos, os valores culturais etc. Tal con-

ceito de urbanização, que é justamente aquele com o qual trabalhamos nesta aula, pressupõe que urbanizar é transformar espaços e sociedades.

Vários estudos em diversas partes do mundo identificam um tipo peculiar de urbanização movido pela força da atividade turística, levando à construção de um novo conceito para dar conta desta forma específica de produção do espaço urbano: a urbanização turística.

A urbanização turística se revela como um dos mais significativos motores do crescimento urbano na atualidade. Apresenta nos Estados Unidos os maiores índices de crescimento populacional e da força de trabalho de todo o país (Stanback apud Mullins, op. cit. p. 326). A atual Grã-Bretanha desindustrializada fabrica cada vez menos mercadorias e mais “tradição” (onda de tombamentos e multiplicação de museus nas cidades), ingrediente de um dos setores bem-sucedidos da economia britânica de nossos dias, o turismo urbano (URRY, 1996, p. 148-49). Sem dúvida, estamos diante de um fenômeno novo, de largo alcance e de grande impacto na produção e dinâmica do espaço urbano, a merecer investigações empíricas e reflexões teóricas.

Convém frisar que a urbanização turística é um fenômeno recente, e por isso de recente conceituação, razão pela qual nem todos os estudiosos concordam com sua existência. Portanto, um dos objetivos desta aula é argumentar em favor da existência de um conjunto de fenômenos que justificam o uso desse conceito. Em outras palavras, acreditamos que haja uma forma específica de urbanização. Esta forma de urbanização somente ocorre em cidades turísticas. Tais cidades possuem um conjunto de características que as tornam distintas das demais cidades não turísticas. Não queremos com isso resolver a polêmica: ao contrário, queremos que ela continue, ou seja, que continuemos a debater até que ponto existe mesmo um fenômeno que mereça o nome de urbanização turística, pois somente assim a ciência evolui: através do debate constante.

Concordamos com Fratucci (2000, p. 127), para quem são poucos os trabalhos científicos desenvolvidos no sentido de buscar-se o conhecimento da lógica do ordenamento territorial das áreas receptoras de fluxos turísticos. Por áreas receptoras, sabemos se tratar, em sua grande maioria, de áreas urbanas. Acreditamos que não apenas existe uma urbanização turística, como também que se trata de um dos mais importantes fenômenos geográficos contemporâneos, principalmente no Brasil. Nas palavras do geógrafo francês Rémy Knafo (2008, p. 9), aqueles que estudam a cidade contemporânea e não percebem a importância do turismo correm o risco de revelar seu arcaísmo.

Nesta aula, procuraremos argumentar em favor deste conceito, reunindo as características gerais da urbanização turística e trazendo situações empíricas que sustentam tal argumentação. O fundamento maior que justifica esta aula é a constatação de que tal processo de urbanização produz inúmeros problemas para a comunidade local, e mesmo para o turista que pretende uma experiência mais autêntica e socialmente responsável. Para os que pretendem atuar profissionalmente na gestão de destinos turísticos, preocupados não apenas com o produto turístico em si, mas com sua sustentabilidade e sua base local, o conteúdo desta aula se revela fundamental.

A natureza de urbanização turística

Tudo leva a crer que a expressão *urbanização turística* foi utilizada pela primeira vez por um australiano chamado Patrick Mullins. Em 1991 ele publicou um artigo na mais conceituada revista internacional sobre estudos urbanos. Em seu estudo, Mullins recolheu dados em 13 cidades australianas, duas das quais (Gold Coast e Sunshine Coast) com claro perfil turístico. Verificou então sensíveis diferenças destas em relação às demais cidades, que não apresentavam condições de atratividade turística, ao comparar vários aspectos como: os distintos setores de atividades da economia urbana, o ritmo de crescimento demográfico, os níveis

de emprego e subemprego, e mesmo a dinâmica dos movimentos sociais e da sociedade civil em geral. A conclusão de Mullins foi a de que se trata, em suma, de uma modalidade peculiar de produzir e estruturar o espaço urbano, e de viver a cidade. Em outras palavras, as cidades turísticas “representam uma nova e extraordinária forma de urbanização” (1991, p. 326).

Para o autor, as cidades turísticas “representam uma nova e extraordinária forma de urbanização” (MULLINS, 1991, p. 326). Tradicionalmente, sabemos que no transcorrer da História as aglomerações urbanas surgiram e cresceram em torno da acumulação do excedente agrícola, do comércio, e mais tarde, da produção de bens manufaturados. Porém, divergindo do modelo tradicional, as cidades turísticas dedicam-se quase que exclusivamente ao consumo, e mais precisamente ao consumo de artigos e serviços de diversão, prazer, relaxamento e recreação, e não ao consumo de necessidades básicas, como moradia, serviços de saúde, abastecimento alimentar, educação etc. Tal especificidade irá se verificar nitidamente no uso do solo e na *morfologia urbana*, conforme demonstraremos mais adiante.

Devemos ser cautelosos com essa distinção entre cidades de produção e cidades de consumo, pois se trata de uma simplificação extrema. A rigor essa distinção não existe, pois todas as cidades realizam ao mesmo tempo formas de produção e de consumo. A diferença que Mullins quer salientar é que nas cidades turísticas o consumo supera a produção, ao contrário do que tende a ocorrer nas cidades industriais. O autor pretende contrapor esses dois modelos de urbanização, por julgar que a cidade industrial pertence à era moderna, enquanto a cidade turística é expressão de uma era pós-moderna. Procedimento teórico compreensível, pois no momento em que realizou sua pesquisa (final da década de 1980), o meio acadêmico estava muito dedicado ao debate em torno da pós-modernidade: todos supunham que estávamos vivendo um momento de ruptura geral (o desmonte do bloco socialista, que culminou com a queda do muro de Berlim; a emergência de uma nova sociedade pós-industrial e até mesmo

Morfologia urbana

Refere-se, etimologicamente, ao estudo das formas da cidade. Que formas? Estamos falando sobretudo da configuração espacial, da forma que podemos visualizar quando diante de um mapa da cidade. No mapa identificamos áreas mais densas e centrais, diferentes de áreas mais distantes e de ocupação rarefeita. Áreas mais pobres e áreas nobres, áreas poluídas e outras mais bem dotadas de vegetação e outras amenidades; áreas verticalizadas (grande concentração de edifícios altos) e áreas de casario baixo.

a transição no plano da estética: novos estilos arquitetônicos, musicais, literários etc.) e que este novo momento histórico deveria ser denominado como pós-modernidade. Nos últimos 10 ou 15 anos, esta perspectiva praticamente desapareceu, sendo muito pouco citada.

Pois bem, na cidade industrial podemos dizer que a produção supera o consumo. O motivo é simples: a fábrica é uma unidade de produção em grande escala, isto é, produz muito mais que a população local necessita. Ela produz visando alcançar mercados distantes, outras cidades e regiões, além do próprio campo. A Revolução Industrial permitiu essa mudança nas cidades. Até então cada cidade tentava produzir tudo de que necessitava, através dos artesãos. Em cada uma delas havia sapateiros, carpinteiros, alfaiates, marceneiros e tantos outros artesãos que atendiam à pequena demanda local. Com o advento da industrialização, a pequena produção artesanal foi substituída pelas fábricas. Estas, por sua vez, se beneficiaram da chamada revolução dos transportes (rever Aula 7, se julgar necessário), sobretudo das ferrovias, que permitiram o escoamento da produção para ampla região ao redor das cidades industriais. Em resumo, a cidade industrial produz algo que vai viajar para longe, para ser consumido em algum outro lugar, diferente daquele onde foi produzido.

Nas cidades turísticas, o serviço prestado, como qualquer outro, é consumido no próprio local, conforme vimos na Aula 4: o bem (no caso o produto industrializado) “viaja”, é transportado; o serviço, não. Uma aula de inglês, por exemplo, seja ela oferecida num estabelecimento educacional, seja em domicílio, é um serviço consumido pelo aluno no mesmo instante e lugar em que é “produzido” pelo professor. *Grosso modo*, podemos dizer que, geralmente, enquanto o bem se desloca até o consumidor, é o consumidor quem se desloca até o local onde é prestado o serviço, seja ele de natureza médica, educacional, jurídica, religiosa, turística etc.

Uma cidade comum tem sua economia urbana de serviços voltada para o mercado local e, no caso de uma cidade bem posicionada na hierarquia urbana, voltada também para eventuais fregueses oriundos de cidades menores situadas em sua área de influência. Você viu na Aula 3 que uma cidade bem dotada de serviços acolhe consumidores procedentes de núcleos urbanos menores, onde determinado serviço não é oferecido. Para exemplificar, um indivíduo que resida na zona rural ou num povoado, se quiser adquirir uma motocicleta, terá que se dirigir a uma cidade maior. Se quiser frequentar um curso de nível superior também terá que se deslocar para uma cidade que ofereça este serviço. Por isso, quanto maior a área de influência de uma cidade, maior e mais dinâmica será sua economia urbana. E quanto maior poder aquisitivo tiverem seus consumidores, também maior será esta economia. Basta comparar duas cidades que, com o mesmo número de habitantes e mesma área de influência, se estiverem situadas em regiões de nível socioeconômico distintos (por exemplo: interior paulista x sertão nordestino), apresentarão dimensões econômicas distintas.

A cidade turística dispõe de um mercado consumidor muito grande, pois este abrange seus moradores e também os visitantes. Por isso é uma forma de urbanização diferente. É uma cidade especial. Uma cidade turística de apenas 20 mil habitantes oferece serviços (sobretudo no setor de comércio, restaurantes, lazer etc.) em quantidade e qualidade muito superiores às demais cidades de seu porte demográfico que não possuam a condição turística. Isso é sem dúvida uma vantagem para seus moradores, desde, é claro, que tenham recursos materiais para consumir tais serviços.

Podemos, para exemplificar, comparar duas cidades fluminenses, Itaperuna e Paraty. A primeira é de maior porte, contendo aproximadamente 90 mil habitantes, contra 35 mil em Paraty. Ademais, Itaperuna é um centro urbano que comanda uma rede mesorregional (o Noroeste Fluminense, que abrange onze municípios), agregando diversas outras cidades a seu redor; situa-

ção muito distinta de Paraty, que, pertencente à mesorregião Sul Fluminense, é um dos menores dos 14 municípios que a compõem, além de estar geograficamente em situação de relativo isolamento (acesso por uma única rodovia e distante das demais cidades de sua mesorregião). Portanto, em tese, Itaperuna dispõe de mercado consumidor muito maior que Paraty. No entanto, Paraty possui mais e melhores restaurantes e bares que Itaperuna, além de mais atividades culturais. Dois indivíduos, cada um numa destas duas cidades, mesmo com idêntico poder aquisitivo, levam vidas muito distintas. O itaperunense não desfruta da sofisticação dos serviços gastronômicos, nem das atividades culturais das quais desfruta o habitante de Paraty. Nos finais de semana, o cidadão itaperunense de classe média, geralmente, deixa a cidade, para desfrutar da vida campestre ou, em alguns casos, deslocar-se até praias que distam 150 km de sua casa. A cidade, aos domingos, oferece uma atmosfera de esvaziamento. Paraty, ao contrário, viceja.

Como explicar esse paradoxo? Uma das razões é o fato de Itaperuna comandar justamente a mais pobre mesorregião do estado do Rio de Janeiro, o que já significa reduzido poder aquisitivo de seu mercado consumidor. Mas o motivo principal é a condição turística de Paraty. Os serviços somente estão ali, na quantidade e qualidade citadas, por contar com os numerosos visitantes. E, ademais, são visitantes em geral de muito bom poder aquisitivo, muitos oriundos de outros países. Ao contrário de cidades turísticas que acolhem mochileiros (em geral jovens estudantes que, mesmo sendo de classe média, tendem a viajar com poucos recursos) e segmentos de origem mais humilde, Paraty recebe um público de alto nível educacional, quase sempre de faixas etárias superiores, e por isso com maior capacidade de consumo, conforme constatou a pesquisa de Carneiro (2002).

Estamos afirmando que é melhor morar nas cidades turísticas? Sim, para quem quer desfrutar de determinados serviços e conhecer pessoas (ter uma vida social mais rica), mas isso tem seu custo. A começar pelo valor da terra urbana. Está comprovado que

o turismo eleva o preço do solo. E ao elevar o custo da terra, encarece todos os demais serviços, pois qualquer estabelecimento comercial (ou de outro tipo) calcula em seus custos de manutenção o aluguel ou a renda fundiária. Todos sabemos que beber um simples refrigerante ou fazer uma refeição tem um custo, que varia conforme o lugar. Um empresário que aluga uma loja no centro de Paraty é forçado a transferir para o preço de seus produtos os gastos que tem com o valor pago pelo imóvel. Para não falar em casos de oportunismo, de especulação, quando o empresário aumenta exageradamente os preços em contextos de elevado afluxo de turistas, alijando o morador do acesso aos bens e serviços de sua própria cidade. Neste sentido, os habitantes de Florianópolis, cidade que concentra o afluxo de visitantes no verão (pois seu inverno é frio, e o turismo local se apoia nas praias), se queixam da carestia que ocorre todos os anos entre novembro e março, quando os supermercados, por exemplo, majoram seus preços propositalmente, cientes do grande público consumidor que chega na cidade. Portanto, a urbanização turística produz moradia cara e custo de vida mais alto, em todos os setores.

Por isso discordamos da afirmação de Mullins, para quem é melhor ser pobre no paraíso, ao justificar a migração intensa de trabalhadores desqualificados para as cidades turísticas. Tal migração ocorre pela falta de opções de emprego, em especial no campo, e pela ilusão de encontrar emprego fácil nas cidades turísticas. O próprio Mullins (p. 335) reconhece que a urbanização turística gera empregos sazonais e de baixa remuneração, mas acredita que, mesmo com subemprego, o pobre prefere morar nas cidades turísticas que em outras cidades. Parece-nos uma afirmação equivocada, pois, conforme acabamos de denunciar, são cidades mais caras, mais excludentes, por isso mais hostis às populações de baixa renda.

A fim de oferecer um quadro sintético, podemos definir as quatro características fundamentais da urbanização turística, a partir não apenas da proposta de Mullins, mas também de nossas observações empíricas:

1. Na economia urbana, o consumo prevalece sobre as atividades produtivas. Devemos registrar que tal fenômeno torna-se possível pelo fato de que as elites e as camadas médias dos centros emissores, em particular das metrópoles, elegem as cidades turísticas para realizar parte de suas necessidades e desejos, convertendo-as em aglomerações sazonais de serviços e artigos de prazer, voltados para uma clientela externa. Trata-se portanto de uma possibilidade gerada pelas condições concretas da rede urbana, tema bastante aprofundado em nossa Aula 3. Algo que Nash (1995) sugere como uma forma de imperialismo: a subordinação de um lugar a outro através do turismo.
2. O crescimento demográfico e econômico das cidades turísticas tende a ultrapassar as taxas médias regional e nacional, como reflexo da expansão recente das práticas turísticas (MULLINS, p. 334). Tal performance se manifesta no Brasil à revelia do contexto econômico recessivo. No território fluminense, podemos facilmente observar que são justamente os municípios de economia voltada para o turismo ou veraneio (segunda residência) os que apresentam maior incremento demográfico nas últimas décadas. Não por acaso, de Paraty a Mangaratiba, de Maricá a Macaé, verifica-se ao redor da metrópole um alinhamento de municípios costeiros com taxas de crescimento bem acima da média geral fluminense, todos com forte uso turístico ou de segunda residência.
3. Embora estas cidades tendam a apresentar maior dinamismo econômico que a média e, por conseguinte, exerçam atração de fluxos migratórios em busca de oportunidades de renda e trabalho, o subemprego, a precarização dos contratos, o baixo índice de sindicalização e a baixa remuneração consistem na tônica dominante das cidades turísticas, conforme observou Mullins. No Brasil, desconhecemos estudos sistemáticos a respeito,

mas as evidências parecem confirmar este quadro social preocupante. Na área que pesquisamos há alguns anos (MASCARENHAS, 2003), conforme você verá mais adiante, observamos a formação de áreas de ocupação em condições habitacionais muito precárias, em contraste com o consumo de supérfluos na zona turística.

4. No tocante à composição e dinâmica do tecido social, as camadas médias (artesãos, donos de pousadas, restaurantes, lojas e bares) se apresentam como numericamente expressivas e atuantes. Tal segmento lidera o debate político local e exerce pressão no sentido da dotação de serviços públicos e preservação ambiental (MULLINS, 1991, p. 338). O que percebemos com frequência é a organização dos agentes locais envolvidos com o turismo, visando melhorar ou manter uma série de aspectos da cidade. Como vivem desta atividade, dependem, para o sucesso de seus empreendimentos, de que diversos problemas sejam evitados para não afugentar os turistas. Para isso, incentivam a limpeza urbana, o tratamento paisagístico das praças, a conservação dos logradouros, a retirada de mendigos e de outros elementos que tragam desconforto ao turista. Precisam contar com uma boa gestão pública (por isso fazem pressão constante junto ao poder local). Em suma, uma cidade turística, para seus comerciantes, deveria funcionar mais ou menos como um *shopping center*, onde os lojistas pagam para que o local se mantenha em perfeito estado geral, garantindo assim a satisfação de seus clientes. Também a administração do *shopping* realiza o *marketing* e promove eventos periódicos para atrair mais visitantes. A cidade turística igualmente depende de uma gestão que promova constantemente seu produto.

Convém registrar que há outras características da urbanização turística definida por Mullins que não correspondem exatamente ao caso brasileiro. O autor (1991, p. 335) assinala, por exemplo, um ambiente de “privatismo”, com fraca presença do

poder público. Tal observação nos parece mais adequada para países desenvolvidos que vivenciaram, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, o Estado de bem-estar social e seu forte impacto na natureza da urbanização, em contraposição à prevalência de um ambiente “neoliberal” nas cidades turísticas, que são mais recentes que as tradicionais. Como são áreas de projeção e crescimento mais recente, incorporam mais que outras a retração do Estado nas últimas duas décadas, isto é, o paulatino desmonte do aparato assistencial do *Welfare State*. No Brasil, sobretudo no Nordeste (devido ao Prodetur, conforme estudos de Rita Cruz, 2001), a urbanização turística conta, ao contrário, com decisivo suporte estatal na dotação de infraestrutura geral. E ademais, sobretudo para as camadas desfavorecidas, nossas cidades tradicionalmente sobreviveram à revelia da atuação do poder público.

Podemos acrescentar um último comentário acerca do fenômeno da urbanização turística, com base em reflexões suscitadas na pesquisa que desenvolvemos no estado do Rio de Janeiro. Queremos sugerir um novo elemento como constituinte desta nova forma de organização do espaço urbano: a redefinição da noção de “usos sujos”. Para explicá-lo, teremos que recorrer brevemente à história do *urbanismo*.

Urbanismo

Ciência ou (mais propriamente) a arte de conceber e planejar as cidades. No século XIX, atendendo à preocupação de adequar as cidades ao novo momento gerado pela Revolução Industrial, surgiu o urbanismo progressista. Tal urbanismo criticava as cidades antigas, pelo predomínio de becos, ruas estreitas e tortuosas, escassez de praças e outras áreas livres. Este modelo de cidade medieval, compacta, densa, deveria dar lugar a uma nova cidade, ampla, arejada, e com largas vias e retas que facilitassem a circulação acelerada de pessoas e bens.

O processo de modernização das cidades no mundo ocidental tem na reforma parisiense de Haussmann (1809-1891), o famoso prefeito de Paris, um dos paradigmas fundamentais. Sua profunda reforma urbana arrasou inúmeros quarteirões medievais, sem qualquer preocupação com o patrimônio histórico. Em seu lugar, criou amplas avenidas, denominadas *bulevares*. A reforma, em suma, consistiu na aplicação de um urbanismo “progressista”, adequado ao advento da sociedade industrial (CHOAY, 1992).

Nesta proposta de urbanismo, fez-se realçar o higienismo, movimento que preconizava, no século XIX (com base nas descobertas epidemiológicas de vetores de doenças oriundos da microbiologia), uma profunda reestruturação do espaço urbano, identificando, combatendo e eliminando usos e práticas consideradas nocivas à saúde pública. Em contextos específicos, tal discurso se

adequou plenamente aos interesses do capital imobiliário e, de um modo geral, ao projeto elitista de gestão do espaço urbano, expulsando quiosques, cortiços e ambulantes das áreas nobres e centrais em nome da higiene, da ordem e do embelezamento da cidade que se deseja “moderna” e cosmopolita. No Brasil, este processo alterou profundamente a estrutura de nossas cidades, conduzindo à formação das favelas e à expansão de uma periferia empobrecida, já que expulsou os pobres da área central. Este processo permanece, de alguma forma, vivo até os dias atuais, mas o momento mais intenso do higienismo foi a Reforma Pereira Passos, no Rio de Janeiro.



A Revolução Industrial promoveu o êxodo rural e um intenso processo de urbanização. As populações de camponeses que chegavam às cidades em grande volume apenas encontravam empregos de muito baixa remuneração, e com jornadas de trabalho extenuantes. Ao mesmo tempo, encontravam uma cidade já organizada em bases capitalistas, isto é, onde o solo havia se transformado em mercadoria, uma mercadoria muito cara para o baixo poder aquisitivo dos trabalhadores. Por isso, eles tiveram que se aglomerar em cortiços imundos, e os que não encontravam trabalho buscavam a sobrevivência pelas ruas, vendendo coisas ou pedindo esmolas. Todo este conjunto de práticas de morar e de buscar sustento foi considerado pelos higienistas (médicos, advogados, engenheiros, padres) como usos sujos. Tais usos sujos deveriam ser banidos da cidade para que esta se tornasse realmente civilizada, limpa e ordeira. Esqueciam estes homens da elite que os pobres haviam sido justamente por eles convidados para promover a industrialização, e se viviam assim era porque uma parte dessa mesma elite pagava muito mal aos operários, enquanto outra parte dela se apoderava do solo urbano para torná-lo uma mercadoria valorizada. Por fim, moravam em cortiços, eram donos desses antigos casarões infectos os mesmos homens que se enriqueciam com a pobreza alheia.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Eleja duas características da urbanização turística citadas nesta aula e explique como elas se manifestam.

Comentário

Você poderá eleger duas das seguintes características: crescimento demográfico acelerado; elevado custo de vida; tendência à segregação espacial; oferta de serviços de lazer superior ao porte da cidade; organização dos setores médios e ligados ao negócio turístico em prol da qualidade do ambiente urbano; o desemprego ou o subemprego, ou ainda o emprego sazonal a deteriorar as condições de sobrevivência dos segmentos sociais despossuídos de meios de empreender.

Em suma, o urbanismo progressista se amparou no discurso higienista para promover um verdadeiro combate às formas de sobrevivência das populações pobres que habitavam as áreas centrais e estabeleceu como uso sujo todo um conjunto de práticas populares de sobrevivência. No caso da urbanização turística, percebemos que a gestão do espaço amplia o rol dos usos considerados “sujos”, isto é, inconvenientes em determinadas áreas privilegiadas para reprodução do capital. Se no período de Pereira Passos se definiu como importante a construção de uma imagem de cidade ordeira, higiênica e progressista, na atualidade a atividade turística retoma como de suma importância a produção dessa imagem, por força da natureza

intrínseca do produto que se vende. Mullins (1991) já chamava a atenção para a formação de enclaves, como “redutos espaciais de consumo hedonista”. Nestes espaços de realização dos desejos, o bem-estar do turista não pode ser molestado pela presença de personagens e usos alheios à fantasia do consumo. Em outras palavras, o pobre e a pobreza seriam aspectos a serem evitados, pois destoam da paisagem e da ambiência cuidadosamente elaboradas pelo turismo. Observando diversos casos concretos, apontaremos mais adiante aspectos que ilustram esta nossa reflexão.

A urbanização turística no Brasil: breve panorama

No Brasil, não obstante a evidência do fenômeno em pauta, raras têm sido as iniciativas acadêmicas para compreender as formas de urbanização turística. No plano teórico, destaca-se o pioneirismo de Maria Thereza Luchiari (1998), ao repensar a proposta de Mullins no marco conceitual indicado por Milton Santos, que estuda o lugar em sua relação com a totalidade-mundo. A autora procurou demonstrar como o lugar (no caso a cidade que se turistifica) se envolve em processos cuja origem lhe é exterior, assim confrontando mundo e lugar. Para ela (1998, p. 28), corremos o risco de ver a urbanização turística produzir cidades tão indesejáveis quanto o fez a urbanização industrial.

Outra iniciativa coube a Edmilson Lopes Jr. (2000), analisando o caso de Natal (RN) e oferecendo interessantes apontamentos. O autor observa a dimensão simbólica no recente e acelerado processo de conversão de algumas das capitais nordestinas em “cidades do prazer”. No caso de Natal, a urbanização turística vem promovendo uma completa reordenação espacial, não apenas deslocando para a zona sul o eixo de crescimento da cidade, mas sobretudo acirrando o “*apartheid* urbano” (LOPES JR., 2000, p. 47), que empurra e concentra os trabalhadores para a zona norte, acentuando assim as desigualdades e a segregação

socioespacial. A cidadania incompleta, da qual tratamos na Aula 6, é percebida pelo autor como uma das consequências desse processo de urbanização.

Ainda segundo Lopes Jr., a urbanização turística varia caso a caso. No plano do imaginário, a cidade de Natal se volta para o consumo virtual do meio ambiente, e “esvazia-se de história, ao contrário de Salvador, que constrói uma” (p. 49). Em outras palavras, enquanto Natal vende a imagem de uma cidade fortemente apoiada em cenário natural preservado (sobretudo as dunas), Salvador investiu no patrimônio histórico e cultural, além da produção cultural mais recente, associada às raízes afrobrasileiras. Porém (inclusive por ser sociólogo), o autor acaba mantendo sua análise nesse plano simbólico, não investindo na produção do espaço geográfico, que é nosso foco principal de interesse.

Na cidade de Porto Seguro (BA), a urbanização turística promoveu a atração de grande fluxo migratório, sobretudo proveniente da zona rural, muito afetada pela crise econômica provocada por uma praga no início dos anos 1990 (a vassoura de bruxa) no plantio de cacau. Vasto contingente de pobres trabalhadores rurais veio buscar emprego em Porto Seguro e, diante da impossibilidade de encontrar melhor solução para a questão habitacional, acabou gerando uma espécie de bolsão de miséria, o chamado Baianão, bairro que se isola do conjunto turístico da cidade, um afastamento que a indústria do turismo considera necessário para a qualidade do produto turístico. Esta aglomeração reunia em torno de 12 mil pessoas, quando lá estivemos pesquisando, em 2002.

Entre 2001 e 2005, no âmbito do Instituto de Geografia da UERJ, realizamos pesquisas sobre a urbanização turística no estado do Rio de Janeiro, e aos resultados deste trabalho dedicaremos os próximos passos desta aula, com destaque para a vila de Penedo.

A organização espacial do estado do Rio de Janeiro (unidade da Federação brasileira de mais alto índice de urbanização) se caracteriza tradicionalmente pela esmagadora primazia de sua

área metropolitana, concentradora de recursos, dinamismo, poder, informação e $\frac{3}{4}$ da população estadual. Não obstante, o interior fluminense vem apresentando nas últimas três décadas evidentes sinais de dinamização de sua economia, revertendo um antigo processo que promovia contínua concentração metropolitana.

Neste processo de desaceleração da concentração metropolitana, a rede urbana do interior fluminense, representada por um variado conjunto de cidades de médio e pequeno porte, em sua maioria centros estagnados e com mais de um século de existência, vem redefinindo rapidamente seu arranjo e conteúdo, formando novos eixos de urbanização. Algumas pequenas aglomerações se converteram ultimamente em centralidades de serviços especializados, dentro de uma nova configuração da hierarquia urbana.

Sem desmerecer outras atividades, como a indústria metal-mecânica, o turismo e o veraneio são provavelmente os maiores responsáveis pela retomada de expressivo desempenho econômico de diversas localidades e regiões fluminenses, contribuindo para reverter a histórica tendência de concentração espacial de recursos e população na região metropolitana. Também vem a atividade turístico-recreativa contribuindo decisivamente para a crescente articulação (historicamente escassa) entre a capital e o interior no estado do Rio de Janeiro, incrementando de forma significativa o espaço de fluxos e contatos.

Já podemos falar em retenção de êxodo demográfico do interior fluminense em direção à capital, e situações de migração de retorno. Segundo dados da Fundação IBGE, o censo de 1991 registrou claramente o estancamento de um longo processo de esvaziamento demográfico no interior, que finalmente ampliara sua participação percentual no conjunto da população fluminense para algo em torno de 23%, recuperando o índice verificado em 1970. Na década seguinte, continua o interior apresentando índices de crescimento superiores ao da média estadual, inclusive os da Região Metropolitana, atingindo 24,3% de participação no conjunto.

A urbanização turística se insere nitidamente neste processo, oferecendo serviços de lazer, turismo e moradia ou segunda residência de alto padrão em novas centralidades (novamente, rever Aula 3), funcionando estas como verdadeiros distritos de amenidades no conjunto da rede urbana. Vale registrar que são estas localidades justamente as que apresentam maior dinamismo econômico e crescimento demográfico no panorama estadual. Não é por acaso que, de Paraty a Mangaratiba, de Maricá a Macaé, verifica-se ao redor da metrópole um alinhamento de municípios costeiros com taxas de crescimento bem acima da média geral fluminense, todos com forte uso turístico ou de segunda residência.

Nossa pesquisa definiu como estudos de caso quatro localidades, com distintas características quanto à localização, origem, condição e relação com a metrópole, principal centro emissor de turistas, veranistas e proprietários de segunda residência:

- Penedo: vale médio do Paraíba, condição serrana, origem associada ao ciclo do café e posterior colonização finlandesa.
- Búzios: Costa do Sol, condição litorânea, origem associada à política colonial portuguesa de defesa costeira e posterior núcleo de pesca rudimentar.
- Paraty: Costa Verde, condição litorânea, origem associada ao ciclo do ouro, grande patrimônio histórico arquitetônico.
- Itaipava: entorno imediato da área metropolitana, condição serrana, origem associada aos eixos de interiorização colonial.

Constatamos que tais localidades têm sido eleitas pelas camadas médias e as elites dos centros emissores, em particular a metrópole, para realizar parte de suas necessidades e desejos, convertendo-as em aglomerações sazonais de serviços e artigos de prazer, voltados para uma clientela externa. Pois, nas palavras de Milton Santos (1996, p. 131), a região e o lugar não têm existência própria: definem-se como funcionalização do mundo e é por eles que o mundo é percebido empiricamente.

Confirmando a proposição de Mullins quanto à organização dos setores médios, notamos no caso de Búzios (RJ), a existência de diversos jornais locais, a maioria veiculando debates e reivindicações de setores médios e intelectuais da cidade, que enfrentam abertamente os interesses de proprietários fundiários e empresários de construção civil, em prol da manutenção da qualidade ambiental e paisagística. Argumentam que Búzios, como *paraíso perdido*, deve conservar sua paisagem bucólica e com grande presença da natureza, enquanto o setor da construção civil afirma que Búzios é um *paraíso achado*, onde se deveria construir mais residências e hotéis, para que mais pessoas pudessem usufruir de suas belezas. Nas eleições municipais de 2004, notamos claramente que este setor buscou apoio político junto aos pobres da cidade (que se concentram sobretudo na populosa e estigmatizada comunidade da praia da Rasa), argumentando que, para eles, o principal meio de sobrevivência seria o emprego na construção civil, acusando assim de elitista a candidatura a prefeito apoiada pelo setor turístico. Houve então grande debate em torno do Plano Diretor da cidade, sobre quais os limites (de gabarito e de taxa de aproveitamento dos terrenos, bem como quais as áreas passíveis de novos empreendimentos imobiliários) para se construir.

Vejamos agora mais detidamente o caso de Penedo pois, considerando-se que ali o processo de turistificação foi acionado de forma intensa e em uma área ainda praticamente rural, a forma urbana resultante é basicamente produto do turismo, consistindo assim num dos mais acabados processos de urbanização turística em território fluminense.

Seu efetivo crescimento se verifica a partir do início da década de 1980. O crescimento urbano-industrial da vizinha cidade de Resende, e de outros núcleos vizinhos como Porto Real, associado ao forte incremento do espaço de fluxos, converte Penedo em área de entretenimento para um amplo mercado regional carente de serviços dessa natureza. Aliás, na opinião de muitos dos nossos entrevistados, Penedo funciona praticamente como um

bairro de Resende, dada a proximidade e fácil acesso (dez minutos de automóvel, 30 minutos de ônibus urbano): basta observar a quantidade de veículos com placa deste município para aferir o efetivo grau de ligação. Esta característica de Penedo ilustra, aliás, uma das principais tendências contemporâneas das práticas turísticas: a redução da jornada, associada à multiplicação de destinos turísticos e à combinação com a oferta local de atividades recreativas de forma que, nas palavras de Knafo (1997, p. 195), é cada vez mais difícil discernir entre turismo e lazer.

Surgiu na década de 1970 um processo migratório em direção a Penedo movido por oportunidades de negócios e pela oferta de empregos (inclusive em construção civil). Nesta década de 1980, com o crescimento local, se concretiza a transição do rural (Penedo foi um fazenda de café no século XIX) para o urbano. Neste sentido, junto ao núcleo central formou-se um bairro para camadas menos favorecidas (trabalhadores do terciário pouco qualificado), cuja denominação — “Formigueiro” — reflete o adensamento populacional associado ao intenso parcelamento de terrenos nesta área antes ocupada por famílias finlandesas, em contraste com o *habitat* disperso, relacionado ao superdimensionado tamanho médio dos lotes em Penedo. Esta forma de ocupação urbana na área central não obedeceu a um plano de ordenamento, verificando portanto ruas estreitas, terrenos reduzidos e edificações bem junto à margem dos rios (ITATIAIA, 1998, p. 11).

A chegada da década de 1990, movida pelo ambiente de otimismo propiciado pela emancipação de Itatiaia como município (em 1989), assistiu à continuação do rápido crescimento de Penedo como lugar turístico, praticamente verificando-se uma duplicação da rede hoteleira local (em meados de 2003, nosso trabalho de campo constatou a existência de pelo menos 80 unidades de hospedagem). Duplicação que, devemos registrar, não dimensiona a formidável expansão da capacidade hoteleira local, pois entrevistas que realizamos *in loco* revelam que muitos estabelecimentos passaram por reformas que resultaram em ampliação física e sensível aumento do número de leitos, como

por exemplo o City Park, maior hotel de Penedo, então com mais de 80 quartos, e que seguia planejando expansão.

Ainda na década de noventa acentua-se a utilização da identidade finlandesa como recurso turístico. Na Aula 14, apresentamos o processo da colonização finlandesa em Penedo. Além da criação do Museu da Dona Eva, inaugura-se o misto de *shopping* e parque temático Pequena Finlândia (“a casa de Papai Noel no Brasil”) incorporando assim um novo perfil de visitantes: famílias com crianças. Paralelamente, diversifica-se a oferta gastronômica, com a implantação da Vila da Gula, anexa ao referido parque temático, de forma que Penedo atinge, no final desta década, o total de 36 restaurantes e bares, além de 48 lojas comerciais, outra atividade que duplicou sua expressão em dez anos. Mais recentemente, novos investimentos apostam na constante renovação do produto local, com destaque para o novo *shopping* Vale dos Duendes (sugestiva denominação de apelo esotérico), com 54 lojas, inaugurado em 2005. Localizado quase em frente ao parque Pequena Finlândia, o investimento se aproveita e ratifica este ponto como o de maior centralidade na organização interna do espaço urbano em Penedo.

Até o início da década de 1970, as poucas unidades hoteleiras em Penedo encontravam-se dispersas. Trata-se de um arranjo espacial destinado a atender à demanda turística por espaços verdes, vida campestre e tranquilidade. Com a explosão do turismo da década de 1980, e a conversão do lugar em distrito de amenidades no contexto regional, o velho caminho (agora asfaltado) entre a Fazenda Penedo e a via Dutra, particularmente no trecho denominado “Avenida das Mangueiras”, vai se tornar uma importante via urbanizada. Concentrando não apenas hotéis, mas sobretudo restaurantes, bares, lojas e, mais recentemente, a Pequena Finlândia (e em breve o *shopping* Vale dos Duendes), esta via apresenta uma arquitetura temática peculiar, utilizando madeira e jardinagem, toda uma fisionomia que pretende produzir uma atmosfera de consumo, fachadas alegres, por vezes de apelo “infantilizante”, que convida o visitante a “saborear” o lugar.

Na tentativa de sintetizar os usos desta via principal de Penedo, podemos afirmar que:

1. Verifica-se amplo predomínio de uso recreativo/consumo “de amenidades”: Casa do Chocolate, bares, oferta variada de restaurantes (incluindo gastronomia internacional), hospedagem em diversos níveis de qualidade, artesanato etc. Há também agências de imóveis, que funcionam mais propriamente como locadoras de curtas temporadas. O primeiro aspecto a chamar a atenção em Penedo é o amplo predomínio de atividades e estabelecimentos destinados ao consumo recreativo, tal qual realçamos anteriormente como atributo principal da urbanização turística. Se comparado com qualquer outro aglomerado de semelhante porte demográfico, encontraremos em Penedo uma situação radicalmente distinta, no tocante às funções urbanas ali exercidas. A via principal, ao longo de seu curso, recebe diferentes denominações: Avenida Casa das Pedras (no início, em alusão a esta famosa edificação finlandesa), e Avenida Finlândia (trecho a montante do Centro, à altura da Praça Finlândia e Museu).
2. Nota-se a existência de apenas duas farmácias e uma padaria (vale destacar que majoritariamente o pão se destina às pousadas e serviço de café para turistas). Em síntese, os serviços essenciais de uma cidade “real” não precisam comparecer no sonhado reduto do prazer.
3. Existem apenas duas pequenas bancas de jornais, mas que em geral funcionam somente nos fins de semana, refletindo a temporalidade peculiar da vida urbana local.

Dispondo destas funções elitizadas, é interessante registrar o quanto a via principal de Penedo se esvazia completamente durante os dias úteis. Para a população nativa, aquela enorme oferta de serviços ocupando tão nobre espaço não possui qualquer serventia. Ao estudioso, vale transitar por esta via durante a semana, para “estranhar” o deserto reinante, tão diferente dos animados fins de semana, e constatar que se trata realmente de uma cidade

diferente. No máximo, se ouve o incômodo ruído de martelos e serras, de trabalhadores humildes consertando e arranjando cuidadosamente a paisagem que será consumida na sexta feira.

No que se refere aos novos “usos sujos”, Penedo também elege os seus, localizados sobretudo na avenida Brasil, paralela à via principal, no já citado bairro Formigueiro, isto é, junto, porém fora, do eixo turístico. Vide por exemplo a “rodoviária” (ponto de venda de passagens e chegada/saída de ônibus interurbanos), que funciona no “Penepão”, grande mercearia voltada para o consumidor nativo. Ali também encontramos as lojas de material de construção, produtos agropecuários, serviços religiosos, um modesto cabeleireiro, posto de atendimento policial, carpintaria, serviço odontológico, placas de venda de “sacolés” e “aulas de reforço” no portão das casas etc. Também os serviços de lazer para a comunidade se concentram aqui: os tradicionais “bote-cos” e uma danceteria bastante popular, a Medieval. Toda esta zona, que pertence também ao “centro comercial” de Penedo, apresenta fisionomia e arquitetura rudimentares, característica aliás da paisagem de nossas periferias metropolitanas.

O único posto de combustível, outro “uso sujo”, situa-se fora do eixo turístico, junto à estrada para Visconde de Mauá, num dos dois acessos a Penedo a partir da via Dutra. Embora seja o primeiro a despontar aos olhos do turista, não é o acesso principal, pois requer adentrar pelas ruas de baixa velocidade do bairro Jardim Martinelli. Trata-se de uma zona residencial de alto padrão, cuja evolução está ligada à expansão de empresas multinacionais na região de Resende e adjacências. Os lotes urbanos aqui são muito extensos, com severas normas de construção para manter a qualidade ambiental e paisagística. Destina-se pois quase exclusivamente ao uso residencial (as únicas quatro ou cinco pousadas ali existentes foram construídas no período anterior a 1998, quando se proibiu tal uso do solo). A recente expansão industrial, sobretudo no eixo Porto Real—Resende, impulsionada por uma agressiva política de incentivos fiscais, contribuiu para a consolidação do bairro e seu caráter exclusivo, apropriado aos

executivos de grandes empresas como Michelin, Peugeot-Citroën, Xerox do Brasil, Volkswagen etc. Trata-se, aliás, de clientela garantida para os mais nobres restaurantes de Penedo.

Em suma, a organização do espaço urbano em Penedo configura a existência de dois circuitos da economia local (rever Aula 18), cada um com sua espacialidade própria, claramente demarcada, isto é, um setor destinado a turistas e indivíduos de médio/alto poder aquisitivo residentes nas proximidades (bairro Martinelli, Resende etc.), composto por bens e serviços mais sofisticados, destinados sobretudo ao prazer, e com preços praticamente inacessíveis aos segmentos populares da região. Um outro circuito, destinado aos pobres do lugar, caracteriza-se por baixos preços, organização informal ou rudimentar, abrangendo amiúde serviços de primeira necessidade. O primeiro circuito, sendo para clientes motorizados, se estende espaçosamente pela via principal até as zonas de baixa densidade populacional da Fazendinha e Alto Penedo, espaço alvo de intensa especulação imobiliária. O segundo se concentra no relativamente desvalorizado bairro Formigueiro.

A urbanização turística em Penedo também vem comprometendo, sem dúvida, o meio ambiente. No que diz respeito à qualidade do produto turístico, é a poluição de seus poucos cursos d'água (particularmente os rios Palmital e das Pedras), reflexo da ocupação ilegal de suas margens e da forma de disposição/destino dos resíduos domésticos, o principal problema identificado pelas autoridades locais. Nos últimos anos, o advento do lazer a cavalo também vem comprometendo a qualidade ambiental da bacia do rio das Pedras, contaminando-o com fezes dos animais. A proibição da balneabilidade em determinados trechos (encachoeirados), associada à contaminação da água, afeta profundamente a ideia de lazer com qualidade ambiental almejada pelo turista, segundo o Plano Diretor de Itatiaia. Outros problemas ambientais são a má qualidade do ar (decorrente da proximidade com a via Dutra e seu intenso tráfego) e a ocorrência de queimadas e desmatamentos. Estudos

recentes apontam para a retração do “turismo qualitativo” em Penedo, em decorrência destes problemas (Prefeitura de Itatiaia, 1998b, p. 19).

Vimos que o bairro Martinelli reúne executivos, empresários locais e proprietários nobres de segunda residência. E onde residem os pedreiros, lixeiros, jardineiros, as faxineiras, camareiras e cozinheiras de Penedo? Como se aloja esta gente que sustenta, com trabalho pesado e baixa remuneração, aquele paraíso de consumo e amenidades? Um segmento menos desqualificado profissionalmente, formado por atendentes de hotelaria, garçons, comerciários de lojas mais sofisticadas etc., de um modo geral reside no Formigueiro, bairro simples, porém dotado de infraestrutura urbana básica, e acessível por caminhada em relação à maioria das fontes de emprego em Penedo. Alguns, é claro, moram em bairros modestos de Itatiaia ou Resende, dispondo de transporte coletivo barato e rápido.

Trabalhadores no ramo pesado, muitas vezes “biscateiros” (prestadores de serviços temporários), tais como pedreiros, jardineiros, pintores, bombeiros ou mesmo balconistas não especializados, cozinheiras, camareiras e lavadeiras, sobretudo os que chegaram a Penedo nos últimos dez ou quinze anos, trazidos pelo surto de crescimento turístico, tiveram quase sempre de recorrer à invasão de terrenos e ao clássico expediente da autoconstrução. Neste breve período, a população local se duplicou em tamanho e o preço da terra urbana evidentemente se multiplicou, propiciando a expansão de áreas de habitação irregular e precária, tais como África I, África II, Vale do Ermitão e Jambeiro.

Interessante registrar que das quatro aglomerações supracitadas, a primeira preexiste a este período recente de explosivo crescimento local. Segundo depoimentos de moradores antigos, “sempre” existiu a pequena e segregada aglomeração de casas humildes, ocupadas por população negra, por isso vulgarmente chamada “África”. Supostamente, são descendentes de escravos que trabalharam na produção agrícola e que, refugiados ou abandonados (por velhice), ali permaneceram após

o fim do ciclo do café na região. Trata-se de uma face oculta da história social de Penedo, comum aliás a tantas outras localidades no Brasil.

O fluxo migratório em direção a Penedo originou novas ocupações precárias, geralmente em áreas de encosta. Uma delas recebeu a denominação de África II, sugerindo certa continuidade em relação à antiga aglomeração de negros e pobres, supracitada. São também posseiros os migrantes que formaram Jambeiro e Vale do Ermitão, áreas de similar feição. O mais interessante é a localização destes espaços. Todos encontram-se muito próximos ao eixo turístico de Penedo, mas a topografia permite que mantenham-se “escondidos”, preservando assim a paisagem romantizada, da alegria, do consumo, da atmosfera finlandesa. Trata-se de um arranjo altamente segregacionista, que exclui o pobre até mesmo da paisagem, tornando-o adequadamente invisível aos olhos daqueles que querem se sentir em um paraíso terrestre, paraíso que continua sendo divulgado na propaganda destas cidades. Mas se olharmos com mais atenção, veremos o alto grau de pobreza e desigualdades nestes lugares. Afinal, os serviços turísticos envolvem pessoas (a atividade é altamente empregadora) que, com baixa remuneração, enfrentam a carestia peculiar da urbanização turística.

Importante frisar que citamos Penedo, mas poderíamos estar falando de qualquer outra cidade turística brasileira, pois de um modo geral os problemas e os formatos tendem a se repetir. Em Barra Grande (BA), onde estive quando concluía esta aula, no feriado da Páscoa, descobri por conta própria a invasão denominada Mangue Verde, lugar fétido e miserável, sem água encanada, onde se aglomeram os próprios nativos (diferente da situação de Porto Seguro, quando falamos de migrantes provenientes do êxodo rural), incapacitados de permanecer na área urbana, posto que o custo da terra, em questão de cinco anos, se multiplicou inúmeras vezes. Tiveram que se deslocar para fora do vilarejo, que não mais comporta gente simples. A formação de um paraíso turístico tem sua outra face.

Conclusão

A urbanização movida pelo turismo promove situações e processos novos, cabendo ser melhor estudada. Procuramos aqui salientar o aspecto social, da acentuação das desigualdades socioespaciais. Você viu que a urbanização turística gera segregação no espaço, pois o novo consumidor que entra em cena é exigente em termos de uma ambiência agradável, e na paisagem que ele quer usufruir o pobre é o elemento indesejável. Ao mesmo tempo, a numerosa massa de trabalhadores desqualificados é mal remunerada e não encontra outra saída para a questão habitacional senão gerar favelas e invasões, distantes e escondidas da zona turística.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Quando observamos a propaganda das cidades turísticas, notamos o quanto elas omitem, obviamente, todo o conjunto de problemas que apresentamos nesta aula. Aproveitando o fato de o distrito de Penedo ter se destacado como exemplo utilizado na aula, recorreremos ao *site* www.visitepenedo.com para recolher o seguinte informativo:

O distrito de Penedo está localizado na cidade de Itatiaia, no sul do estado do Rio de Janeiro. É a principal colônia finlandesa, se não a única, do Brasil, o que ainda se mostra marcante na *arquitetura de residências* e edifícios comerciais, bem como na *cultura local*. Suas tranquilas pousadas, seu clima ainda ameno, sua generosa fauna e topografia fazem de Penedo um *oásis em meio ao crescimento desordenado e ocupação predatória da região*.

Analisando o texto e confrontando suas informações com o quadro oferecido nesta aula, comente os aspectos que foram propositalmente omitidos. Observe os trechos que grifamos, você pode concentrar em um deles sua resposta.

Comentário

O aluno basicamente apontará que, em cada um dos aspectos grifados, está se omitindo o lado pobre do local. Quando se fala em arquitetura ou em cultura local com base finlandesa, está claramente sendo omitido o fato de numerosas residências serem precárias, bem como a cultura desses moradores nada ter a ver com legado finlandês. E a própria noção de oásis em meio ao crescimento desordenado subentende que existe sim um caos, mas exterior ao processo de urbanização turística, e não como integrante dele.

Resumo

Em todo o mundo identifica-se nos dias de hoje um tipo peculiar de urbanização movido pela força da atividade turística, levando à construção de um novo conceito para dar conta desta forma específica de produção do espaço urbano: a urbanização turística. Tal forma de urbanização, segundo Patrick Mullins, consiste, em suma, numa modalidade peculiar de produzir e estruturar o espaço urbano e de viver a cidade. Em outras palavras, as cidades turísticas “representam uma nova e extraordinária forma de urbanização” (1991, p. 326).

A cidade turística dispõe de um mercado consumidor muito grande, pois este abrange seus moradores e também os visitantes. Uma cidade turística de apenas 20 mil habitantes oferece serviços (sobretudo no setor de comércio, restaurantes, lazer etc.) em quantidade e qualidade muito superiores às demais cidades de seu porte demográfico que não possuam a condição turística. Isso corresponde a uma vantagem para seus moradores, desde, é claro, que tenham recursos materiais para consumir tais serviços,

o que infelizmente não ocorre com a maioria dos trabalhadores, excluídos deste paraíso de consumo e de amenidades.

Num quadro sintético, definimos as quatro características fundamentais da urbanização turística:

1. Na economia urbana, o consumo prevalece sobre as atividades produtivas.
2. O crescimento demográfico e econômico das cidades turísticas tende a ultrapassar as taxas médias regional e nacional, como reflexo da expansão recente das práticas turísticas. Ao redor da metrópole carioca nota-se um alinhamento de municípios costeiros com taxas de crescimento bem acima da média geral fluminense, todos com forte uso turístico ou de segunda residência.
3. Embora estas cidades tendam a apresentar maior dinamismo econômico que a média, e por conseguinte exerçam atração de fluxos migratórios em busca de oportunidades de renda e trabalho, o subemprego, a precarização dos contratos, o baixo índice de sindicalização e a baixa remuneração consistem na tônica dominante das cidades turísticas.
4. No tocante à composição e dinâmica do tecido social, as camadas médias (artesãos, donos de pousadas, restaurantes, lojas e bares) se apresentam como numericamente expressivas e atuantes. Tal segmento lidera o debate político local e exerce pressão no sentido da dotação de serviços públicos e preservação ambiental. Lamentavelmente, tal preocupação se restringe à zona turística, gerando imenso contraste de qualidade ambiental em relação às áreas habitadas pela população local trabalhadora.

Informação sobre a próxima aula

Agentes produtores do espaço turístico são o tema da próxima aula.

21

Agentes produtores do espaço turístico

Daniella Pereira de Souza Silva

Meta da aula

Apresentar os agentes produtores do espaço turístico, com destaque para as transformações e o comportamento do município como ente federativo no processo de produção do espaço na atualidade.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** reconhecer a importância do turismo no (re)ordenamento dos territórios por meio das práticas espaciais;
- 2** identificar os agentes produtores do espaço turístico;
- 3** reconhecer o papel atual da esfera municipal na produção do espaço turístico.

Introdução

Você certamente já notou como o turismo vem crescendo rapidamente no Brasil nos últimos anos. A quantidade de meios de hospedagem vem acompanhando esta tendência e se diversificando em termos de categorias; os bares e restaurantes têm seguido este mesmo ritmo, e todo o aparato de entretenimento direta ou indiretamente ligado ao turismo, também.

Tudo isto é reflexo de um processo crescente de produção do espaço para o turismo, por meio da elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o setor, que têm resultado no (re)ordenamento de territórios em todo o mundo. Os municípios, cada vez mais cobrados em seu desempenho, vêm adotando posturas para se tornarem aos poucos mais competitivos, sobretudo aqueles que apresentam alguma “vocação” para o turismo.

Na aula de hoje, você terá a oportunidade de mergulhar em um assunto bastante interessante que faz com que a Geografia e o turismo consigam firmar uma parceria muito bem-sucedida na compreensão das transformações que incidem sobre o espaço, que passa a ser simultaneamente de trabalho e de vida para uns e de visita para outros.

O turismo no processo de transformação dos territórios

O rápido crescimento do turismo no Brasil tem provocado grandes transformações por atribuir novas formas e funções a espaços, sejam eles muito, pouco ou nada familiarizados com esta atividade. É comum entre os estudiosos do planejamento turístico a atitude de defender, no ato da produção do espaço turístico, que este seja primeiramente benéfico para os seus residentes e depois para os visitantes. Entretanto, nem sempre é assim que funciona na prática, e grande parte da responsabilidade por esta inversão na priorização do público-alvo se deve ao desconhecimento ou desinteresse da gestão pública pelo planejamento turístico.

As mudanças na atividade turística puderam ser mais bem percebidas e analisadas a partir da década de 1990. São muitas as metas, as diretrizes e os projetos que vêm sendo definidos e implementados nas três esferas do poder: federal, estadual e municipal. Se olharmos para um futuro não muito distante, poderemos imaginar a atuação efetiva das políticas públicas em algumas capitais do Brasil que se transformarão em um grande canteiro de obras para atender às necessidades da Copa do Mundo de 2014!

As determinações da política pública de turismo, que normalmente vêm associadas às políticas setoriais, acabam por prever a transformação de lugares comuns em lugares turísticos, tornando-os mais adequados e aconchegantes para os turistas, mais lucrativos para os empresários, mas nem sempre mais benéficos para quem neles vive e trabalha.

O turismo é uma atividade complexa. Cruz (2002, p. 8) afirma que, mais do que as estatísticas, o turismo tem “incontestável capacidade de organizar sociedades inteiras e de condicionar o (re)ordenamento de territórios para a sua realização”.

De fato, você pode conhecer lugares que hoje são frequentados por turistas mas que, se tiver a curiosidade de perguntar aos seus pais ou avós, certamente eles dirão que antigamente quem frequentava esses lugares eram basicamente eles, os moradores, e que, atualmente, esses lugares estão pouco ou muito diferentes do que eram. É possível até que alguns deles façam este comentário com um pouco de nostalgia ou até tristeza. Tudo depende do que eles consideram como transformação para melhor ou para pior.

A reorganização do espaço para o turismo acaba por assumir um caráter de novidade, especialmente ao se considerar as mudanças que ocorrerão na vida dos seus habitantes, pois estes lugares terão um novo significado para eles graças às novas relações que com eles serão estabelecidas.

Seguindo esse raciocínio, é possível identificarmos nesta atividade a sua fixidez, em se tratando dos atrativos turísticos e dos centros emissores de turistas; e também os seus fluxos, no momento em que há o deslocamento do turista para o produto

a ser consumido. Este “consumo do território” pelo turismo está associado a uma série de bens e serviços produzidos para favorecer a prática do turismo. Ainda assim, é preciso compreender que país, estado ou cidade nenhuma tem todo o seu território considerado de interesse turístico, mas porções dele.

Corrêa (2005) nos mostra que a palavra espaço tem sido associada a distintas escalas, que vão do cômodo de uma casa ao global. Mostra que muitos são os significados que este termo assume segundo as distintas correntes da Geografia (conforme discutimos na Aula 18 e em outros momentos do curso), mas, para além desta discussão, ele nos presenteia com algumas reflexões sobre como a modernização capitalista em curso tem sido capaz de fomentar novas práticas sociais e estas, por sua vez, novos espaços vividos, ou seja, a continuidade das **práticas espaciais**.

■ **Práticas espaciais**

Conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou mesmo preservando-o em suas formas e interações espaciais.

Para a melhor compreensão destas práticas espaciais no (re)ordenamento do território para o turismo, iremos nos apoiar nas palavras de Corrêa (2005) e destacaremos quatro modalidades que nos parecem mais próximas à nossa realidade no presente momento.

A primeira delas é a *seletividade espacial*, caracterizada pela ação seletiva do homem sobre o espaço, em que a opção por um lugar e não pelo outro se deve aos atributos considerados de interesse para quem deseja, no caso do turismo, visitar ou investir, conforme mostram as **Figuras 21.1 e 21.2**. Alguns exemplos de atributos importantes para o turismo seriam a proximidade com o público-alvo com o qual se deseja trabalhar, a existência de terminais de embarque e desembarque satisfatórios, de políticas públicas setoriais voltadas para o turismo, de infraestrutura básica, de regras claras para investidores, de equipamentos de lazer e de entretenimento, de atrativos importantes e bem planejados, de hospitalidade da população, etc.



Figura 21.1: Vista panorâmica da baía de Guanabara (RJ).

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/788186>



Figura 21.2: Trilha em floresta.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/918861>



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1159639>

A segunda prática seria a *fragmentação-rememoração* espacial, caracterizada por estabelecer diferentes formas de controle sobre o espaço. No caso do turismo, podemos perceber esta forma de atuação quando visualizamos o jogo de forças e a permanente necessidade de negociação entre a gestão pública, a iniciativa privada e os residentes.

As grandes multinacionais do setor de hotelaria como a Accor, o Méridien e o Pestana, entre outros, se instalaram especialmente no nordeste do Brasil a partir da década de 1990, momento em que a política de planejamento turístico foi definida em função da estruturação de polos turísticos baseada nos

megaempreendimentos financiados por instituições do capital global como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Este fato, até o presente momento, tem fomentado algumas manifestações contrárias, sobretudo por parte dos residentes, a esta forma de apropriação do espaço. Em geral, eles têm sido penalizados pela alta dos preços, especulação imobiliária, privatização de trechos das praias etc.

Podemos melhor compreender a dimensão desta estratégia de ocupação do espaço a partir de alguns projetos que priorizaram a atração dos megaempreendimentos hoteleiros: no Rio Grande do Norte, o Costa das Dunas; na Paraíba, o Polo Turístico Cabo Branco; em Pernambuco, o Projeto Costa Dourada; na Bahia, o Costa do Sauípe.

A terceira prática espacial seria a *antecipação espacial*, que implica a localização de determinada atividade em um dado local antes que as condições favoráveis tenham sido satisfeitas. O autor afirma que esta prática implica uma espécie de reserva de território, o que significa se antecipar ao surgimento de uma oferta significativa de matérias-primas e também de um mercado consumidor expressivo. Ao trazermos esta compreensão para a realidade do turismo, podemos imaginar uma cidade que decide desenvolver a atividade e, então, enquadrá-la segundo o Ciclo de Vida das Destinações Turísticas desenvolvido por Butler (1980), conforme mostra a **Figura 21.3**, e enquadrar o seu estágio de desenvolvimento na fase de exploração, que é uma etapa na qual o fluxo turístico é muito incipiente e assume caráter de novidade tanto para quem visita quanto para quem é visitado. A população acaba criando algumas facilidades para estes visitantes, tendo um forte engajamento do residente em uma atividade que, em muitos casos, não é típica daquele lugar e que também não faz parte das suas atribuições originais, mas que se integrou a elas por uma questão de oportunidade.

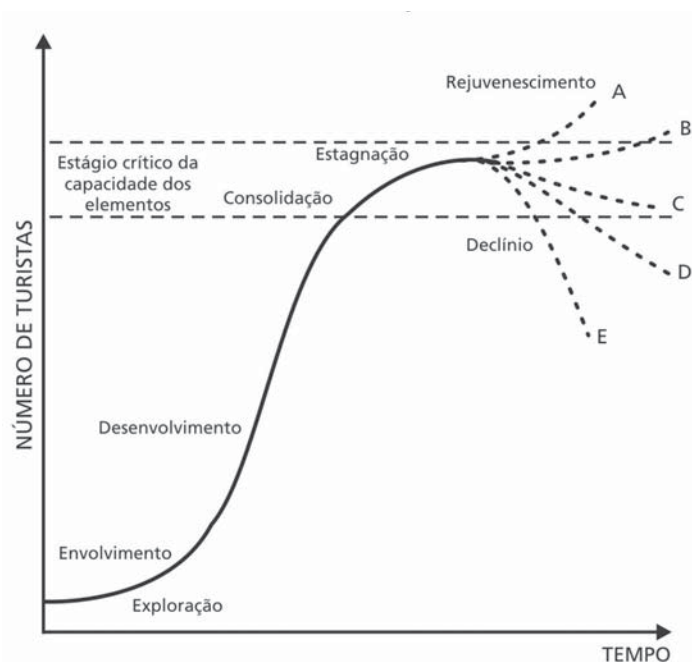


Figura 21.3: Ciclo de Vida das Destinações Turísticas.
Fonte: Butler (1980).

A última prática que abordaremos é conhecida como *marginalização espacial* e acaba sendo uma das mais perversas para alguns lugares que não oferecem melhores condições de exploração racional da atividade, sobretudo em tempos de **protagonismo local**, que requer dos locais a adoção de uma postura cada vez mais competitiva. Esta marginalização se dá, dentre outros fatores, pela desvantagem locacional de alguns lugares, pelo abandono de uma atividade para investir em outro setor, pelo baixo índice de inovação dos lugares que acaba resultando na sua baixa competitividade.

A marginalização espacial está associada ao valor atribuído a um determinado lugar, sendo que a percepção deste valor, sobretudo para os empresários, quando passa a diminuir por razões econômicas, culturais ou políticas, faz com que o lugar se isole cada vez mais da rede à qual estava interligado. Você certamente já leu, visitou ou ouviu algum comentário sobre lugares que já tiveram o seu momento áureo e agora estão em decadência, tendo que se reinventar.

Protagonismo local

Fenômeno pelo qual os agentes locais se reconhecem como sujeitos do próprio destino. Trata-se de um processo de "empoderamento", de ampliação da esfera pública, de transformação nas relações entre a sociedade, o mercado e o Estado.

Assim, como foi possível observar, as práticas espaciais têm ditado formas de se reordenar o território com base em concepções diferentes de seleção, apropriação e controle dos espaços pelos seus agentes produtores, tendo sempre como pressuposto os interesses daqueles que delas participam.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Leia o texto a seguir e aponte qual das práticas espaciais discutidas nesta aula encontra-se presente. Justifique a sua resposta.

(...) Nesta transformação a cidade e seus espaços são formatados visando a uma certa imagem do local, e tudo o que não se “encaixa” nesta imagem sofre um processo de marginalização, quando não de varredura, expropriação e segregação. Pode-se afirmar que, assim como seguem princípios de higienização, as reformas urbanas com o objetivo de espetacularização da cidade envolvem também processos de *gentrification*. O termo designa um “enobrecimento” com o intuito de reanimar os espaços públicos urbanos (...). Nos EUA, no processo de *gentrification* houve o deslocamento da população negra e operária dos seus bairros de origem em Georgetown e Washington (LEME, 2009, p. 72-73).

Comentário

A prática que se encontra presente neste texto é a da marginalização espacial, na qual é possível notar a necessidade de tornar as cidades mencionadas competitivas, por meio da valorização dos lugares considerando-se a sua ressignificação, seja pela estética, pelo histórico, pela afetividade ou por outra razão qualquer.

Os agentes produtores do espaço turístico

Para se compreender melhor o fenômeno do turismo, é fundamental que consigamos nos familiarizar com a proposição de Santos (vide Aula 18), que é a de “compreender o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, pois ambos não têm vida própria se analisados isoladamente.

Compreender o espaço desta maneira significa entendê-lo como sendo essencialmente dinâmico, formado por uma rede vertical e horizontal de fixos e fluxos. Como dito anteriormente, os *fixos*, embora não necessariamente estáticos, seriam os centros emissores de turistas, de onde partem os *fluxos* para os centros receptores.

Atualmente, reduzida é a quantidade de pessoas que se deslocam para um lugar onde não exista uma infraestrutura, por mínima que seja, para recebê-las. Os equipamentos dessa infraestrutura, na linguagem da Geografia, podem ser chamados formas. Elas se materializam, por exemplo, nos terminais de transportes construídos para darem suporte ao deslocamento dos visitantes, como as ferrovias, rodovias, terminais rodoviários, aeroportos etc., constituindo-se no sistema de objetos mencionado pelo autor. E é nos destinos turísticos que conseguimos perceber em sua totalidade tanto a produção quanto o consumo dos espaços turísticos.

Em se tratando da produção do espaço turístico, Santos (1988) destaca os elementos que o configuram: homens, firmas, instituições, infraestruturas e meio ecológico. Iremos nos deter em cada um deles agora.

O autor menciona homens e mulheres como seres sociais e que correspondem, no turismo, à demanda turística, aos moradores do lugar visitado e a todas as pessoas responsáveis pelo funcionamento dos equipamentos e serviços turísticos ou vinculados ao turismo.

A demanda é essencialmente urbana e localizada em especial nas metrópoles. Ela se desloca em fluxos por todo o planeta, do seu local de residência para os núcleos receptores, onde certamente irá interagir com a população residente, desfrutando dos atrativos e serviços/equipamentos turísticos do lugar, conforme mostram as Figuras 21.4, 21.5, 21.6 e 21.7.



Figura 21.4: Passageiros no processo de embarque no aeroporto.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/802199>



Figura 21.5: Turistas e moradores na praia.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/841609>



Figura 21.6: Vendedor de artesanato na praia.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/805882>



Figura 21.7: Manuseio de mapa turístico.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/905741>

Seguindo o raciocínio de Santos (1988), as firmas teriam “como função essencial a produção de bens, serviços e ideias”. Como você pode imaginar, estamos falando dos serviços de hospedagem, de alimentação, de agenciamento, de empresas de transporte e traslado, de empresas de promoção e *marketing*, entre outros, conforme mostram as **Figuras 21.8, 21.9 e 21.10**:



Figura 21.8: Transporte rodoviário.
Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1149989>



Figura 21.9: Restaurante.
Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1165924>



Figura 21.10: Meio de hospedagem.
Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/871593>

O próximo agente produtor que iremos destacar são as instituições. Em sua essência, elas correspondem à supraestrutura, de acordo com Santos (1988), ou à superestrutura, como prefere chamar Beni (2001). É de sua responsabilidade a produção de normas, de ordens, de regulamentações normalmente ditadas ou cobradas pelas forças da economia hegemônica e a serviço do Estado.

Em se tratando do Estado, mais especificamente, devemos reconhecer que dele dependem as ações que irão traçar a maneira como o espaço será produzido. Mas como você pode imaginar, este é um papel difícil de exercer pois, de um lado, ele se torna uma espécie de promotor imobiliário e gestor de infraestrutura, e de outro, é mediador dos conflitos entre os diversos agentes (FONSECA; COSTA, 2004).

Estes agentes, em sua maioria, apresentam interesses distintos, não raro divergentes. Se por um lado a gestão pública estimula a atração de investidores, assumindo o seu papel de indutor do desenvolvimento econômico no local, por outro, estes investidores selecionam os espaços considerados privilegiados a partir de alguns indicadores como a facilidade de acesso, a existência de infraestrutura, a proximidade com os principais centros formadores de mão de obra especializada etc. Não menos interessados nas transformações que a cidade irá sofrer estão os seus moradores, pouco ouvidos em suas reivindicações, sugestões e queixas. Estão atentos ao processo de valorização ou marginalização do seu local de moradia, como também às perdas de algumas referências importantes na preservação do sentimento de pertencimento ao lugar de residência. A criação de novos ícones servirá não apenas para que com eles os residentes supostamente se integrem ou interajam neste processo de ressignificação espacial, como também tem como propósito atingir os visitantes, que passarão a (re)conhecer este lugar a partir das referências que as agências de marketing selecionarem norteadas pela capacidade de gerarem maior fluxo turístico e, por consequência, maior rentabilidade.

Em alguns casos, as instituições confundem-se com as firmas, a depender da postura adotada pelo Estado. Esta é uma estratégia para diminuir os seus custos no provimento da infraestrutura necessária para viabilizar, neste caso, o turismo. Sobre este assunto, você já deve ter ouvido falar das PPPs (Parceiras Público-Privadas). Estas parcerias podem ser bem aproveitadas na produção de bens e serviços como centros de

convenções, terminais turísticos, incentivo à pesquisa por meio da produção de conhecimento junto às universidades públicas, dentre outras possibilidades.

Em termos de regulação global da atividade turística, a instituição responsável é a Organização Mundial do Turismo – OMT –, situada em Madri, na Espanha, conforme mostra a **Figura 21.11**. No Brasil, temos várias instituições que contribuem com a normatização do turismo, como o Ministério do Turismo (MTur), o Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), entre outros.



Figura 21.11: Edifício sede da OMT.

Fonte: Daniella Pereira, 2008 – arquivo pessoal.

As infraestruturas são o próximo agente produtor do espaço do turismo e são muito importantes, pois elas dotam o destino da infraestrutura de acesso tanto em termos de transportes quanto de comunicações, conectando polos emissores e receptores.

O planejamento turístico, em sua primeira etapa, requer a realização do inventário da oferta turística, e nela devem constar informações relativas à infraestrutura básica como saneamento

básico, rede de água, de energia, de abastecimento, de coleta de lixo, além de outros serviços que dão suporte ao turismo como segurança e saúde.

Entretanto, este é um sistema complexo, pois precisa ser dimensionado para atender tanto os moradores quanto os turistas em determinado momento. Mas, quando as campanhas promocionais atuam em determinado lugar, a demanda por essa infraestrutura cresce e provoca o desequilíbrio entre a oferta e a demanda.



Figura 21.12: Produção de energia e vias de acesso.
Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1193430>



Figura 21.13: Coleta seletiva de lixo.
Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/379024>



Figura 21.14: Telecomunicações.
Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/998752>



Figura 21.15: Segurança pública.
Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/937152>

Outro agente importante na produção do espaço turístico é o que Santos (1988) chama *meio ecológico*, que ultrapassa os elementos naturais e inclui o ambiente como um todo. Nele, além do ambiente natural, encontram-se o ambiente construído e o ocupado.

Ao trazermos esta realidade para o turismo, entendemos o meio ecológico como aquele no qual os ecossistemas passam a integrar a oferta turística enquanto atrativos naturais, especialmente aqueles que pouco sofreram as intervenções humanas. Neste momento, o Brasil vem ganhando projeção internacional por reunir diversos ecossistemas em seu território, que vêm sendo explorados pela prática do ecoturismo e do turismo de aventura, além da contemplação das belas paisagens, sobretudo no Norte e no Centro-Oeste, como mostram as **Figuras 21.16, 21.17 e 21.18**.

Projetos de turismo com enfoque na sustentabilidade têm sido cada vez mais estimulados e, segundo Rodrigues (2003), têm por objetivo atenuar os desequilíbrios regionais, assegurar a distribuição de renda e melhor qualidade de vida das populações envolvidas, bem como o despertar das consciências para a conservação da biodiversidade.

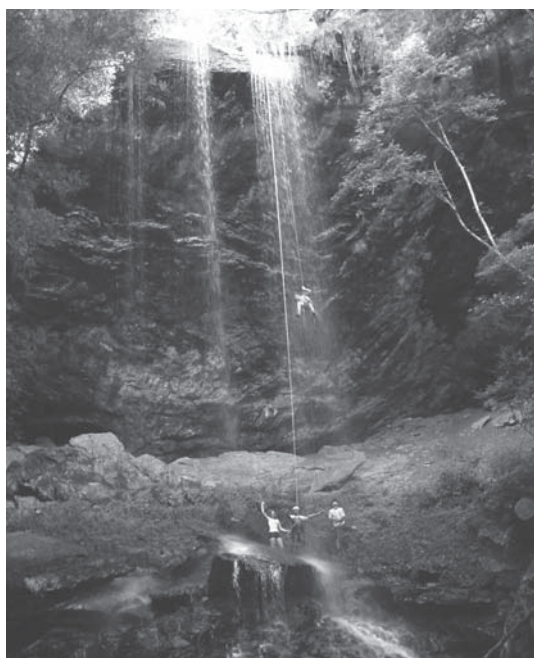


Figura 21.16: Prática de rapel.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/420891>



Figura 21.17: Tucano, pássaro típico da fauna amazônica.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/779350>



Figura 21.18: Paisagem do Pantanal.
Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/643144>



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Leia o texto a seguir e destaque alguns dos agentes produtores do espaço, segundo a classificação estruturada por Santos (1988):

O tempo e as paisagens – categorias fundamentais para o turismo – são transformados em bens de consumo e produto turístico. A atratividade dos lugares (paisagens naturais ou construídas) precisa ser constantemente vendida, então, ela é constantemente recriada, ou melhor, padronizada em estilo, estética e atendimento. Os próprios serviços relacionados ao turismo produzem um novo fluxo de relações entre os sujeitos envolvidos (turistas, profissionais do setor terciário, administradores) na materialidade oferecida pelo setor (rede de hotéis, restaurantes, redes de *fast-food*, boutiques, parques, museus etc.). Em muitos casos, principalmente em relação ao turismo internacional, os atrativos turísticos originais da região são suplantados pela própria estrutura oferecida pelo setor (LUCCHIARI, 2004, p. 9).

Comentário

De acordo com o texto, é possível destacar a classificação homens, que seriam os turistas, administradores e profissionais do Terceiro Setor; firmas, a rede de hotéis, restaurantes, redes de fast-food; o meio ecológico – ambiente construído –, parques e museus.

O papel atual do município na produção do espaço turístico

Como você pôde perceber, as cidades estão se tornando cada vez mais competitivas, estão buscando se diferenciar umas das outras na corrida pela atração de investimentos, fenômeno conhecido por protagonismo local.

Desde a Constituição de 1988, temos percebido uma redução do papel das instituições federais junto aos municípios enquanto os principais responsáveis pela implementação das políticas públicas no país e a delegação destas responsabilidades estão passando para a esfera municipal.

As prefeituras, por sua vez, têm se mostrado despreparadas física e tecnicamente para assumir tamanha responsabilidade, já que a maior parte dos gestores, habituados às intervenções federais, demonstrava passividade na condução das políticas em seus municípios. Esta mudança de conduta, aliada à crescente tomada de consciência e à vontade de exercer a cidadania, tem feito dos moradores pessoas cada vez mais exigentes com os seus representantes políticos. Têm cobrado deles ações no sentido de criar um ambiente capaz de absorver a mão de obra desempregada, de melhorar a renda dos trabalhadores, de prover as cidades de infraestrutura pública, enfim, têm cobrado postura de gestores capazes de oferecer qualidade de vida aos seus cidadãos.

Assim, a necessidade de reaparelhamento das prefeituras, o Estatuto das Cidades e outros instrumentos do planejamento municipal, como o plano diretor e a gestão orçamentária participativa, dentre outros, acabaram transformando algumas cidades em verdadeiros atores políticos no mundo globalizado.

Mas, como você pode imaginar, esta é uma realidade nova para todos. Para algumas cidades, esse protagonismo local gera nas comunidades um sentimento de resignação e defesa quanto ao futuro. A resignação no que diz respeito à aceitação passiva desta situação e a defesa, refletindo-se na afirmação das identidades locais.

Por outro lado, na percepção de Castells e Borja (1996), os municípios devem se engajar na pró-atividade das negociações entre os governos locais e as organizações externas aos municípios, o que requer deles maior flexibilidade, adaptabilidade institucional e maior legitimidade política.

De acordo com Rodrigues (2003), estas negociações surgem a partir do reconhecimento de que não existe mais um centro hegemônico no contexto da globalização em que nos encontramos neste momento, mas vários centros cada vez mais dinâmicos e transitórios, que definem os espaços entre centro e periferia.

E estes espaços têm estabelecido relações nas escalas mundial e local, desarticulando o local do regional e até do nacional, desconhecendo as fronteiras do Estado-nação. São estas redes, associadas ao processo de hierarquização conduzida pelas empresas transnacionais, que têm feito com que alguns lugares se tornem mundiais (idem).

No caso do turismo, algumas cidades são percebidas como ícones no segmento no qual despontam. Paris, para a intelectualidade; Amsterdã, para os vanguardistas; Tóquio, para os amantes da tecnologia; São Paulo, para os executivos.

Mas é importante sabermos que o maior engajamento dos municípios na produção do espaço turístico no Brasil teve início, efetivamente, a partir de 1994, com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT –, embora este programa tenha tido as suas diretrizes traçadas pelo órgão federal de turismo à época, Embratur.

Em se tratando deste programa, alguns aspectos do protagonismo municipal podem ser notados, especialmente no que diz respeito à introdução de técnicas típicas do planejamento participativo. Os aspectos positivos são:

1. caráter participativo: divisão do poder por parte da gestão pública, estímulo à corresponsabilidade;
2. estabelecimento de laços de confiança;
3. redução de custos e aumento das possibilidades de êxito na implementação dos projetos;
4. maior articulação dos agentes sociais via implantação dos Conselhos Municipais de Turismo;
5. criação de produtos mais autênticos, sintonizados com as particularidades locais.

Contudo, você deve ter em conta que, sendo este um processo novo que demanda mudanças profundas na postura do gestor público, dos moradores e dos empresários, algumas falhas também ocorreram, como apontamos a seguir:

1. gestores públicos despreparados para atender às recomendações do órgão federal de turismo e às demandas dos cidadãos;
2. dificuldades para a formação de uma equipe técnica voltada para o planejamento do turismo;
3. incipientes ou inexistentes articulações com as políticas setoriais municipais, estaduais e nacionais;
4. escassas linhas de crédito locais para financiar micro e pequenos empreendimentos do setor;
5. poucas parcerias firmadas entre agentes sociais e entidades voltadas para a capacitação em turismo;
6. interferências político-partidárias comprometendo as parcerias firmadas;
7. dificuldade para o desenvolvimento das ações de turismo na escala municipal;
8. baixa competitividade dos produtos turísticos locais;
9. ausência da cultura de geração e análise de informações que favoreçam o processo democrático de tomada de decisões.

Atualmente, o Ministério do Turismo vem intensificando as ações de estímulo ao protagonismo local junto aos municípios a partir do Plano de Regionalização do Turismo, pautado na

concepção das rotas turísticas. A regionalização vem sendo percebida como um modelo de gestão descentralizada, mas ao mesmo tempo coordenada e integrada, em que as políticas começam a extrapolar a visão setorial típica do turismo.

Para alguns autores, regionalizar implica fortalecer o turismo a partir da atuação conjunta entre municípios com características econômicas, socioculturais e ambientais semelhantes. É propor uma atuação conjunta, externamente, e competitiva e inovadora, internamente.

Conclusão

Vimos que o (re)ordenamento do território para absorver os fixos e fluxos oriundos da atividade turística tem se expressado no espaço por meio de distintas práticas espaciais. Estas conseguem contemplar as diversas maneiras de apropriação do espaço não só através do estágio em que se encontra a atividade como também a partir das orientações políticas, empresariais e dos residentes em vigor em cada lugar.

Vimos também que os agentes produtores do espaço têm um papel a desempenhar que, em alguns casos, torna-se conflitante e demanda a atuação de um mediador: a gestão pública. Embora pouco mencionado, entre os agentes envolvidos nesse processo vale destacar os habitantes dos lugares visitados e o seu engajamento em movimentos ambientalistas, sociais e culturais com vistas à preservação do patrimônio do lugar onde vivem, ou seja, o crescente, embora ainda tímido, exercício da cidadania no Brasil.

Finalmente, procuramos esclarecer para você qual é o papel dos municípios na atualidade, ante o estabelecimento de vínculos entre o local e o global, para além das fronteiras político-administrativas do Estado-nação, ou seja, o chamado ao protagonismo local. Também procuramos mostrar que o instrumento de consolidação destas relações, ou seja, as políticas públicas, no caso do turismo, vem se adequando a estas tendências.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Diante do protagonismo local, fenômeno que tem estimulado os municípios a atuarem de maneira pró-ativa na busca pela diferenciação e competitividade, explique como isso tem repercutido no turismo na atualidade.

[illegible]

Comentário

Como já foi discutido, atualmente a gestão pública federal tem se empenhado na definição de estratégias voltadas para o desenvolvimento do turismo com base em orientações que privilegiem a articulação entre municípios cujas potencialidades tanto em termos dos atrativos turísticos quanto da gestão pública e privada sejam capazes de fortalecê-los como aliados frente aos concorrentes. Também é importante destacar que, mediante a realização do planejamento turístico com base no mapeamento dos pontos fortes e fracos de cada localidade, é possível buscar a competitividade entre os municípios pertencentes a uma mesma rota turística sem, contudo, fortalecer a rivalidade entre eles. Defende-se aqui que o protagonismo local tenha como proposta a utilização dos instrumentos do planejamento municipal, a flexibilidade, a adaptabilidade institucional e a legitimidade política em detrimento da resignação e do sentimento de defesa que também podem se apresentar para a comunidade.

Resumo

As práticas espaciais estudadas no âmbito da Geografia nos servem de instrumentos de investigação para melhor compreendermos o processo de produção do espaço turístico. A identificação dos agentes produtores, bem como a responsabilidade de cada um na condução desse processo, nos alertou para o quanto é complexa a atividade turística e nos mostrou a necessidade de a gestão pública assumir o processo, de mediação de conflitos de interesses. Por outro lado, também podemos perceber o quanto os municípios têm sido impelidos a atuarem de maneira cada vez mais pró-ativa na busca por investimentos e pelo oferecimento de uma condição de vida com maior qualidade aos seus moradores, e o quanto o turismo pode contribuir com o alcance desta proposta.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, trataremos do tema “Turismo no espaço brasileiro”.

22

Turismo no espaço brasileiro – Parte I Sudeste e Nordeste

Luiz Guilherme de Souza Xavier

Meta da aula

Expor a geografia do espaço brasileiro apresentando as suas grandes regiões, bem como suas potencialidades e utilização turística.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 reconhecer a geografia do espaço brasileiro e as suas particularidades regionais;
- 2 identificar as potencialidades turísticas das grandes regiões que compõem o espaço brasileiro e suas respectivas utilizações;
- 3 identificar a diferença entre a utilização turística do espaço brasileiro em seus contextos regionais com as possibilidades de desenvolvimento sustentável do turismo.

Introdução

O espaço brasileiro é resultado de um processo histórico pautado em um desenvolvimento desigual, diversificado e fragmentado. Constituído por um arquipélago desintegrado que, segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira, é formado por um conjunto de “penínsulas” da Europa que seguiram as diretrizes de ciclos econômicos, por vezes desconexos internamente, criando um “Brasil de vários Brasis”. Nesse mosaico chamado Brasil, o turismo se apresenta sob uma mesma ótica, se desenvolvendo nas regiões que detêm um maior desenvolvimento, ao mesmo tempo em que tenta estabelecer formas de usufruir das identidades regionais produzidas diante da diversidade cultural de um país que se desenvolveu sem uniformidade. Utilizando a divisão regional oficializada pelo IBGE em cinco grandes regiões – Sudeste, Nordeste, Norte, Centro-Oeste e Sul – faremos uma análise sobre as questões colocadas anteriormente.

Através do enfoque nessa divisão regional, buscaremos entender a diversidade que assola a construção do espaço brasileiro, principalmente a sua turistificação, revelando um país de vários cenários distintos, tanto naturais, como socioculturais, em que o turismo pode se apresentar como fator de dinamização econômica, segregação socioespacial e desenvolvimento sustentável, de acordo com as políticas impostas.



Figura 22.1: Mapa do Brasil dividido em suas cinco grandes regiões.

A grande região Sudeste

A grande região Sudeste ocupa 10,86% do território nacional, com uma área total de 924.511,292 km² em extensão territorial. Formada pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, possui uma faixa litorânea que se estende do Espírito Santo a São Paulo, onde o estado de Minas Gerais é o único não banhado pelo oceano Atlântico.

Com uma população total de 77.873.120 habitantes, é a região mais populosa do país e a mais povoada com 84,21 hab./km² (IBGE, 2007), abrigando as duas mais importantes regiões metropolitanas do Brasil, a do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo a região economicamente mais importante do país.

Essa condição não é recente, sua importância passa a ser construída com o declínio da produção canavieira do Nordeste no século XVIII e a descoberta de metais preciosos nas Minas

Gerais, tornando-se o centro econômico da colônia, devido à exploração e à exportação dos minérios para Portugal. Esse fator gerou a transferência da capital do governo geral, instalada em Salvador (BA), para o Rio de Janeiro, que se transformou na capital do vice-reino do Brasil.

No final do século XVIII e no início do século XIX, mesmo diante do declínio da produção mineradora, o cultivo do café impulsionou a economia brasileira do século XIX até a década de 1930 (ano da quebra da bolsa de Nova York, que gerou uma grande desvalorização do café). O cultivo do “ouro negro brasileiro”, como era chamado o café, proporcionou diversas modificações na região Sudeste, tal como a implantação de ferrovias, o crescimento de cidades, crescimento de latifúndios etc. Inicialmente cultivado com destaque no estado do Rio de Janeiro, no Vale do Paraíba fluminense, o café teve seu declínio nessa região no final do século XIX com o fim da escravidão e o esgotamento do solo, perdendo a hegemonia para o oeste paulista, que detinha boas condições de solo e mão de obra formada por imigrantes, em sua maioria europeus. Mesmo depois da crise de 1930, o capital acumulado pelos fazendeiros de café aliado ao incentivo à industrialização iniciada pelo governo Getúlio Vargas em 1930, o Sudeste consolida sua posição de centralidade econômica com a concentração industrial, principalmente na cidade de São Paulo. Nos anos 1960, mesmo com a perda da capital para a recém-inaugurada Brasília, a região manteve seu papel hegemônico na configuração econômica nacional.

Atualmente, mesmo vivendo um processo de desindustrialização, a região continua sendo o coração econômico do país, possuindo um **PIB – Produto Interno Bruto** – de R\$ 1.501.185.000,00 (IBGE, 2007), o maior dentre todas as regiões, abrigando as duas metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e São Paulo, além de diversas atividades de comando. A produção industrial é muito diversificada, com destaque para o setor petroquímico, siderúrgico, automobilístico, além dos tecnopolos, como é caso de Campinas-SP,

■ **PIB – Produto Interno Bruto**

É o nome dado ao indicador da atividade econômica que revela o total de riqueza que produzido em um país, região, estado ou município.

São Carlos (SP) dentre outros. A região ainda se destaca pela especialização da agropecuária por diversas partes do Sudeste, como a produção de laranja no oeste paulista.

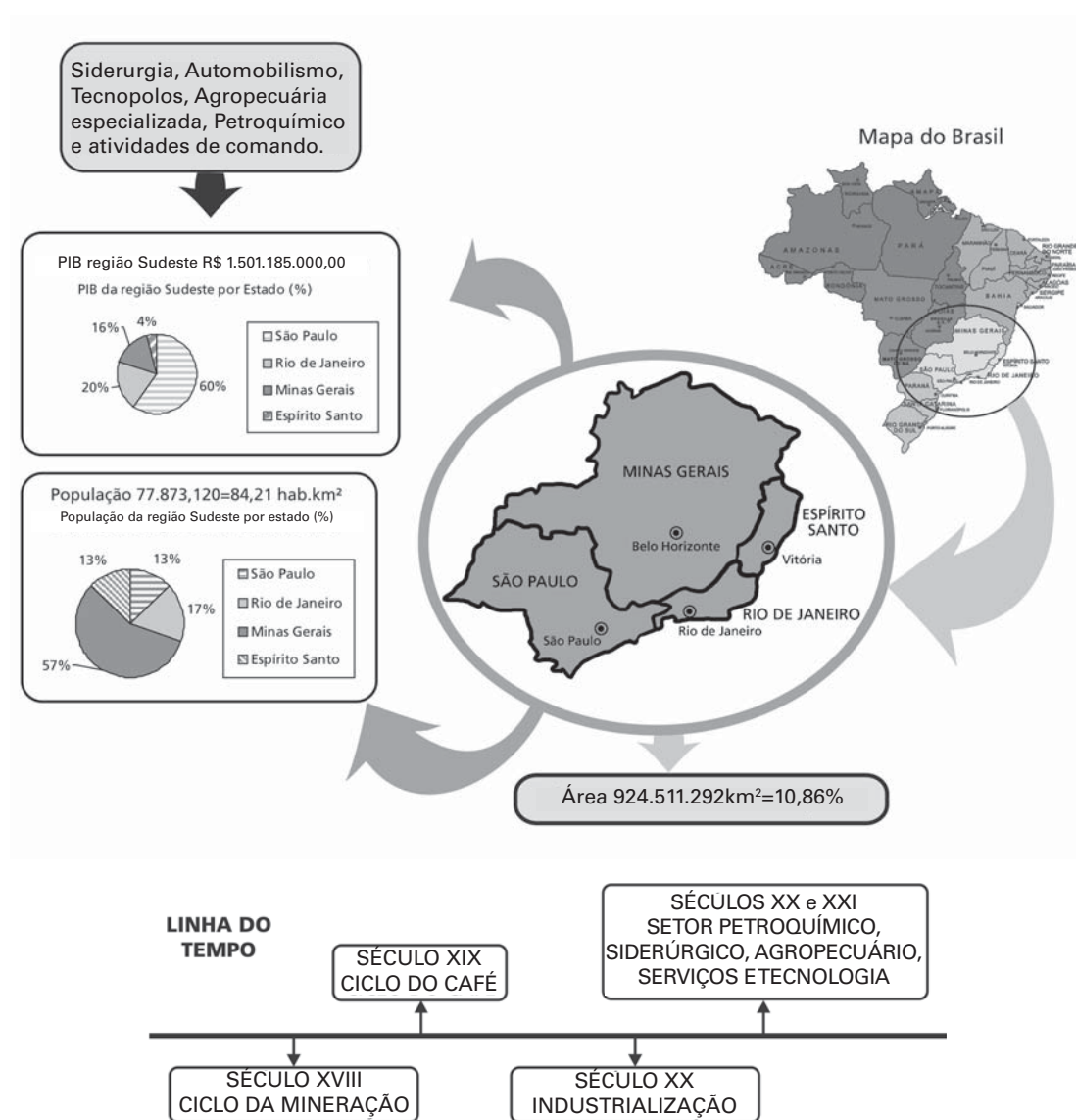


Figura 22.2: A forte economia da região Sudeste.

Você deve ter percebido que há uma grande produção de riqueza existente no Sudeste, porém, é importante atentar que isso não se traduz em igualdade social e preservação ambiental. A densificação populacional nos grandes centros urbanos da região, que se firmaram como espaços de atração populacional têm favorecido o crescimento de precárias condições de moradias em lugares desfavorecidos de infraestrutura (encostas de morros, por exemplo), que compõem as favelas, gerando um grande problema de segregação espacial: o intenso processo de urbanização; este, aliado à antiga produção cafeeira e à atividade mineradora, contribuiu para degradação ambiental, principalmente do bioma Mata Atlântica e o Costeiro. A seguir, falaremos mais sobre esse espaço natural existente no Sudeste.



Figura 22.3: São Paulo, a maior cidade do Brasil.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1032739>

Os aspectos naturais do Sudeste

O Sudeste possui um espaço físico diversificado. O clima é composto por três diferentes predominâncias:

- tropical, que abarca principalmente a região litorânea, parte do oeste paulista e uma porção oeste do estado de Minas Gerais;
- tropical de altitude, que está presente em boa parte do estado de São Paulo e Minas Gerais, além de pequenas porções sul e serranas do estado do Rio de Janeiro, além do Espírito Santo;
- subtropical, que abrange parte do sul do estado de São Paulo.

O relevo é muito diversificado com a presença de planícies na parte litorânea. Adentrando a região, encontramos predominância de planaltos e serras, como a serra do Mar (do Espírito Santo até Santa Catarina) e a serra da Mantiqueira (corta o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) sendo ambas separadas pelo vale do Rio Paraíba do Sul. Mais ao norte da região, afastando-se do litoral, temos a serra do Espinhaço (corta os estados de Minas Gerais e Bahia) e ao norte de São Paulo e a oeste de Minas Gerais, temos a serra da Canastra. A vegetação da região é composta em sua maioria por florestas tropicais, como por exemplo, o domínio da Mata Atlântica. Porém, na porção oeste do estado de Minas Gerais, temos a presença do cerrado e, ao norte do mesmo estado, ocorre a caatinga. Podemos destacar que nas regiões de clima subtropical também temos a existência das matas de araucárias, além da região litorânea, áreas com predominância do bioma costeiro.

A hidrografia da região é marcada por um relevo acidentado, ocasionando o predomínio de rios de planaltos. As principais bacias hidrográficas da região são as bacias do Paraná, São Francisco, Leste e Sudeste-Sul. Os rios principais são: o rio São Francisco, que tem sua nascente em Minas Gerais; o rio Tietê, que corta a maior cidade do Brasil, São Paulo; e o rio Paraíba do Sul, que abastece a maior parte do estado do Rio de Janeiro, nasce no estado de São Paulo, na serra da Bocaina, corta o estado de Minas Gerais e deságua no litoral norte do estado do Rio de Janeiro.



A Mata Atlântica, segundo Conti e Furlan(2005) foi o primeiro nome dado pelos portugueses à extensa muralha verde que separava o mar das terras interiores. Fisionomicamente semelhante às matas Amazônicas, é a mata que possui a maior biodiversidade por hectare entre as florestas tropicais. Pode ser considerada um mosaico devido a sua formação heterogênea, possuindo várias florestas em seu conjunto, variando segundo o relevo, os solos, a latitude etc. Originalmente recobria 15% do território brasileiro, cerca de 1,36 milhões de km², ocupando toda faixa litorânea desde o Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, adentrando em alguns trechos cerca de 500km de largura. Porém, atualmente não chega a 8% do tamanho original.



Figura 22.4: Mata Atlântica - um paraíso em risco.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/414411>



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Descreva os motivos que fizeram da região Sudeste um espaço de atração populacional. O fato de ter se tornado um espaço de atração populacional não significou ao Sudeste ser um espaço de igualdade social e preservação ambiental. Justifique.

Comentário

Nesta atividade, procuramos atingir o objetivo de compreender as particularidades geográficas do Sudeste, uma das 5 grandes regiões que compõem o espaço brasileiro. Quando falamos no Sudeste como espaço de atração populacional, isso se deve à centralização ocorrida ao longo da história, devido ao fim da produção canavieira no Nordeste e ao início do ciclo de mineração nas Minas Gerais, seguidas pela transferência da capital do Brasil de Salvador-BA para o Rio de Janeiro, o Ciclo do Café e a consequente industrialização a partir dos anos 1930, que teve concentração no Sudeste. Isso fez com que um grande contingente populacional se deslocasse para o Sudeste, consolidado como centro econômico do Brasil, em busca de melhores condições, gerando uma superlotação dos espaços urbanos. Essa superlotação ocasionou a segregação de boa parte da população, relegada a condições de moradias precárias em localidades desfavorecidas, como é o caso das favelas, transformando o Sudeste também em um espaço da desigualdade social. Aumentou o impacto ambiental, já em graves estágios devidos às atividades de mineração, cafeicultura e urbanização durante seu processo de formação espacial.

O turismo no Sudeste

De acordo com a Embratur, a região Sudeste desponta como o lugar mais procurado pelos turistas. Seu processo de formação espacial lhe conferiu uma infraestrutura considerável e uma grande concentração de capital, que aliado a fatores culturais e aos aspectos naturais ali estabelecidos, desponta como região pioneira na sistematização econômica da prática turística no Brasil.

Dentre os diversos segmentos turísticos, o turismo de sol e praia constitui o grande chamariz da região. A cidade do Rio de Janeiro possui praias requisitadas o ano inteiro pelos turistas, com destaque para as tradicionais praias cariocas como Copacabana, Ipanema, Barra da Tijuca etc. No sul do estado do Rio de Janeiro, destacamos a região turística da Costa Verde, com destaque para Angra dos Reis e Paraty. Mais ao norte, a Costa do Sol, com destaque para Armação dos Búzios. O estado de São Paulo também merece menção, a citar a região turística da Costa Tropical, com destaque para Ilhabela. O Espírito Santo também contribui na formação dos destinos indutores do turismo de sol e praia do Sudeste, através da região turística metropolitana, onde a capital do estado, a cidade de Vitória, se apresenta como destino principal.



É importante destacar que o turismo litorâneo, de acordo com Cruz(1998), constitui a modalidade de turismo predominante no Brasil, coincidindo com a região do território mais urbanizada, portanto, detentora de uma melhor infraestrutura. Sendo o Sudeste a região de maior concentração de renda, principalmente o eixo Rio–São Paulo, merece destaque, na estruturação do turismo litorâneo nessa região, o fenômeno da segunda residência, já que nessa porção do espaço brasileiro existe uma demanda capaz de arcar com os gastos de uma residência de veraneio. Daí a disseminação de condomínios de segunda residência por extensas faixas do litoral de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente, pois conforme salienta Becker (2001) o turismo se transforma em importante vetor da ocupação litorânea no Brasil de hoje, produzindo-se uma multiplicação de complexos imobiliários, balneários e marinas.

A diversidade cultural do Sudeste é de uma grandeza incalculável. Dotada de processos históricos que delinearam sua formação espacial deixando marcas materiais e imateriais, a região é detentora de uma cultura e um patrimônio que lhe conferem uma singularidade insubstituível. Dentre os diversos produtos culturais, podemos citar o Circuito Turístico do Ouro, em Minas Gerais, com destaque para Ouro Preto (considerada Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela Unesco); o Circuito Turístico dos Diamantes, em Minas Gerais, tendo como referência, a cidade de Diamantina (seu centro histórico é considerada Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela Unesco); a região da Serra Verde Imperial, no Rio de Janeiro, em que a cidade de Petrópolis, a primeira estância turística do Brasil, é o principal destino, dentre outras.



Cumpre salientar que, tal com afirma Azevedo (2002), outra característica marcadamente distintiva do turismo cultural é que sua oferta independe de estações e configuração territorial, podendo ocorrer no litoral ou no interior, em zona urbana ou em zona rural, em região plana ou acidentada, pois o seu produto corresponde a valores criados pelo homem (cultura, tradição, história). Esse é o caso da cidade histórica de Paraty (RJ), que fica na região litorânea, e Congonhas (MG), que fica no interior do estado de Minas Gerais que nem possui litoral. Ambas possuem uma identidade pautada nas suas diversidades culturais e patrimoniais seculares, que lhe conferem a possibilidade de exercerem práticas de turismo cultural.



Vale afirmar que a abordagem sobre os produtos culturais para realização do turismo aqui apresentados, está baseada na conceitualização de Ignarra (2003), onde o turismo cultural consiste em todos os aspectos das viagens pelos quais o turista conhece a vida e o pensamento da comunidade receptiva. Segundo a autora, os canais pelos quais uma localidade turística se apresenta são os fatores culturais: artesanato, folclore, religião, gastronomia típica, arquitetura histórica, arquitetura contemporânea etc.



O fato de ser considerado um Patrimônio Histórico e Cultural confere a uma dada localidade uma especialidade capaz de atrair mais turistas, pois conforme salienta Lemos(1999) há um *status* em ter sido turista em dado lugar, principalmente quando ele é considerado “Patrimônio da Humanidade” pela Unesco, impulsionando o turismo para além do econômico e do cultural.

Hierópolis

É o nome dado a centros urbanos que na sua dinâmica possuem ligações com o sagrado, ou seja, com atribuições religiosas, constituindo verdadeiros centros de peregrinação.

Com relação aos aspectos culturais também merecem menção os de origem religiosa, com destaque para a *hierópolis* de Aparecida do Norte onde, segundo Oliveira (1999), de meados dos anos 1970 até a década de 1990, se ultrapassa a finalidade religiosa da peregrinação para assumir as ações rezar–comprar–passear–conviver–contemplar (neste sentido, a vista multidimensional do mirante da torre e da Passarela da Fé), se transformando em uma estância turístico-religiosa.



De acordo com Rosendahl (1998) há uma diferença entre peregrinação e turismo religioso. A peregrinação está associada à devoção, ao propósito espiritual, está ligada a um comportamento que segue um ritual religioso, a percepção do sagrado no santuário. Já o turismo religioso está ligado ao lazer, ao interesse pela bagagem histórica e cultural, não se preocupa com a essência, mas com a aparência, um verdadeiro cliente usuário da religião.

Conforme podemos perceber no conteúdo anterior, um dos fatores que levaram o Sudeste a se transformar em uma centralidade econômica foi a agricultura, mais precisamente o cultivo do café. Porém, como já falamos, após os anos 1930, esse cultivo declinou e as atividades econômicas da região focaram a industrialização. Atualmente essas regiões de antigas fazendas estão buscando uma revalorização através do turismo rural. A criação

de hotéis-fazenda característicos, associados à possibilidade de criar no turista a sensação de uma vida rural, tem dado uma nova função dinamizadora a essas localidades. No sul do estado do Rio de Janeiro, a antiga região produtora de café tem se apoiado no turismo rural como uma nova forma de explorar economicamente as antigas fazendas de café. Porém, os aspectos históricos e culturais herdados desse período, principalmente a arquitetura, também são explorados nos antigos centros urbanos que abrigavam essa atividade.

Alternativas sustentáveis para o turismo no Sudeste

O intenso processo de colonização e ocupação, principalmente na região litorânea, gerou grandes impactos ambientais em áreas antes totalmente ocupadas por vegetação nativa, como a Mata Atlântica. A própria prática turística, principalmente o turismo de sol e praia, foi responsável por um grande impacto negativo em espaços naturais. Áreas que antes eram cobertas por vegetações costeiras deram lugar a obras com intuito de se construir condomínios residenciais de veraneio e redes hoteleiras. Esse tipo de filosofia prioriza o grande capital, a exploração desordenada, em detrimento do meio ambiente. Atualmente, a riqueza natural da região pode ser encontrada preservada em Unidades de Conservação, que constituem um elemento potencial para o ecoturismo. Dentre as principais reservas, podemos destacar os Parques Nacionais de Itatiaia (SP, RJ e MG), da Serra da Canastra (MG), da Serra dos Órgãos (RJ), o Parque Estadual da Serra do Mar (SP), a região do Vale do Ribeira e o Complexo do Lagamar, que, segundo Neiman (2005), estes últimos constituem a maior área de Mata Atlântica contínua do Brasil e é o local de maior potencial para o ecoturismo nesse domínio florestal, pertencente às Reservas de Mata Atlântica do Sudeste (SP/PR), considerado pela Unesco Patrimônio Natural da Humanidade, e da Serra da Bocaina (RJ/SP), parque que segundo a Embratur é

considerado abrigo da maior área preservada de Mata Atlântica original do país, dentre outros.

Para a efetivação positiva do ecoturismo, é preciso haver uma harmonia entre conservação da natureza, desenvolvimento local e educação ambiental, pois em muitos desses casos o que ocorre é apenas a mercadorização da natureza em detrimento da comunidade local. Essa situação é exemplificada no Parque Estadual da Serra do Mar em Ubatuba (SP) que, de acordo com Sansolo (2002), possuía mil moradores em seu interior, sobretudo caiçaras e populações tradicionais. A prática do turismo trouxe diversos impactos negativos, como a descaracterização da cultura local e a especulação imobiliária do entorno, que aliados à legislação ambiental, impediram atividades tradicionais de produção da comunidade, empobrecendo a população local.

Contraditoriamente a essa situação, podemos citar o exemplo do município de Santa Maria Madalena (RJ) que, detentor de uma porção do Parque Estadual do Desengano, viu sua possibilidade de eliminar a estagnação econômica através da efetivação do ecoturismo com base comunitária. Diante de problemas econômicos, as lideranças locais em parceria com uma universidade, iniciaram a construção de uma “Estratégia de Turismo Sustentável com Base Comunitária para a região do Desengano”, evidenciando que o parque é um bem coletivo, onde a sociedade civil teve um papel decisivo no reconhecimento do potencial do parque para o desenvolvimento municipal por meio do ecoturismo.

A grande região Nordeste

A grande região Nordeste é formada por nove estados brasileiros: Bahia, Aracaju, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão. Possui a maior extensão litorânea do Brasil onde, das nove capitais dos estados nordestinos, oito estão no litoral, com a exceção de Teresina, no Piauí. Porém, todos os estados são banhados pelo oceano Atlântico. Ocupa 18,25% do território nacional, com uma área total de

1.554.257,004 km² de extensão territorial, possuindo uma população total de 51.534.406 milhões de habitantes, aproximadamente 28% da população total do Brasil. Dentre as cidades mais importantes, podemos citar Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE), que são verdadeiras ilhas de desenvolvimento envolto por desigualdade social conforme veremos a partir do entendimento do seu processo histórico de formação espacial.

O Nordeste não só foi a “porta de entrada” dos portugueses no Brasil como foi a primeira área do território nacional a ser explorado economicamente pelos portugueses de maneira sistemática, com destaque para a produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata, baseada na mão de obra escrava e na grande propriedade (latifúndio), além do solo e clima favoráveis, tendo sua produção voltada para o mercado externo. Nesse momento, a região se afirmava como centro econômico do país, como também administrativo, já que a capital brasileira era a cidade de Salvador (BA), polarizando, assim, todas as atenções de Portugal.

Com a queda da produção canavieira, principalmente, devido à concorrência internacional, o espaço nordestino declinou economicamente, perdendo sua importância para a região Sudeste, que dava início às atividades de mineração nas Minas Gerais, ocorrendo a transferência da capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro, transformando o Nordeste num espaço de repulsão populacional.

Marcada por uma condição periférica diante do contexto nacional, desde o fim do ciclo da cana-de-açúcar, a região Nordeste teve sua economia impulsionada no século XX, a partir de políticas estatais, como a criação da **Sudene**. Entretanto, suas ações priorizaram o desenvolvimento dos grandes centros urbanos, principalmente os localizados na Zona da Mata, tais como Recife (PE) e Salvador (BA).

Essa doutrina criou verdadeiras ilhas de desenvolvimento totalmente desconectadas com o restante da pobreza e desigualdade que ainda permaneciam no espaço nordestino, gerando um descompasso entre a mão de obra nordestina e a qualidade da

***Sudene –
Superintendência
de Desenvolvimento
do Nordeste***

É uma autarquia criada pelo governo de Juscelino Kubitschek, em 1959 no intuito de minimizar o atraso econômico e marginalização do espaço nordestino diante do desenvolvimento nacional, principalmente, se comparado a região Sudeste do Brasil.

força de trabalho que os grandes centros urbanos necessitavam. Atualmente, o espaço nordestino é marcado por uma intensa desigualdade, caracterizando o Nordeste como a região de pior IDH do Brasil (PNUD Brasil).

■ **Polígono das Secas**

De acordo com a Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, é um território reconhecido pela legislação como sujeito a períodos críticos de prolongadas estiagens. Compreende os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais. Trata-se de uma divisão regional efetuada em termos político-administrativo e não corresponde à zona semiárida, pois apresenta diferentes zonas geográficas com distintos índices de aridez, indo desde áreas com características estritamente de seca, com paisagem típica de semideserto a áreas com balanço hídrico positivo.



Conforme veremos a seguir, o Nordeste é dividido em 4 subregiões (Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte) levando em consideração suas particularidades naturais. No entanto, cabe ressaltar que essa subdivisão tem algumas particularidades socioeconômicas que merecem destaque, já que auxiliam essa subdivisão. A Zona da Mata comporta uma infraestrutura urbana desenvolvida, abrigando os principais centros urbanos do nordeste e uma grande concentração populacional. Possui, também, uma importante atividade industrial, com destaque para a indústria petroquímica e têxtil, além de uma agropecuária moderna, baseada nas grandes propriedades. O Agreste já apresenta uma estrutura econômica pautada na agropecuária, principalmente, em pequenas propriedades; o Sertão se destaca com uma moderna prática de agricultura irrigada na produção de frutas tropicais, principalmente onde estão localizadas as cidades de Petrolina/BA e Juazeiro/PE. Porém, essas duas sub-regiões possuem uma intensa concentração de pobreza, principalmente nas localidades que compõem o **Polígono das Secas**. Por fim, o Meio Norte, que se sobressai na agropecuária, no extrativismo vegetal, além de atividades de mineração ligadas ao Complexo do Carajás.

O espaço natural do Nordeste

O Nordeste possui uma grande variedade natural predominante em seu espaço físico, conforme anteriormente citado, o que contribui para que a região seja dividida em outras 4 sub-regiões:

- a Zona da Mata – se estende pela faixa costeira do Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, caracterizada pelo o clima litorâneo úmido (quente e úmido, com verão chuvoso e inverno com diminuição da chuva), com temperaturas anuais entre 24°C e 26°C e o **índice pluviométrico** variando de 1.000 a 2.000 milímetros, com presença de florestas tropicais devastadas, principalmente o domínio da Mata Atlântica;

■ **Índice pluviométrico**

É o resultado da soma de toda a quantidade de água que precipita sobre uma determinada localidade no período de um ano (seja em forma de neve, granizo ou chuva), sendo o resultado, dado em milímetros, utilizando-se para a medição um instrumento denominado pluviômetro.

- o Agreste – que ocupa uma área de transição entre a zona da mata e o sertão, estendendo-se do Rio Grande do Norte até a Bahia. Nesta região, além de estar presente o clima litorâneo úmido, na porção próxima à Zona da Mata, encontra-se o clima tropical semiárido na porção mais próxima ao Sertão, com temperaturas acima dos 25°C (as médias mais altas do país). Nesta região ocorrem grande escassez e irregularidade de chuvas durante o ano, ficando abaixo dos 800 milímetros, sendo uma área que apresenta uma variada composição vegetal, com destaque para o domínio da caatinga;



Caatinga na língua tupi significa “mata branca”. É um tipo de vegetação de formação heterogênea, localizada na região semiárida do Nordeste brasileiro, ocupando 800 mil km², equivalentes a 11% do território nacional. Segundo Conti e Furlan (2005), a caatinga é um mosaico de coberturas vegetais que formam uma diagonal que separa duas florestas tropicais do Brasil: a noroeste, a floresta amazônica e a leste, a Mata Atlântica. A escassez e a irregularidade das chuvas fazem com que, no período de seca (geralmente, o verão é quente e seco, e o inverno é mais ameno, sendo a estação onde ocorre a escassez de precipitações), as plantas percam suas folhas para armazenarem água (menos transpiração) ou possuam raízes profundas para retirar água de regiões mais profundas. Possui solo fértil, com características arenosas ou pedregosas. Atualmente esse bioma vem sendo degradado em função de diversas atividades econômicas (pecuária intensiva, agricultura de subsistência, agroindústria, agricultura irrigada, extração de madeira etc.), ocorrendo em algumas áreas processos de desertificação, fazendo com que hoje só exista 50% da cobertura original da caatinga, sendo que somente 1% está protegido por Unidades de Conservação.

- o Sertão – compreende uma área que vai do Ceará até a Bahia. Embora possua áreas de clima tropical, a maioria da sub-região é dominada pelo clima semiárido, sendo considerada a região que menos chove no Brasil, carac-

terizada por irregularidades pluviométricas, chegando a menos de 750 milímetros anuais. Nessa região predomina o domínio da caatinga;

- o Meio-Norte – abrange uma área de transição entre o Sertão e a região Amazônica, cobrindo os estados do Piauí e do Maranhão. Possui uma variedade climática, com predominância do clima tropical onde a temperatura varia anualmente entre as médias de 18°C a 26°C, sendo que a pluviosidade anual atinge níveis de 1.000 e 1.750 milímetros. Caracteriza-se por verões úmidos e invernos secos, e uma vegetação diversificada, composta por florestas de transição.

A morfologia do Nordeste brasileiro é formada por planícies que ocupam toda a costa litorânea, depressões que ocupam a região do Sertão e as margens do rio São Francisco, e por planaltos, tais como o planalto da Borborema e o planalto e as chapadas da bacia do Parnaíba.

De acordo com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a hidrografia da região Nordeste é composta por cinco regiões hidrográficas: a do São Francisco, a do Parnaíba, e as do Atlântico Nordeste Oriental, Atlântico Nordeste Ocidental e Atlântico Leste. Os rios mais importantes da região são os rios São Francisco, que nasce no estado de Minas Gerais, na serra da Canastra e deságua no oceano Atlântico, na região que compõe a divisa entre os estados de Sergipe e de Alagoas; e o Parnaíba que nasce na chapada das Mangabeiras, na região de divisa dos estados do Piauí e do Maranhão, percorrendo toda a região que compõe a divisa entre os dois estados até desaguar no oceano Atlântico.



O rio São Francisco, na linguagem popular chamado Velho Chico, constitui um importante recurso natural da região. Suas águas, embora diminuam quando atravessam o trecho do sertão semiárido nordestino, não desaparecem, constituindo um grande elemento para suavizar os impactos da seca. Ele possui grande importância econômica. Além da produção de eletricidade, a irrigação contribui para o desenvolvimento de práticas agrícolas. Atualmente, está em processo o projeto de transposição do São Francisco, que visa levar as águas do rio para outras regiões do semiárido nordestino.

O turismo no Nordeste

Como vimos anteriormente, a geografia da região Nordeste nos apresentou um espaço composto por uma grande variedade natural e um processo histórico que lhe compreendeu uma diversidade cultural, constituindo um território de ampla potencialidade turística, dada a gama de produtos como de possibilidades de exploração por diversos segmentos turísticos. Ademais, encontra-se mais próxima dos grandes centros emissores internacionais de turistas.

A atividade turística como prática econômica começou a ser desenvolvida com maior ênfase no Nordeste após a década de 1950. Porém, a região possuía uma condição periférica em relação ao turismo no Brasil, dada a hegemonia da região Sudeste, principalmente o Rio de Janeiro, destacando entre as cidades nordestinas que exerciam atividades turísticas, o vanguardismo da capital da Bahia, a cidade de Salvador, diante do cenário nacional.

A partir dos anos 1960, depois da criação da Embratur, diversas ações foram tomadas no intuito de estimular a prática do turismo. A partir dos anos 1970 inicia-se, assim, um acelerado processo de *ocupação turistificada* da zona costeira brasileira, principalmente na região Nordeste, que passa a atrair investimentos nos moldes dos grandes centros internacionais do padrão *resorts* e *villages* (RODRIGUES, 2001). Acreditando

■ A **Política de Megaprojetos** do Nordeste tem como característica marcante a criação de obras de grande abrangência que tem participação determinante do poder público, diferentemente de outros megaempreendimentos encontrados ao longo do litoral brasileiro levados a cabo pela iniciativa privada. De acordo com Cruz (1998) há 4 megaprojetos turísticos em implantação no litoral nordestino, envolvendo cinco estados: Projeto Linha Verde (Bahia), Projeto Cabo Branco (Paraíba), Projeto Costa Dourada (Pernambuco e Alagoas) e Projeto Parque das Dunas-Via Costeira (Rio Grande do Norte).

■ O **Prodetur-NE – Programa de Desenvolvimento para o Turismo no Nordeste**

foi criado em 1991 por iniciativa da Sudene e apoiado pela Embratur, englobando os 9 estados e parte de Minas Gerais (o norte desse estado faz parte da jurisdição da Sudene) apoiado nas diretrizes neoliberais. É um programa que segundo Rodrigues (1999) está voltado para o fortalecimento do turismo receptivo internacional, calcado em projetos de grande envergadura (modelo mexicano) financiados por capitais transnacionais, reestruturando a região no intuito de potencializar essa atividade, tendo como destaque, o turismo de sol e praia e a disseminação de grandes redes hoteleiras.

ser essa uma atividade que não só poderia dinamizar a economia da região como minimizar a condição periférica do Nordeste diante da organização regional do Brasil, foram criados diversos órgãos e programas para sua implementação, com destaque para a criação nos anos 1980 e 1990 da **Política de Megaprojetos** e do **Prodetur-NE**.



Embora tenhamos destacado a Política de Megaprojetos e o Prodetur-NE, dentre as ações tomadas para incentivar a evolução do turismo no Nordeste, houve o engajamento de diversos estados secularmente em prol do desenvolvimento dessa atividade, a citar o estado da Bahia. Além de obras estruturais, como o asfaltamento da rodovia Rio-Bahia, ampliação do aeroporto de Salvador e a construção do Centro de Convenções da Bahia, o estado da Bahia criou diversas ações de desenvolvimento do turismo, tais como a Bahiatursa – Hotéis de turismo do estado da Bahia (1968), o Cetur (Conselho Estadual do Turismo, que alterou a razão social da Bahiatursa e criou a Empresa de Turismo da Bahia S/A etc. O Ceará também merece destaque, onde a partir dos anos 1980 realizou diversas ações, como a criação do Prodeturis - Programa de Desenvolvimento do turismo do litoral do Ceará, que posteriormente se adaptou à proposta do Prodetur-NE originando o Prodetur-CE, buscando transformar a cidade de Fortaleza na “nova Cancún”.

Tais iniciativas tiveram maior impacto nas regiões litorâneas nordestinas, pois o Nordeste tem cerca de 3.300 km de praias e clima tropical, que a princípio lhe confere certa vocação turística, se considerarmos o turismo de sol e praia. Sendo assim, foram realizadas diversas melhorias de infraestrutura atraindo investimentos privados, ampliando a desigualdade intrarregional existente no Nordeste, favorecendo a disseminação de *resorts* pelos litorais nordestinos, entendidos como não lugares, assunto e conceito tratados na Aula 16.

Diante das ações tomadas, o turismo de sol e praia colocou o Nordeste no cenário nacional do turismo, com destaque para as cidades de Salvador (BA), Porto Seguro (BA), Recife (PE),

Fortaleza (CE) e Maceió (AL). A cidade de Natal (RN) merece atenção, dado o engajamento a partir dos anos 1980 através de ações para o desenvolvimento do turismo tais como o Projeto Parque das Dunas-Via Costeira e o projeto **Rota do Sol**.

Conforme percebemos, o turismo de sol e praia tem sido explorado como grande chamariz dos fluxos turísticos para região, porém os aspectos culturais e o ecológico possuem um grande potencial, embora, haja um aproveitamento relativo desses fatores. A revitalização de construções tradicionais da região e a preservação do meio ambiente fazem partes das ações a serem empreendidas pelo Prodetur (NE).

De acordo com o mapeamento dos polos ecoturísticos realizados pela Embratur, quase 50% pertencem à região Nordeste, sendo uma região de grandes contrastes de paisagens e riquezas naturais (mata de transição, caatinga, Mata Atlântica, costeiro e cerrado, conforme vimos anteriormente).

Com relação à prática do ecoturismo, podemos destacar como áreas para realização desse segmento turístico as Reservas Biológicas Marinhas Atol das Rocas (RN) e Fernando de Noronha (PE), a Serra da Capivara (PI) (esses três últimos considerados Patrimônios Naturais da Humanidade pela Unesco), Parque Nacional da Chapada da Diamantina (BA), Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA), Serra da Borborema, Delta do Parnaíba e o **Polo do Descobrimento (BA)** são umas das áreas para a realização ecoturismo no Nordeste brasileiro.

Analisando os produtos culturais para a realização do turismo, podemos salientar que o Nordeste é a região do Brasil com o maior número de Patrimônios Históricos da Humanidade segundo a Unesco, mencionando o Centro Histórico de Olinda (PE), o Centro Histórico de Salvador (BA) e o Centro Histórico de São Luís (MA). Também podemos destacar as cidades de Caruaru e Campina Grande (PA) e Recife (PE).

O projeto **Rota do Sol** é uma ação pertencente ao Prodetur-NE que tem por objetivo capacitar a região litoral oriental do estado em infraestrutura e serviços.

O **Polo do Descobrimento (BA)** é o nome dado ao conjunto de municípios do estado da Bahia formado por Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte, considerado pelo Prodetur-NE uma região de grandes riquezas naturais, como o Arquipélago dos Abrolhos, e histórico-culturais, pois foi a primeira região ocupada pelos portugueses no Brasil. É considerado o destino turístico mais pretendido da Bahia e o maior parque hoteleiro do estado. De acordo com a Unesco, a área denominada Costa do Descobrimento - Reserva da Mata Atlântica, foi declarada Patrimônio Mundial pela Unesco devido ao seu excepcional valor do ponto de vista da ciência e da preservação de ecossistema de interesse universal.



Atividade

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

2. Analisando o turismo nas regiões Sudeste e Nordeste, perceberemos que mesmo diante dos seus diversos atrativos, o turismo de sol e praia ainda é o expoente dentre os diversos segmentos turísticos possíveis. No entanto, as particularidades geográficas com relação as suas respectivas formações espaciais contribuíram para que houvesse algumas diferenciações entre a realização desse tipo de turismo nas duas regiões.

Com base no que você aprendeu, identifique a diferença existente na prática de turismo de sol e praia no Sudeste e Nordeste, explicando o motivo dessa diferenciação.

Resposta Comentada

O processo histórico de formação espacial do Sudeste lhe conferiu a posição de centralidade econômica nacional. Essa condição fez com que essa região do Brasil concentrasse investimentos e capital. A concentração de capital possibilitou que a prática de turismo de sol e praia pudesse ser explorado através da construção de segundas residências, visto que existe um número satisfatório de pessoas capazes de arcar com os gastos de uma residência de veraneio. Já o Nordeste, desde o fim do ciclo da cana de açúcar, amargou uma condição periférica diante do cenário nacional, o que no decorrer de sua formação espacial gerou acúmulo de pobreza e um alto patamar de segregação; portanto, a exploração do turismo de sol e praia seguiu a diretriz de atrair redes hoteleiras e o capital externo, já que a região não possui a mesma concentração de capital do Sudeste, além de estar mais próxima dos grandes centros emissores internacionais.

Turismo: desenvolvimento ou desigualdade no Nordeste?

O turismo no Nordeste brasileiro se estabeleceu prioritariamente na região costeira, buscando nas paisagens litorâneas, condição indispensável para a atividade turística, com base nas demandas internacionais. Alegando ser essa uma atividade que poderia dinamizar o espaço nordestino, dada a situação periférica diante do cenário nacional, o que presenciamos é a instalação de megaprojetos em detrimento das comunidades residentes nas localidades pretendidas por esses projetos de grande envergadura. Tal como afirma Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009), as ações públicas de fomento ao turismo ainda tratam o tema de forma homogênea, ignorando a diversidade cultural e paisagística de cada região e difundindo um turismo massificado que compromete as condições sociais, prejudica as condições ambientais e descaracteriza as heranças culturais de comunidades tradicionais, reafirmando a histórica segregação e desigualdade que assola o Nordeste. De acordo com Coriolano (2009), a revalorização do litoral nordestino brasileiro para o lazer e o turismo pela reestruturação capitalista ampliou a disputa desse espaço para novos usos, e fez dele a principal mercadoria imobiliária. Ocorreu a transformação da costa nordestina, segregando e expropriando populações ditas nativas ou tradicionais em face dos reordenamentos necessários à ocupação turística que se apropria dos melhores lugares, aqueles considerados mais belos e atrativos. Contraditoriamente ao desenvolvimento, o que se dá é um processo de descaracterização de comunidades pesqueiras para o estabelecimento da infraestrutura que viabilize a prática do turismo no Nordeste, dada a grande diferença se comparada com a infraestrutura de outras regiões, principalmente o Sudeste. Locais como a praia do Porto de Galinhas, em Pernambuco; a praia de Pipa, no Rio Grande do Norte; Trancoso, Arraial da Ajuda, Grarajuba, Itacaré, Porto Seguro, praia do Forte, na Bahia; e Maragogi em Alagoas foram totalmente descaracterizados e

impactados negativamente, segregando as comunidades locais em virtude da implantação de um modelo turístico que prioriza as demandas internacionais.

Diante dessa lógica que tem assolado o Nordeste nos últimos 30 anos, emerge a prática do turismo de base comunitária como alternativa a essa segregação e descaracterização cultural imposta pelo capital transnacional, bem como a possibilidade de prover as comunidades locais de condições de desenvolvimento econômico a que, historicamente, o Nordeste vem sendo alijado. A comunidade de Canto Verde, no município de Beberibe no Ceará, situada a 126 quilômetros de Fortaleza, capital do estado, é um exemplo que vem dando certo, experimentando, assim, formas novas de produção de serviços turísticos – sem padronização, com bastante criatividade, compromisso, solidariedade, valorização da cultura local e preservação ambiental.



Figura 22.5: Trancoso (BA): descaracterização cultural em virtude do turismo.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/963226>

Conclusão

O Sudeste e o Nordeste apresentam traços geográficos que determinam as possibilidades de atividades turísticas, onde a ênfase está na estruturação de um turismo pautada na iniciativa privada, principalmente com relação ao turismo de sol e praia. No entanto, podemos notar que experiências de ecoturismo e turismo de base comunitária são possíveis alternativas para equilibrar potencial turístico, aproveitamento sustentável e desenvolvimento, respeitando a cultura local e o espaço natural.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

3. O turismo de base comunitária e o ecoturismo se apresentaram como segmentos turísticos favoráveis com relação ao desenvolvimento local e à preservação ambiental e cultural. No entanto, esses segmentos não ocupam uma posição de destaque, dado a hegemonia do turismo de sol e praia nessas duas regiões.

Faça um levantamento, levando em consideração essas três modalidades de turismo. Busque saber como se dá sua estruturação e seus impactos positivos e negativos, realizando um balanço final sobre os resultados obtidos. Discuta com seu tutor as informações e as conclusões que você alcançou. Os *sites* www.Embratur.com.br e www.ambientebrasil.com.br, possuem informações que podem auxiliá-lo.

Resposta Comentada

Esse exercício tem por objetivo fazer com que você reflita sobre essas três modalidades de turismo, de um lado o ecoturismo e o turismo de base comunitária, pautados no respeito às comunidades locais, ao meio ambiente; do outro, o turismo de sol e praia, focando grandes investimentos e a acumulação de capital. Essa pesquisa fará você perceber quais os elementos fazem um segmento turístico ser mais valorizado que o outro, onde você não pode esquecer que a realidade que você irá constatar está baseada em uma sociedade que preza a acumulação de capital, independente da desigualdade e deterioração cultural e ambiental.

Resumo

O Sudeste constitui a região mais importante no cenário econômico brasileiro. Sua condição de centralidade se deu a partir do ciclo da mineração, da mudança da capital de Salvador (BA) para o Rio de Janeiro, o ciclo do café e a consequente industrialização. Possui um espaço natural diverso, com destaque para a Mata Atlântica. A região é o destino turístico mais procurado no Brasil, com destaque para o turismo de sol e praia. O ecoturismo nas Unidades de Conservação e o turismo de base comunitária se apresentam na região como possibilidade de desenvolvimento com responsabilidade, tal como na cidade de Santa Maria Madalena (RJ).

O Nordeste possui o maior litoral do Brasil. Considerado um espaço periférico desde o fim do ciclo da cana de açúcar, a região se desenvolveu como se fossem ilhas de desenvolvimento sob um mar de pobreza e desigualdades. Seu espaço físico tem como domínio vegetal principal a caatinga, além de áreas de clima semiárido, com grande escassez de chuva. O turismo na região priorizou o litoral, principalmente a construção de grandes redes hoteleiras. Algumas experiências de turismo de base comunitária apresentam a região como forma de aproveitar o potencial turístico da região sem descaracterizá-la, eliminando o déficit social construído na região, como é o caso da Comunidade Verde, no município de Beberibe (CE).

23

Turismo no espaço brasileiro – Parte II Norte, Centro-Oeste e Sul

Luiz Guilherme de Souza Xavier

Meta da aula

Expor a geografia do espaço brasileiro apresentando as suas grandes regiões, bem como suas potencialidades e utilização turística.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 reconhecer a geografia do espaço brasileiro e as suas particularidades regionais;
- 2 apresentar as potencialidades turísticas das grandes regiões que compõem o espaço brasileiro e suas respectivas utilizações;
- 3 reconhecer a diferença entre a utilização turística do espaço brasileiro em seus contextos regionais com as possibilidades de desenvolvimento sustentável do turismo.

Introdução

Na Aula 22, fizemos uma análise do turismo no espaço brasileiro, levando em consideração as regiões Nordeste e Sudeste. Nesta, aula, continuaremos seguindo os mesmos critérios anteriormente elencados para analisarmos as outras três regiões que compõem o espaço brasileiro. São elas as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, encerrando assim os nossos estudos sobre o turismo no espaço brasileiro.

A grande região Norte

A grande região Norte é formada por 7 estados brasileiros: Amazonas (o maior em extensão territorial), Pará (o segundo maior estado do Brasil em extensão territorial), Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins. Possui a maior extensão territorial dentre todas as cinco grandes regiões, com 3.853.327,229 km², cerca de 45,25% do território nacional, ocupando uma área com a maior fronteira entre o Brasil e alguns países da América do Sul, onde, no total de 10 países que fazem fronteira com o Brasil, 7 são com a região Norte, sendo a Guiana Francesa (FRA), Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Porém, dentre as regiões litorâneas do país, tem a menor extensão, com seu litoral se estendendo do Amapá até o Pará, os únicos estados nortistas banhados pelo oceano Atlântico. Tendo uma população total de 14.623.316 habitantes (IBGE, 2007), com uma densidade demográfica de 4,77 hab./km², a menor dentre todas as regiões, situação essa que a transforma em um “espaço de grandeza natural e vazio populacional”, como veremos adiante.

Pertencente ao antigo *estado do Grão-Pará e Rio Negro* e explorada inicialmente por expedições espanholas através do rio Amazonas, o Norte sempre foi considerado uma região periférica, e sua colonização tinha como entrave a densa cobertura vegetal aliada à presença de muitas tribos nativas que dificultavam o acesso à região, onde a ocupação inicial se deu por missões religiosas e pela construção de fortes militares pelos portugueses.

Estado do Grão-Pará e Rio Negro

Unidade administrativa existente até o século XIX, com sede em Belém-PA, criada pela Monarquia portuguesa. Pertencente anteriormente ao estado do Maranhão, que depois veio a se chamar Estado do Grão-Pará e Maranhão, o Grão-Pará e Rio Negro constituiu uma unidade administrativa autônoma que depois se anexou ao território brasileiro originando a província do Grão-Pará; logo depois, foi desmembrada em duas novas províncias, o Pará e o Amazonas. Esse estado teve muito destaque, principalmente na realização do tráfico negreiro, através da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.



Outros fatores que limitavam a ocupação da região Norte estavam na falta de um grande contingente populacional diante da grandeza regional da área, além da falta de lucratividade. Esse fato fez com que o então primeiro-ministro de Portugal, o marquês de Pombal, incentivasse a ida de portugueses à região, concedendo privilégios aos portugueses que se casassem com índios, buscando intensificar o povoamento da região e a consolidação de uma sociedade portuguesa nesse território.

No século XIX, a região passa realmente a se configurar como um importante espaço econômico do Brasil, no período chamado de **ciclo da borracha**.



Figura 23.1: Teatro Amazonas, exemplo de requinte e luxo do ciclo da borracha.

<http://www.sxc.hu/photo/540283>

Com o declínio do ciclo da borracha no início do século XX, começa a haver uma maior diversificação nos espaços produtivos da região, como a introdução de diversas atividades agrárias, com destaque para o cultivo de castanha-do-pará, pimenta-do-reino e

Ciclo da borracha

Denominação dada ao período do auge da exploração dos seringais da Amazônia para a obtenção do látex, matéria-prima utilizada na produção de borracha, elemento esse que era bem requisitado diante da Revolução Industrial vigente na Europa. Esse período vai de 1879 a 1912, transformando a região Norte numa centralidade econômica nacional, dotada de muito requinte e luxo. Tal período trouxe mudanças sociais, econômicas e culturais importantíssimas, como a criação de teatros (Teatro Amazonas, em Manaus, e o Teatro da Paz, em Belém), do cinema Olympia, a urbanização de cidades e a criação de novas cidades, bem como a eletrificação de Manaus, a construção de ferrovias, como a Madeira-Mamoré, além da anexação do Acre ao Brasil devido ao Tratado de Petrópolis, assinado entre o Brasil e a Bolívia.

juta, estas duas últimas iniciadas pelos imigrantes japoneses; e a exploração mineral, com destaque para Amapá e Rondônia, incapazes, entretanto, de manter o Norte como uma centralidade da economia nacional.

A partir da década de 1950, principalmente após o golpe militar de 1964, as iniciativas com intuito de ocupar a região Norte na busca de um Brasil mais integrado foram intensificadas. Dentre as iniciativas, estão:

- Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia): criada pelo governo militar em 1966 no intuito de promover o desenvolvimento da Amazônia Legal, tendo como base incentivos fiscais, financeiros, propagação do conhecimento referente à região;
- Zona Franca de Manaus: criada em 1967, constitui uma área de livre comércio com o objetivo de alavancar o desenvolvimento da área que forma a Amazônia Ocidental através de incentivos fiscais, como isenções sobre a entrada e saída de matérias-primas e produtos acabados. Compõe uma área de 10 mil km² que abarca Manaus e seu arredores, sendo administrada pela Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus;
- Rodovias: a construção das rodovias Transamazônica (BR-230), a Belém–Brasília (BR-010), a Brasília–Cuiabá–Santarém (BR-163), a Brasília–Cuiabá–Porto Velho–Rio Branco (BR-364);
- Grande Carajás: o Programa Grande Carajás foi um projeto instalado de 1979 a 1986, que tinha como objetivo explorar as riquezas minerais dos estados nortistas do Pará e Tocantins e do estado nordestino do Maranhão; considerada a área de maior riqueza mineral do planeta, tendo como empresa criadora a então estatal Companhia Vale do Rio Doce. Dentre as obras para dar suporte às explorações minerais estão a construção da Usina Hidrelétrica do Tucuruí, a Ferrovia Carajás e o porto de Ponta da Madeira.

Atualmente, a região é marcada por conflitos relacionados à exploração irracional da Amazônia, ocasionando o seu desmatamento, principalmente por parte de madeireiras, levando também em consideração a expansão da fronteira agrícola sob as terras da Amazônia, como, por exemplo, o cultivo da soja. Dentre outros problemas, a questão relacionada às reservas extrativistas e indígenas ajuda a compor o cenário atual da região Norte. O Norte possui importantes centros urbanos, como Manaus e Belém. Esta última é a principal cidade da região, no entanto, a maior parte da região, apesar dos diversos problemas já elencados, ainda é composta por um espaço natural importante, conforme detalharemos a seguir.

O território nortista tem uma grande diversidade natural. Localizado próxima à linha do equador, possui um clima predominantemente equatorial úmido, gerando na região uma quantidade de chuva acima de 2.500mm/a, havendo escassez de estações secas, variando de 1 a 3 meses na porção oriental da região e de 4 a 5 meses na porção oriental do estado de Roraima, tendo médias de temperaturas de 18°C em todos os meses do ano. O relevo da região varia de 0 a 1.200 metros de altura, com predominância de baixas altitudes, tais como depressões e planícies. A cobertura vegetal é densa, com presença do domínio da Amazônia; porém, existem pequenas faixas de florestas de transição, que geralmente ocupam áreas limítrofes entre o domínio amazônico e outros tipos de domínios.

O Norte brasileiro possui condição hidrográfica privilegiada, contendo 3 bacias:

- a) a conjugação das bacias costeiras do Norte, que têm como rios principais o Oiapoque e o Araguari;
- b) a bacia hidrográfica do rio Tocantins, que tem como rios principais o Araguaia e o Tocantins;
- c) a maior bacia hidrográfica do mundo, que é a do rio Amazonas, que tem como rios importantes o Negro e o Solimões. Na junção dos dois, surge a denominação do maior rio do mundo e mais importante da bacia,

o Amazonas, que, ao se encontrar com o oceano Atlântico, em alguns períodos, gera um fenômeno natural denominado **pororoca**.

■ **Pororoca**

Fenômeno natural que acontece quando as ondas do mar entram em colapso com as águas da foz de um grande rio. A influência da lua nas variações das marés é determinante na ocorrência desse fenômeno, que chega a produzir ondas acima de 3 metros de altura.



A Amazônia é a maior extensão de florestas tropicais úmidas do mundo, que, de acordo com Conti e Furlan (2005), se estende da cordilheira dos Andes e avança por todo o Norte do Brasil, recoberta predominantemente por um mosaico de formações florestais, ocupando cerca de 6,5 milhões de km², e 3,3 milhões desse total, ou seja, 60%, estão cobrindo os estados brasileiros do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins. Os outros 40% estão distribuídos nos países Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa (FRA). Possuindo terras localizadas em baixas latitudes, a Amazônia é considerada uma floresta de clima equatorial úmido devido a sua localização próxima à linha do equador e ao alto índice de pluviosidade, variando de 1.500 a 2.600 mm anuais. Esse domínio florestal se divide entre florestas de inundação, representadas pelas matas de igapós (ocorrem em solo permanentemente alagado), pelas matas de várzeas (localizam-se em terrenos periodicamente alagados) e pelas florestas de terra firme (ocupam 90% da área total da bacia amazônica).



O conjunto formado pelos nove estados brasileiros que possuem cobertura da Amazônia é denominado Amazônia Legal. Essa regionalização seguiu, além do aspecto natural, a similaridade dos problemas associados às questões sociais, políticas e econômicas, acreditando que essa delimitação poderia auxiliar em uma melhor gestão e desenvolvimento por parte do Governo Federal.

Turismo na região Norte

A região Norte, assim como todo o espaço brasileiro, contém um grande potencial turístico. Embora seja a maior do país, dentre as regiões costeiras do Brasil é a que possui o menor litoral, evidenciando que a grande vocação turística,

diferentemente de outras regiões brasileiras, não está situada em seu litoral, mas na sua biodiversidade.

Com a preocupação de se preservar o bioma amazônico e, ao mesmo tempo, obter um desenvolvimento econômico, Neiman (2005) considera o ecoturismo uma alternativa menos impactante, uma vez que nessa prática a incrível biodiversidade da região é o atrativo mais significativo.

As ações para implantar o turismo na região são datadas no final dos anos 1970, sob a solicitação da Sudam e da Embratur através da criação do 1º Plano Nacional do Turismo na Amazônia, de 1980 a 1985, e do 2º Plano Nacional do Turismo na Amazônia para a década de 1990.

Na década de 1990, com a criação do PNMT (Plano Nacional de Municipalização do Turismo) e do Proecotur (Programa de Incentivo ao Turismo na Amazônia), houve a tentativa de implementar uma prática mais consistente de turismo. Entretanto, segundo Neiman (2005), tais iniciativas ainda eram muito tímidas diante do imenso potencial da região. O projeto dos **Polos de Ecoturismo** aponta as iniciativas realizadas pelos estados da região para a busca do desenvolvimento sustentável nesse início de século XXI (MAGALHÃES, 2001, apud NEIMAN, 2005).

Os estados nortistas têm realizado ações seculares no intuito de potencializar o turismo na região amazônica. Dentre todos os estados, podemos citar como exemplo o Acre, que tem apostado no Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) objetivando identificar e documentar o potencial e a limitação do uso sustentável de seus recursos naturais, tal como o potencial existente na Floresta Nacional Santa Rosa do Purus e o Parque Nacional do Divisor. No Amazonas, destacam-se as iniciativas de empresários que construíram vários hotéis e pousadas de selva, os **ecolodges**, sendo um dos estados brasileiros que mais oferecem esse tipo de hospedagem, já que a região amazônica constitui o local de maior oferta de **ecolodges**. Manaus é a principal cidade do plano governamental de turismo do estado, e dentre os seus produtos ecoturísticos, podemos destacar o Parque Nacional do Jaú

Polos de Ecoturismo

Segundo a Embratur, são as áreas onde as atividades ecoturísticas já vêm sendo desenvolvidas com sucesso, promovidas por um número viável de agentes, ou em locais com potencial para esse tipo de turismo.

Ecolodges

Denominação dada a um determinado alojamento que se estabelece de acordo com os princípios ecoturísticos, tendo como base de sustentação de sua doutrina a natureza, principalmente criando uma harmonização entre homem e meio ambiente. De acordo com Reimberg (2005), os *ecoresorts*, *lodges*, hotéis, pousadas ecológicas, hotéis de selva etc. também são outros meios de hospedagem que devem seguir as diretrizes e a filosofia do ecoturismo.

(considerado pela Unesco como Patrimônio Natural da Humanidade), o Parque Nacional do Pico da Neblina (o mais alto do Brasil, com 3.014 metros de altitude), o Parque Nacional da Amazônia, além de diversas florestas nacionais que compõem o cenário ecoturístico do estado.

No Pará, as ações estão priorizando a infraestrutura e a capacitação da mão de obra e gestão nos municípios, promoção e divulgação de eventos e potenciais atrativos, tendo como base a parceria com a iniciativa privada. Dentre os diversos atrativos para o ecoturismo estão a Reserva Biológica do Trombetas, as Florestas Nacionais do Caxiuanã, Altamira etc.

Os aspectos culturais somam-se aos atrativos naturais da região, dada uma variedade de etnias, como os povos das florestas, com suas tradições parcialmente conservadas, e os processos históricos de sua formação espacial, que contribuem para a consolidação de vastos produtos culturais no Norte. Podemos definir esses produtos culturais seguindo os aspectos étnicos, religiosos, folclóricos e históricos. Dentre os diversos produtos estão a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho, o Teatro Amazonas, em Manaus, o Teatro da Paz, em Belém, a Fortaleza São José do Macapá, em Macapá.

A realização de eventos, tanto folclóricos como religiosos, também fortalece o turismo cultural na região, tal como o tradicional Festival Folclórico de Parintins e o Círio de Nazaré, em Belém que, segundo a Embratur, recebe mais de um milhão de visitantes, entre turistas e peregrinos, sendo considerado um dos maiores eventos do mundo realizados pela Igreja Católica.



Embora a região tenha como destaque os aspectos naturais voltados para a biodiversidade amazônica, o turismo de sol e praia também é explorado, porém não com tanta intensidade como no caso de outras regiões brasileiras, conforme citamos anteriormente, onde os únicos estados litorâneos da região são Amapá e Pará. O Amapá possui praias exóticas, porém, afetadas pelo colapso da foz dos rios caudalosos da bacia Amazônica com o oceano Atlântico, gerando em muitos casos a pororoca. Entretanto, a pororoca acaba se tornando um atrativo turístico, principalmente com relação ao turismo radical. No Pará, algumas localidades merecem destaque, como a cidade de Salinópolis, a capital Belém e a ilha de Marajó (maior ilha fluviomarinha do mundo). Mesmo contando com o menor litoral brasileiro, o Norte possui a particularidade de obter um grande número de praias fluviais, o que ajuda a fortalecer a prática de turismo de sol e praia nos estados que não são banhados pelo oceano Atlântico, mas contam com grande abundância hídrica, com destaque para as praias fluviais do Jalapão, da ilha de Marajó, Amapá e a ilha do Bananal (maior ilha fluvial do mundo), em Tocantins.

Região Norte e o turismo – Potencial x Aproveitamento sustentável

Em contraste com o potencial turístico da região Norte do Brasil está o seu aproveitamento. Sendo a maior região do Brasil, contando com uma grande biodiversidade, o Norte conta com uma infraestrutura ainda incipiente, o que impede uma melhor exploração do turismo, já que o acesso à região é dificultado, exceto alguns centros urbanos, como Manaus e Belém.

Algumas iniciativas foram tomadas, porém o que temos observado é que as ações governamentais em prol da turistificação de um dado local têm sido tomadas tendo como base o chamariz da iniciativa privada, em detrimento de outros segmentos turísticos como o turismo comunitário.

Alguns exemplos se tornam positivos mesmo que ainda não sejam a maioria das ações, como é o caso de Mamirauá, na

Ramsar

Nome dado à Convenção sobre as Zonas Úmidas de Importância Internacional, primeiro tratado intergovernamental sobre conservação realizado em 1971. Essa convenção também é conhecida como Convenção de Ramsar, porque foi realizada na cidade iraniana de Ramsar. Seus objetivos visam, em especial, proteger as zonas úmidas e seus recursos naturais. Segundo o texto aprovado pela Convenção, zonas úmidas são definidas como “zonas de pântano, charco, turfeira ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo águas marinhas cuja profundidade na maré baixa não exceda os seis metros”.

cidade de Tefé, que se tornou a primeira reserva de desenvolvimento sustentável no mundo, protegida internacionalmente pela **Ramsar**, conciliando visitação, preservação do ecossistema, pesquisa científica e rentabilidade para a comunidade local.

Outro exemplo positivo é o da cidade de Silves, que, diante do perigo de ver a pesca predatória eliminar de seus rios os peixes que eram utilizados como única saída econômica da comunidade, criou uma associação, a Aspac (Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural), que junto a ONGs conseguiu não só preservar seus rios e as demais áreas ambientais da cidade, como implantar a prática do turismo de forma responsável, englobando comunidade local, preservação ambiental e valorização cultural, caracterizando-se como um bom exemplo de **desenvolvimento situado**.



Atividade

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

1. Aproveitamento turístico e potencial turístico são dois fatores que se associam para uma efetivação satisfatória do turismo, porém, são elementos distintos. Com base no conhecimento adquirido, faça uma análise desses dois fatores, levando em consideração a realidade da região Norte do Brasil.

Desenvolvimento situado

Conceito que, de acordo com Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009), está relacionado à construção social transformável que se ajusta continuamente aos dados do lugar, da situação, em sua dinâmica, não descaracterizando ou homogeneizando uma determinada localidade, aproveitando a situação local, suas particularidades, tendo a participação dos cidadãos como atores e sujeitos do processo, num esforço de criação que articula passado e inovação, tradição e modernidade, evidenciando a ilusão de se crer num desenvolvimento como fruto da mera transposição de modelos econômicos entre diversos tempos e espaços.

Comentário

Potencial e aproveitamento turístico são fatores distintos que se associam para a efetivação do turismo. A grande diversidade natural da região, principalmente devido à Amazônia, gera um grande potencial turístico, principalmente relacionado ao ecoturismo. Porém, seu aproveitamento contrasta com a situação de uma infraestrutura ainda incipiente e políticas públicas que priorizam a iniciativa privada, fazendo

com que o turismo não exerça a sua função de dinamização espacial, mas mantenha a condição periférica da região, principalmente quando não se utiliza de experiências positivas, conforme algumas localidades que se apoiam no turismo comunitário.

A grande região Centro-Oeste

A grande região Centro-Oeste é a mais interiorana do Brasil, sendo a única que não é banhada pelo oceano Atlântico. Formada por três estados brasileiros –, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul incluindo o Distrito Federal –, ela faz fronteira com Bolívia e Paraguai, ocupando 18,87% do território brasileiro, com uma área total de 1.606.371,505 km², a segunda maior em extensão territorial (IBGE, 2007). Possui uma população total de 13.222.854 habitantes, com uma densidade demográfica de 8,26 hab./km² (IBGE, 2007). As cidades mais importantes da região são Goiânia, Brasília, Cuiabá e Campo Grande.

A formação espacial do Centro-Oeste brasileiro está atrelada a um processo de ocupação disperso e tardio. Durante muito tempo, a região foi ocupada por indígenas. Somente a partir do século XVI iniciou-se um movimento dos portugueses em direção ao Centro-Oeste, movido pela escravização de indígenas para trabalhar nos canaviais nordestinos. A criação de fortes militares buscando proteger as fronteiras também originou movimentos populacionais para essa região, contribuindo para o surgimento de cidades como a de Corumbá.

A ocupação do Centro-Oeste ganha maior intensidade no ciclo da mineração, no século XVIII. Nesse período, surgem diversas cidades na região como Anápolis e a capital do Mato Grosso do Sul, Cuiabá, e a cidade de Goiás, antiga capital do estado de Goiás, que, segundo o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), teve origem no Arraial de Santana, que foi fundado pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhaguera, justamente após encontrar jazidas de ouro na localidade. Nessa época, a prática agropecuária também foi estimulada, sendo uma atividade de suporte à prática de mineração.

Com o declínio da atividade de mineração, somente no século XX é que teremos um povoamento mais efetivo e um maior impacto na estrutura espacial do Centro-Oeste. Dentre eles, podemos destacar:

- Formação de áreas de colonização pelo Governo Federal nos estados de Mato Grosso e Goiás, pretendendo estimular o desenvolvimento da região, tais como as colônias de Dourados e Goiás.
- A construção de Brasília nos anos 1950, que além de transferir a capital federal para a região central do Brasil, gerou um grande fluxo populacional de trabalhadores para a localidade no período da construção que acabaram ficando na região, principalmente ocupando as ***cidades-satélites***, causando uma grande mudança espacial no Centro-Oeste. A maioria dos fluxos populacionais é de origem nordestina, e os trabalhadores que serviram na construção do Distrito Federal são conhecidos popularmente como **candangos**.
- A criação de superintendências e programas ligados ao governo que tiveram como objetivo desenvolver a região com base na expansão da fronteira agrícola, privilegiando a média e a grande propriedade tais como A Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), o Prodecet (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados), o PIN (Programa de Integração Nacional), o Proterra (Programa de Distribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial) e o Prodoeste (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste).

Dentre os vários impactos oriundos dessas ações, podemos destacar:

- A abertura de rodovias de integração da região com o restante do país, como a Belém-Brasília (BR-010), Brasília-Acre (BR-264), Cuiabá-Santarém (BR-163), Transpantaneira etc.

■ **Cidade-satélite**

Denominação dada aos núcleos urbanos que surgem nos arredores de grandes cidades a partir de uma condição de lugar de habitação de trabalhadores. No Distrito Federal, as cidades-satélites surgiram a partir do conjunto de moradias dos trabalhadores que serviram na construção de Brasília.

- A construção da Hidrovia Tietê-Paraná.
- A construção da Ferrovia Novoeste e da Ferronorte.
- A modernização e expansão da agropecuária, a partir dos anos 1960 e 1970, quando, de acordo com Conti e Furlan (2005), houve grandes investimentos agrossilvopastoris, com destaque para a produção de grãos, principalmente milho e soja, e a criação de gado leiteiro e de corte.



Figura 23.2: Brasília – desenvolvimento e centralidade no Centro-Oeste.
<http://www.sxc.hu/photo/18808>

Atualmente, a região tem como destaque na sua composição espacial as atividades agropecuárias realizadas em grandes complexos agroindustriais, predominando o cultivo de soja e outros grãos, além de atividades de mineração na região do maciço do Urucum. Os problemas ambientais decorrentes da expansão da fronteira agrícola também marcam drasticamente o Centro-Oeste, pois, segundo Conti e Furlan (2005), a expansão da agropecuária à taxa de 3% ao ano, em termos de superfície, já determinou a conversão de 40% do Cerrado para agricultura, com perda de vegetação total em 50%. Agora, vamos entender essa composição natural tão ameaçada pelas práticas econômicas existentes no Centro-Oeste.

Os aspectos naturais do Centro-Oeste

As características naturais do Centro-Oeste são importantíssimas na sua composição espacial. O clima predominante na região é o tropical, com verões chuvosos e invernos secos, com algumas variações na porção norte do estado do Mato Grosso, com a presença do clima equatorial úmido, e no extremo sul do estado do Mato Grosso do Sul com a presença do clima subtropical úmido. A vegetação nessa região é muito diversificada, ocorrendo a existência de floresta amazônica na porção noroeste e campos na porção sul, porém, a vegetação predominante nesse território é o domínio do Cerrado.



O Cerrado (considerado a savana brasileira) é um domínio vegetal característico do Brasil Central, ocupando 700 mil km², cerca de 33% do país, estendendo-se pelos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Maranhão, Piauí, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Pará (há trechos descontínuos, com manchas localizadas). Possui vegetação que varia entre arbustos, gramíneas, árvores com troncos tortuosos, tendo estações chuvosas bem definidas (verões úmidos e invernos secos), com precipitações anuais acima de 1.000mm. O Cerrado possui espécies bem adaptadas, em que determinados tipos de vegetais possuem raízes que alcançam 15 m para retirar água de grandes profundidades. Possui solos pouco férteis, tendo a maior parte do terreno plano, com relevo predominantemente formado por planaltos, chapadões e depressões, com altitudes entre 200 e 500 m.



Figura 23.3: Cerrado, a savana brasileira.

<http://www.sxc.hu/photo/846104>

A região também conta com um importante bioma que constitui um grande complexo de biodiversidade, que é o Pantanal. O índice pluviométrico anual varia de 1.200 a 2.500 mm, dependendo da região analisada. O relevo da região conta com altitudes não muito elevadas, destacando os planaltos Central e Meridional e a planície do Pantanal. A hidrografia da região é composta pelas bacias da Prata, do Tocantins e do Amazonas, sendo os principais rios que banham o Centro-Oeste o Paraná, o Paraguai, o Xingu, o Araguaia e o Paranaíba (IBGE, 2007).

O turismo no Centro-Oeste

Dentre as diversas práticas econômicas, o turismo se apresenta como atividade dinamizadora, visto que a região é rica em recursos naturais, além de sua formação espacial consolidar diversos fatores culturais seculares. A atividade econômica de maior destaque na região, a agricultura, está cada vez mais mecanizada, através da efetivação das agroindústrias, o que emprega cada vez menos mão de obra ao mesmo tempo que agride o espaço natural.

O Centro-Oeste tem grande potencial turístico nos seus recursos naturais, mais precisamente o Cerrado e o Pantanal. O Cerrado, conforme visto anteriormente, explorado por práticas econômicas degradantes devido à agricultura mecanizada e à atividade de mineração, vê no ecoturismo a alternativa não só para a preservação, mas também para absorver essa mão de obra excluída, gerando desenvolvimento associado à responsabilidade ambiental.

Embora ainda seja uma atividade incipiente, Neiman (2005) afirma que diversas modalidades já são possíveis, como a observação de aves, safáris fotográficos, observação da flora, entre outras atividades. A conservação do bioma constitui um dos grandes entraves para a prática efetiva do ecoturismo na região, que requer uma estruturação pautada na filosofia ecoturística.

No estado de Goiás, a cobertura vegetal é predominantemente Cerrado, embora muito degradado. Dentre as áreas preservadas e utilizadas para práticas ecoturísticas estão o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional das Emas (ambos com reservas consideradas Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco), que, segundo Neiman (2005), talvez sejam as mais representativas áreas desse bioma no Brasil.

No Mato Grosso, podemos destacar o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, sendo o maior expoente ecoturístico do estado, que é dotado de belezas propícias para a exploração de cavernas, passeios de barcos, banhos de rios e cachoeiras e pesca desportiva.

O Pantanal, um dos maiores paraísos naturais brasileiros, compreende uma grande diversidade de fauna e flora, ressaltando o fato de ser o detentor da maior concentração de aves do continente. Considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Brasileira e Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco, o Pantanal tem apostado no ecoturismo como elemento capaz de gerar desenvolvimento respeitando os cuidados a ele resguardados pela legislação nacional. Várias fazendas dessa região se transformam em hotéis para receber essa demanda turística.



Figura 23.4: Cachoeira Véu de Noiva – Chapada dos Guimarães.
<http://www.sxc.hu/photo/546039>

Merecem destaque para a prática ecoturística na região o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense e o Parque Nacional da Serra da Bodoquema.

Os aspectos históricos e culturais da região aumentam ainda mais o potencial turístico do Centro-Oeste. A cidade de Brasília, considerada pela Unesco Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade desde 1987, é a grande expressão dessa potencialidade. De acordo com a Embratur, o seu moderno plano piloto (em formato de avião) é considerado referência em todo o mundo quando o assunto é planejamento urbano. Outros produtos turísticos culturais que merecem destaque são o Centro Histórico da Cidade de Goiás, considerado Pa-

trimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela Unesco desde 2001, assim como as cidades de Cuiabá, Goiânia, Corumbá, Pirinópolis e Pilar de Goiás, ambas com áreas tombadas como Patrimônios Nacionais pelo IPHAN.

O desafio da sustentabilidade turística no Centro-Oeste

O Centro-Oeste ainda possui uma prática incipiente de turismo. Os entraves estão justamente na priorização da agricultura como atividade econômica principal. Conforme vimos no decorrer desse conteúdo referente ao Centro-Oeste, percebemos uma grande potencialidade para a prática do turismo. No entanto, o que vem ocorrendo na região é a falta de proteção de alguns ambientes naturais. Algumas ações estão sendo feitas querendo não só incentivar o turismo, mas fazê-lo de maneira sustentável e de forma integrada com a comunidade local. Um exemplo é o da cidade de Pirenópolis, considerado o município goiano com maior número de Unidades de Conservação (8 no total), que tem como ponto forte na

sua estrutura econômica o ecoturismo. Criou-se, ainda, o Ecocentro IPEC – Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado, que tem por objetivo trabalhar na educação e na sensibilização da comunidade local, visando aprimorar o conhecimento da comunidade sobre sustentabilidade, e a criação da Coepi – Comunidade Educacional de Pirenópolis –, que foi implementada intencionando a preservação, a defesa e a conservação do patrimônio histórico, artístico e ambiental local, privilegiando a arte e a ecologia como caminhos para transformação da sociedade e para a inclusão social.

Merece também destaque a cidade de Barão de Melgaço, que, através do projeto Guardiões do Pantanal, tem ajudado a comunidade local, principalmente a colônia de pescadores Z5, a ampliar os conhecimentos necessários para a prática sustentável do turismo bem como a oferta de produtos como hospedagem, lazer e alimentação (recebendo turistas em suas próprias residências ribeirinhas), pois a maioria da população de Barão de Melgaço é distribuída em comunidades ribeirinhas, detentoras do chamado “conhecimento ecológico tradicional”, o que as torna profundas conhecedoras do ambiente, constituindo um valioso patrimônio cultural.



Atividade

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

2. Como percebemos, embora seja rica em produtos turísticos, o turismo na região Centro-Oeste ainda é incipiente. Pesquise no *site* da Embratur (www.embratur.gov.br) quantos polos turísticos estão localizados nessa região. Faça uma análise comparativa entre esse quantitativo e a potencialidade regional, exibindo os possíveis fatores desse contraste. Discuta os resultados na tutoria presencial com seu tutor.

Comentário

O grande potencial do Centro-Oeste, principalmente respaldado sobre os recursos naturais do Cerrado e do Pantanal, contrastam com a existência de polos de ecoturismo. Isso ocorre em virtude da priorização de atividades econômicas como a agricultura mecanizada e a mineração, em detrimento de práticas econômicas que, além de agredirem menos esses biomas, abarcam a comunidade local, principalmente o segmento turístico de base local, já que o turismo praticado irracionalmente também constitui um risco a esses espaços naturais.

A grande região Sul

A grande região Sul ocupa a porção mais setentrional do país, compreendendo os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, fazendo fronteira com Paraguai, Argentina e Uruguai. Ocupando 6,77% do território nacional, com uma área de 576.409,569 km², é a menor dentre as cinco grandes regiões brasileiras em extensão territorial (IBGE, 2007), sendo todos os estados que a compõem banhados pelo oceano Atlântico.

A região possui a segunda economia mais importante do Brasil, perdendo apenas para a região Sudeste, possuindo, segundo o PNUD Brasil 2005 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o melhor IDH entre todas as regiões, onde os 3 estados estão entre as 6 primeiras posições (Santa Catarina em 2º, Rio Grande do Sul em 5º e Paraná em 6º), tendo uma população total de 26.733.595 habitantes (IBGE, 2007), possuindo uma densidade demográfica de 43,50 hab./km². As principais cidades sulistas são Curitiba-PR, Porto Alegre-RS, Florianópolis-SC, Joinville-SC, Londrina-PR, dentre outras.

A formação espacial dessa área do Brasil se deu primeiramente de maneira escassa, com alguns núcleos populacionais formado por portugueses. Somente no século XVIII é que houve uma maior intensificação da ocupação do Sul do Brasil, principalmente devido aos seus aspectos naturais, dada a existência de campos (conforme veremos mais adiante) que passaram a ser utilizados para a pecuária, mais precisamente na região do

atual Rio Grande do Sul. No início do século XVIII houve uma maior ligação com as Minas Gerais em virtude da necessidade de abastecer a região mineradora de carne e couro. A expansão dessa atividade comercial gerou a necessidade de uma maior quantidade de mão de obra, em um primeiro momento ocupada pelos escravos, depois pelos migrantes açorianos. Já no século XIX, o Sul recebeu migrantes alemães, italianos, poloneses e de outras localidades, que contribuíram com a ampliação da agricultura, do artesanato e posterior industrialização, deixando diversas cidades sulistas com resquícios da migração europeia na região.

Atualmente, a região Sul possui uma população marcada pela colonização europeia, importantes centros urbanos como Porto Alegre e Curitiba, uma agricultura modernizada, baseada em minifúndios e na policultura (cultivo de diferentes tipos de produtos agrários), especialmente a produção de trigo, arroz, soja, uva etc., e um espaço industrial muito diversificado, localizados no vale do Itajaí, em Santa Catarina, que comporta uma poderosa indústria têxtil; Curitiba, que concentra o maior PIB da região, com uma importante produção de automóveis; e Porto Alegre, que detém uma considerável produção de gêneros alimentícios. Além dos altos índices sociais e econômicos, os sulistas vêm enfrentando grandes problemas ambientais como, por exemplo, a desertificação dos campos do Rio Grande do Sul, devido à agricultura e aos impactos das atividade extrativistas nas matas de araucárias.



Figura 23.5: Blumenau (SC)– marcas da influência europeia.

<http://www.sxc.hu/photo/476480>

A diversidade natural do Sul do Brasil

Os aspectos físicos da região são caracterizados pelo clima subtropical, possuindo uma pequena faixa de clima tropical na parte norte do estado do Paraná. As temperaturas variam anualmente, com médias de 16°C a 20°C; considerada a região mais fria do Brasil, com invernos passíveis de geadas e chuvas geralmente no verão.

O relevo da região Sul é muito diversificado, variando entre planaltos, planícies e depressões, a citar o planalto Meridional na porção oeste, a serra Geral e a do Mar na porção leste da região. A hidrografia do Sul do Brasil possui predominância de rios de planaltos. As bacias hidrográficas da região são a do Paraná e a do Uruguai, que juntas com a bacia do Paraguai formam a bacia Platina, sendo os rios mais importantes da região o Uruguai, o Guaíba, o Iguaçu e o Paraná. A cobertura vegetal sulista é composta por florestas de araucárias.

Além da floresta de araucárias, há a presença de florestas tropicais, como remanescentes de mata atlântica, costeiros, boa cobertura de campos, tal como afirmamos antes, além de florestas de transição.



Floresta de araucárias é o domínio vegetal menos tropical do Brasil, que originalmente se estendia pelos estados de Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e pequenas porções de Minas Gerais. Atualmente, possui apenas 0,3% de sua cobertura original, cerca de 300 mil km². Localizada em clima úmido, com temperaturas de moderadas a baixas no inverno e precipitações anuais acima dos 1.400mm anuais e nunca abaixo dos 100mm, possuindo grande predominância de pinheiros, além de um solo fértil. Os campos são uma rica variedade de formações vegetais, que se estruturam de acordo com o clima, o solo e o relevo onde ocorrem. Formações predominantemente herbáceas, com as de maior extensão existentes no Rio Grande do Sul e se prolongando até o Uruguai, que são chamadas de Campanha Gaúcha ou Pampa. Ocupam uma área de 210 mil km².



Figura 23.6: Cataratas do Iguazu (PR) – uma das belezas naturais do Sul do Brasil.

<http://www.sxc.hu/photo/570840>

Turismo na região Sul

Considerada a região que possui os melhores *Indicadores de Competitividade Turística* do país, a região Sul possui um imenso potencial turístico, havendo uma gama de segmentos que podem explorar seus produtos, dada a sua variedade ecológica e seu patrimônio histórico e cultural, sem falar no litoral, que se estende pelos três estados que compõem essa região do Brasil, além de sua infraestrutura satisfatória.

Embora seja a região com as temperaturas mais baixas do país, o Sul do Brasil possui uma considerável atividade voltada para o turismo de sol e praia, com destaque para o estado de Santa Catarina, mais precisamente a cidade de Florianópolis e Balneário Camboriú.

Indicadores de Competitividade Turística

Referenciais utilizados para a realização do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos indutores do Desenvolvimento Turístico Regional do Brasil realizado pela Fundação Getúlio Vargas, sob solicitação do Ministério do Turismo e do Sebrae. O modelo construído contempla a soma ponderada de 13 dimensões (Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e Equipamentos Turísticos, Atrativos Turísticos, Marketing e Promoção do Destino, Políticas Públicas, Cooperação Regional, Monitoramento, Economia Local, Capacidade Empresarial, Aspectos Sociais, Aspectos Ambientais e Aspectos Culturais), analisadas segundo a importância para a competitividade do turismo.

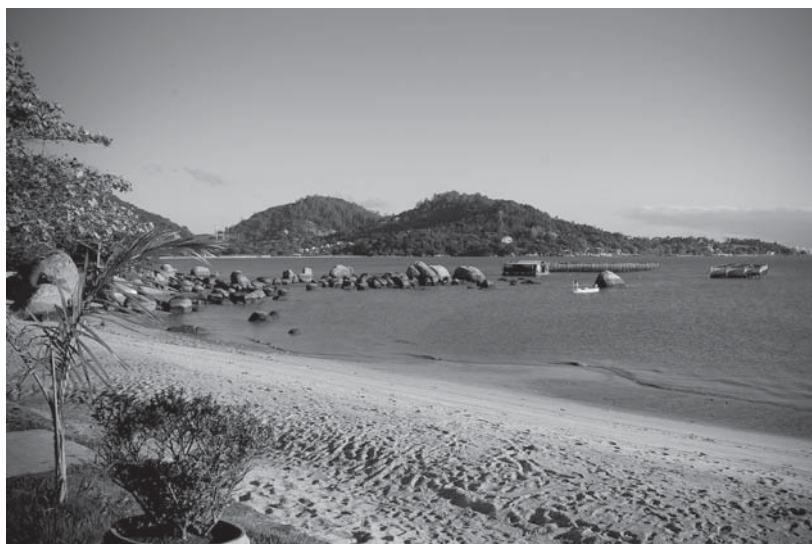


Figura 23.7: Florianópolis (SC) – sol e praia na região mais fria do Brasil
<http://www.sxc.hu/photo/1240611>

Com sua grande riqueza natural, o ecoturismo também é uma prática potencial na região, com destaque para o Parque Nacional do Iguaçu (considerado Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco), o Parque Nacional de São Joaquim-SC, o Parque Nacional da Serra Geral-RS, a Estação Ecológica da Ilha do Mel-PR, que junto com a serra da Jureia-SP, formam um corredor de reservas de mata atlântica contínua (considerada Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco).

Com relação à cultura sulista, podemos ressaltar os aspectos históricos, como no caso do município de São Miguel das Missões-RS, os remanescentes do antigo povo de São Miguel Arcanjo, palco das Missões Jesuíticas Guaranis (considerada, Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela Unesco). O turismo rural também se destaca na região, como na Microrregião Uva e Vinho, nas Serras Gaúchas, tendo como cidade principal Bento Gonçalves-RS e a cidade de Lages-SC, que, segundo a Embratur, é considerada a capital nacional do turismo rural.



Embora o inverno sulista seja o mais rigoroso do país, o frio tem atraído diversos turistas, que buscam nessa estação as cidades localizadas nas serras gaúchas e catarinenses, destacando as cidades de Gramado e Caxias do Sul-RS.



Os eventos também compõem os atrativos culturais da região, com destaque para a OktoberFest, em Blumenau, festividade pautada nas tradições germânicas, o Festival Brasileiro e Latino de Cinema e o Natal Luz, em Gramado.

Turismo nômade ou turismo permanente? Qual é o caminho?

Embora a região Sul tenha a expressão no cenário turístico nacional, algumas questões ainda são empecilhos para a efetivação de um turismo sustentável que englobe preservação da natureza, comunidade local e desenvolvimento. Alguns casos refletem bem essa afirmação, como, por exemplo, a implantação do Balneário Camboriú, que através de um atrativo natural, ou seja, as praias, recebe visitação em massa, porém de uma modalidade chamada turismo nômade, com migração de investidores no final da alta temporada, quando o local, extremamente impactado sob o ponto de vista ambiental, cultural e social, é abandonado. O que ocorre na verdade são problemas antes, durante e depois, já que o turismo de massa causa danos ao ecossistema, imposições culturais padronizadas e, no fim da temporada, deixam a localidade escassa em termos de investimentos. Outro exemplo é o da cidade de Osório-RS, que mesmo tendo um potencial ecoturístico satisfatório, como a Reserva Biológica de Osório, reconhecida pela Unesco como uma das áreas Núcleo da Reserva da Biosfera no Brasil (IRVING, 2002), não se transformou em

desenvolvimento para a comunidade local, devido ao desrespeito à legislação ambiental e à centralização das decisões, faltando sensibilidade política na elaboração de um projeto turístico que englobe comunidade local e preservação do meio ambiente. Esses dois casos contrastam com as experiências bem-sucedidas de turismo de base comunitária, das quais podemos citar o caso da cidade de Morretes-PR, onde turismo comunitário é desenvolvido para possibilitar que experiências de planejamento para o desenvolvimento da comunidade possam ser vivenciadas por meio da atividade turística, transformando a **população autóctone** na principal protagonista desse processo, já que a cidade possui uma grande diversidade natural, como vertentes da serra do Mar e reservas naturais estaduais, além de uma cultura secular.

População autóctone

Refere-se à população original de uma determinada localidade, nativa, tradicional.

Conclusão

Por fim, notamos que as diferenças regionais estão presentes na cultura, na população, na história, na economia e principalmente, na prática do turismo; porém, um aspecto que apresenta uma certa homogeneidade no espaço brasileiro é o fato de o turismo ser uma atividade amplamente realizada pelo capital privado. No entanto, segmentos como o ecoturismo e o turismo de base comunitária se apresentam cada vez mais como possibilidades sustentáveis para as práticas do turismo no Brasil.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Faça um levantamento do potencial turístico de sua cidade, associe a sua utilização e analise-a para saber se essa utilização respeita os princípios da sustentabilidade ou não. Lembre-se de analisar a geografia da sua cidade para poder estabelecer seu potencial turístico. Busque os órgãos municipais de sua cidade, eles lhe passarão informações importantes. Ao final da questão, apresente os resultados para o seu tutor, associando com a realidade brasileira aqui apresentada.

Comentário

A resposta a essa questão será de acordo com a realidade de cada um. Nesse caso, terá sua particularidade, ressaltando a importância da interpretação dos dados tendo como base o conteúdo desta aula.

Resumo

A região Norte é a maior do Brasil e a menos povoada. Sua ocupação se intensifica durante o ciclo da borracha no final do século XIX, conferindo diversas mudanças espaciais. Possui uma grande diversidade natural, como o domínio da Amazônia. O turismo se estabelece na região principalmente através do ecoturismo. Formas de turismo de base comunitária como o de Silves surgem como possibilidade para o aproveitamento do potencial turístico da região, que enfrenta grande entrave com relação à falta de infraestrutura.

O Centro-Oeste teve como incentivo principal na sua formação espacial o ciclo da mineração. No século XX, diversas ações e políticas foram realizadas no intuito de ocupar a região, como, por exemplo, a construção de Brasília, na década de 1950. Com uma imensa diversidade natural, com a presença do Cerrado e do Pantanal, o ecoturismo desponta como possibilidade na região. No entanto, a prioridade dada à agricultura dificulta a preservação do espaço natural.

O Sul do Brasil apresenta um espaço marcado pela colonização europeia. Com uma grande diversidade natural e uma infraestrutura satisfatória, desponta como a região que apresenta os melhores indicadores de Competitividade Turística. No entanto, algumas práticas de turismo nômade como a de Balneário Camboriú e

Osório ainda impedem uma plena satisfação da atividade turística. Exemplos como os de turismo de base comunitária que acontecem em Morretes são possibilidades de uma prática turística pautada na preservação ambiental, cultural e no desenvolvimento local.

Fundamentos Geográficos do Turismo

Referências

Aula 17

CASTELLS, Manoel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BADIE, Bertrand. *La fin des territoires: essai sur le désordre international et sur l'utilité*. São Paulo: Hucitec, 1996.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, Iná E. de; CORRÊA, Roberto L.; GOMES, Paulo C. da Costa (Org.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Um lugar para a geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. (Org.). *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et. al. *Território: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

MASCARENHAS, Gilmar. Cenários contemporâneos da urbanização turística. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2004. (Caderno Virtual de Turismo).

MASCARENHAS, Gilmar; OLIVEIRA, Leandro Dias de. A cidade do prazer: impactos da urbanização turística em cabo frio. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL: identidade cultural e desenvolvimento local, 10, 2007, João Pessoa.. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 2007. v. 3. p. 583-590.

MORAES, Antônio Carlos Roberto. *Geografia: pequena história crítica*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. *Cientistas do Brasil: depoimentos*. Entrevistadores: Vera Maria de Carvalho e Vera Rita da Costa. São Paulo: SBPC, 1998.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Aula 18

- LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. (Braziliانا).
- MASSEY, Doreen. Introduction: geography matters. In: ALLEN, J.; MASSEY, D. (Org.) *Geography matters: a reader*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- SACK, Robert D. The power of place and space. *Geographical Review*, v. 83, p. 26-329, July 1993.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SOJA, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Aula 19

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Edições Sociais, [19--]. (Textos, v. 3).
- OLIVEIRA, Leandro Dias de. *A construção do desenvolvimento sustentável na cidade de Volta Redonda: um estudo sobre reestruturação do território e ideologia*. 2006. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SOUZA, Marcelo L. de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento socioespacial. *Território*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-22, 1996.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- THEIS, Ivo Marcos; BUTSKE, Luciana. O Paradoxo da Geografia no Capitalismo Mundializado: Revisitando a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGELS, 6., 2009, Campinas, SP. *Anais...* Campinas, SP: Unicamp, 2009.

TROTSKY, León. *O programa de transição para a revolução socialista*. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2008.

Aula 20

CARNEIRO, Leonardo. *Redes de empreendimento turístico em Paraty*. Programa de Pós-graduação em Geografia (dissertação de mestrado), Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo em Questão*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1992.

FRATUCCI, Aguinaldo. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. *Geographia*, 2(4): 121-133, dezembro 2000.

FREIRE, Desirée. *O lugar das classes médias em Maricá*. Programa de Pós-graduação em Geografia (dissertação de mestrado), Niterói, UFF, 2001.

FREITAS, Inês. Novas formas de turismo no Rio de Janeiro: o exemplo da rodovia Teresópolis-Nova Friburgo. In: MARAFON, G. e RIBEIRO, M. (orgs.) *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002, pp. 87-95.

GOVERNO DO ESTADO DO RJ. Anuário estatístico (CIDE/Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento e Turismo), volume 16, 1999-2000.

HILDÉN, Eva. *A saga de Penedo: história da colônia finlandesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Fotografia Ilustrada, 1989.

ITATIAIA, Prefeitura Municipal. *Plano Diretor do Município de Itatiaia* (volume especial dedicado a Penedo). Itatiaia, 1998a.

_____. *Plano Diretor do Município de Itatiaia* (volume especial dedicado a Maringá e Maromba). Itatiaia, 1998b.

JUSTUS, Daisy. A cidade natural: imagens e representações de Armação dos Búzios. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ (dissertação de mestrado), Rio de Janeiro, 1996.

KNAFOU, Remy et al. Une approach géographique du tourism. *L'Espace Géographique*, 3: 193-204, 1997.

_____. Le urbain et le tourisme:une construction laborieuse. In: KNAFOU, Rémy e DUHAMEL, Philipe (orgs.) *Mondes urbaines du tourisme*. Paris: Belin, 2008.,pp.9-21.

LIMONAD, Ester. Interiorização x metropolização: desenvolvimento do interior e involução metropolitana – o caso do Rio de Janeiro. In: *O Estado do Rio de Janeiro no século XXI* (Anais do Seminário). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001, pp. 93-102.

LOPES Jr., Edmilson. Urbanização turística, cultura e meio ambiente no nordeste brasileiro. In: BRUHNS, Heloísa e SERRANO, Célia (orgs.) *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. 3ª ed. São Paulo: Papirus, 2000, pp.43-58.

LUCHIARI, M. Tereza. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. IN: LIMA, Luiz C. (org.). *Da Cidade ao Campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: UECE, pp.15-29, 1998.

MARTINS, Angela. *Paraty: história e planejamento para um espaço turístico*. Rio de Janeiro: FAU/ UFRJ (dissertação de mestrado), 1998.

MASCARENHAS, Gilmar. Urbanização turística e a produção do lugar em Penedo. In: BARTHOLO, R., DELAMARO, M., BADIN, L. (orgs.) *Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond, 2005, pp.110-136.

_____. Urbanização turística e inclusão social precária. IX Encontro Nacional de Turismo com Base Local, Recife, 10 a 13 de novembro de 2005, anais CD-ROM.

_____. Redefinindo o urbano, produzindo lugares: a urbanização turística no interior fluminense. Anais do VIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Recife, novembro de 2003 (CD-ROM)

MULLINS, Patrick. Tourism urbanization. *International Journal of Urban Regional Research*, 15 (3): 326-342, 1991.

NASH, Dennison. Tourism as a form of imperialism. In: SMITH, V. (org.) *Hosts and guests: the anthropology of tourism*. Philadelphia: University of Pensilvania Press, 4a. edição, pp.37-52, 1995.

Aula 21

CASTELLS, M; BORJA, J. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 45, p.152-166, jul. 1996.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CRUZ, R. de C. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2002.

FONSECA, M. A. P. da; COSTA, A. A. da. A racionalidade da urbanização turística em áreas deprimidas: o espaço produzido para o visitante. *Mercator: revista de geografia da UFC*, Fortaleza, ano 3, n. 6, 2004.

LEME, Fernanda Beraldo Maciel. A percepção ambiental no turismo diante dos processos de espetacularização das cidades contemporâneas. *CULTUR: revista de cultura e turismo*, Ilhéus/Itabuna, ano 3, n. 2, abr. 2009.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Célia; TURINI, Heloísa B; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Org.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2004.

RODRIGUES, A. B. Geografia do turismo: novos desafios. In: TRIGO, L. G. G. (Org.) *Turismo: Como aprender, como ensinar*. São Paulo: Editora Senac, 2003.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

Aula 22

ADAS, Melhem. *Panorama geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais*. Rio de Janeiro: Moderna, 1998.

ATLAS geográfico escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br>. Acesso em: 2 jun. 2010.

BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN, Yvan; SAN SOLO, Davis Gruber (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letras e Imagens, 2009.

BECKER, Bertha K. *Políticas e planejamento do turismo no Brasil*. Caderno Virtual de Turismo, v.1, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net>. Acesso em: 5 nov. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: www.fundaj.gov.br/observanordeste. Acesso em: 2 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br>. Acesso em: 2 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br>. Acesso em: 2 jun. 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.cnrh.gov.br>. Acesso em: 2 jun. 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 2 jun. 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em: 2 jun. 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em: 2 jun. 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Instituto Brasileiro de Turismo. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br>>. Acesso em: 2 jun. 2010.

IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do turismo*. Rio de Janeiro: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 jun. 2010.

IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Julia. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

LIMA, Luiz Cruz (Org.). *Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: UECE, 1998.

MENDONÇA, Rita, NEIMAN, Zysman (Org.). *Ecoturismo no Brasil*. Barueri: Manole, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Disponível em: <http://www.unesco.org/pt/brasilia>>. Acesso em: 2 jun. 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 2 jun. 2010.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

WWF BRASIL. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br>>. Acesso em: 2 jun. 2010.

Aula 23

ADAS, Melhem. *Panorama geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais*. Rio de Janeiro: Moderna, 1998.

ATLAS Geográfico Escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN, Yvan; SANSOLO, Davis Gruber (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letras e Imagens, 2009.

BECKER, Bertha K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 1, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net>>. Acesso em: 5 nov. 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 2010.

_____. Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 2010.

_____. Ministério da Integração Nacional. SUDAM. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 2010.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://www.cnrh.gov.br>>. Acesso em 11 fev. 2010.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em: 11 fev. 2010.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 2010.

_____. Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 2010.

_____. Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 2010.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 2010.

IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do turismo*. Rio de Janeiro: Pioneira: Thomson Learning, 2003.

IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Julia. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

LIMA, Luiz Cruz (Org.) *Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: UECE, 1998.

MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman (Org.). *Ecoturismo no Brasil*. Barueri: Manole, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Disponível em: [http: <http://www.unesco.org/pt/brasil>](http://www.unesco.org/pt/brasil). Acesso em: 11 fev. 2010.

RAYMUNDO, Letícia de Oliveira. O estado do Grão-Pará e Maranhão na nova ordem política pombalina: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o Diretório dos Índios (1755-1757). *Almanack Brasileiro*, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/3/03_informes_1.pdf>. Acesso: em 6 jan. 2010.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

WWF BRASIL. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br>>. Acesso em: 11 fev. 2010.

ISBN 978-85-7648-697-8



9 788576 486978



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense

uff



UNIRIO



FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA